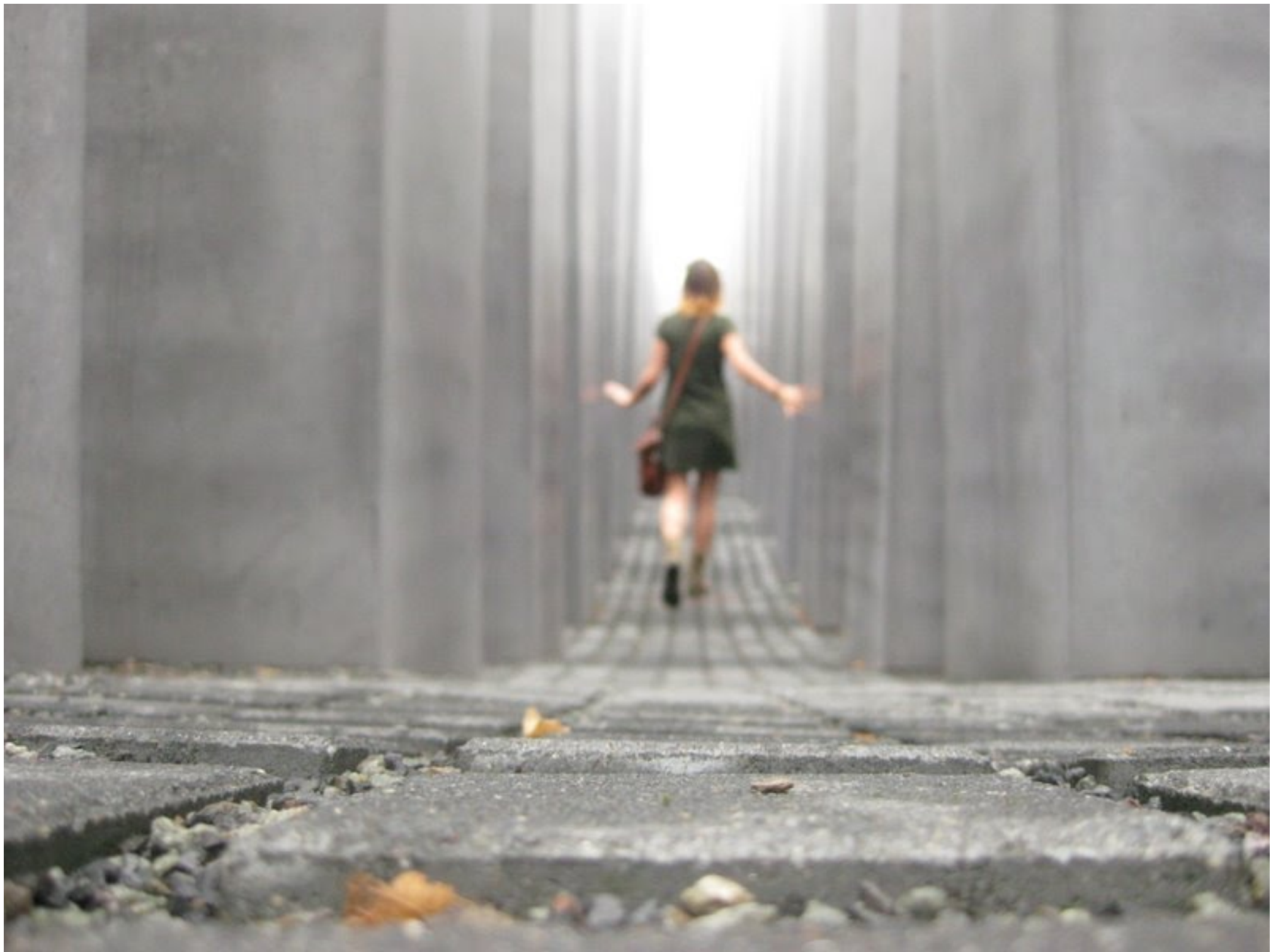




TODAVIA

Revista semestral do Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais da UFRGS, destinada a incentivar a produção científica de graduandos em Ciências Sociais.
Ano 1, nº 1, jul. 2010, Porto Alegre. PET - Ciências Sociais UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Reitor: Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Diretor: Temístocles Américo Correa Cezar
Vice-Diretor: Silvia Altmann
Programa de Educação Tutorial - Ciências Sociais
Tutor: Mauro Roesse

Comitê Editorial

Alfredo Alejandro Gugliano
Bruna Lopes Ribeiro
Caleb Faria Alves
Mauro Roesse
Rodrigo Goulart Campelo

Comissão Editorial

Alexandra Munaretti Michaelsen
Carolina Dorneles dos Passos
Cecília Weschenfelder Zarth
Felipe Kautz da Silva
Gabriel Cassali
Glaucia Cristina Maricato Moreto
Guilherme de Queiroz Stein
Lucas Besen
Mariana Lied
Paulo Crochemore da Silva
Priscilla dos Santos
Renata Dalazen Foletto

Endereço: Av. Bento Gonçalves 9500, Campus do Vale
Agronomia - CEP 91509-900
Porto Alegre/RS
Prédio C2, sala 214
Fone 51 3308 6892
Correio eletrônico: revistatodaviaufrgs@gmail.com
Eletronicamente disponível em <http://www.ufrgs.br/revistatodavia>

Capa: Memorial do Holocausto, Berlim, Alemanha. Fotografia de Carou Santos, graduanda em Ciências Sociais da UFRGS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Caleb Faria Alves e Mauro Roese

5

ESTELAS DA MEMÓRIA: O LUGAR DO MEMORIAL AOS JUDEUS ASSASSINADOS DA EUROPA EM BERLIM [ALEMANHA]

Caetano Sordi

7

“SIM SENHOR, SEU CORONÉ!”: CORONELISMO, CLIENTELISMO E FAVORITISMO NA REPÚBLICA VELHA

Bruno Souza da Silva

23

A INFLUÊNCIA DO RELATÓRIO BEVERIDGE NAS ORIGENS DO WELFARE STATE (1942 – 1950)

Fábio Luiz Lopes Cardoso

39

ENTRE A RUA E A “GAIOLA”: BREVE ETNOGRAFIA DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE UM LÍDER COMUNITÁRIO A PARTIR DE SUA ATUAÇÃO COMO MEDIADOR POLÍTICO

Moisés Kopper

55

BACKGROUND E A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA POLÍTICA DE DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS

Cláudio Lobenwein Resende

81

OS MEDIA E A CONSTRUÇÃO DOS CARAS-PINTADAS

Thales Torres Quintão

103

GÊNERO, MASCULINIDADES, VIOLÊNCIAS

Vanessa Flores dos Santos

119

SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Eduarda Bonora Kern, Fernanda Rocha dos Santos e Nina Becker

125

RESENHA

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. *Sujeitos e Objetos do Sucesso: Antropologia do Brasil emergente*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 242 p.1

Francieli Renata Ruppenthal

135

Apresentação

É com imensa satisfação que lançamos o primeiro número da revista *Todavia*, que tem como missão publicar artigos científicos escritos por estudantes de graduação em Ciências Sociais no Brasil. Esta publicação é uma realização dos bolsistas do Programa de Educação Tutorial, Grupo PET do curso de Ciências Sociais da UFRGS.

A seleção final de artigos publicados, que disponibilizamos agora, seguiu critérios editoriais similares aos das revistas acadêmicas em geral: os artigos foram enviados em resposta à um edital divulgado nacionalmente, cada artigo foi submetido à avaliação de dois consultores "ad hoc" especialistas na temática em pauta, a avaliação dos artigos resguardou o sigilo dos autores ("blind review"). Todo o processo foi supervisionado por um comitê editorial formado por bolsistas PET e por professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O resultado serve como mostra da qualidade da produção científica de graduandos, e revelou que esta se encontra, frequentemente, em condições de dialogar com a produção oriunda de outros níveis da carreira. Esperamos que o bom resultado aqui obtido estimule, inclusive, a criação de outras revistas semelhantes.

Uma edição desta natureza decorre de algumas reflexões sobre o nosso sistema de ensino e suscita outras tantas. Em primeiro lugar, vivemos em uma época em que a publicação da produção científica é prioritária na vida acadêmica. Desde a graduação os alunos são, cada vez mais, incentivados a escrever e publicar. No entanto, o crescimento da oferta de espaços para a divulgação da produção de graduandos não acontece com a mesma intensidade. Em segundo lugar, um projeto desta natureza exige que se compreenda a graduação como o elo mais importante no processo de formação de cientistas sociais, e tomar como paradoxal a pouca atenção que ela tem recebido nos investimentos acadêmicos de muitos profissionais mais estabelecidos. Ser parecerista de uma revista da graduação, por exemplo, não confere o mesmo status que o de uma revista sênior. Mas o esforço dos pareceristas é o mesmo, por isso fazemos um agradecimento muito especial aos que avaliaram os artigos deste primeiro número e aos que se colocaram à disposição da revista.

Entendemos que o estímulo a projetos que visem à qualificação dos cursos de graduação é fundamental. O Programa de Educação Tutorial do MEC/SESu tem como objetivo principal formar e sustentar grupos de alunos em cursos de graduação que, sob a orientação de um tutor, desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão que tenham como objetivo contribuir para a melhoria de seus cursos de graduação.

A participação dos bolsistas PET neste projeto, além de decisiva para o seu sucesso, terá efeitos futuros, pois estes alunos sairão da graduação com conhecimentos sobre todo o processo de edição de publicações científicas, desde a concepção da revista, a definição dos critérios editoriais, a elaboração de editais de chamada de artigos a seleção de pareceristas, o contato com os mesmos, a edição final. Isto só se

aprende fazendo e só se faz à medida em que se multiplicam os espaços editoriais destinados aos autores graduandos.

Encerramos essa apresentação com um agradecimento a todos os que tornaram esse empreendimento possível e com um convite à leitura dos artigos dessa edição. Aproveitamos também para convidamos os graduandos em Ciências Sociais para que preparem artigos para as próximas edições e aos cursos de Ciências Sociais que incentivem e apóiem projetos de revistas similares à TODAVIA.

Mauro Roesse e Caleb Faria Alves.

Porto Alegre, julho 2010.

ESTELAS DA MEMÓRIA: O LUGAR DO MEMORIAL AOS JUDEUS ASSASSINADOS DA EUROPA EM BERLIM [ALEMANHA] ¹

Caetano Sordi ²

Resumo: O presente artigo intenta esboçar algumas reflexões sobre a instauração de marcas territoriais (monumentos e memoriais) na paisagem urbana a partir do caso do *Memorial aos Judeus Assassinados da Europa*, sito em Berlim, Alemanha. Na esteira dos trabalhos de Rudy Koshar (2000), Dominic La Capra (1983, 2001), Michael Pollak (2006), entre outros, procura-se compreender as linhas de força que constituem “paisagens da memória” sobre eventos históricos de caráter traumático e coletivo e sua relação com políticas de memorização oficial. Estas paisagens são compostas por marcas territoriais específicas, fruto de apostas de significação mnemônica por agentes públicos e privados, sujeitas ao êxito ou ao fracasso. O *Monumento aos Judeus Assassinados da Europa* surge como idéia na Alemanha no final da década 80 e concretiza-se entre os anos de 2003 e 2005, agenciando, ao longo deste período, diversas discussões e polêmicas na esfera pública daquele país. Após o mapeamento sistemático destas discussões, procurar-se-á elucidá-las à luz dos referenciais supracitados, atendo-se a significação deste monumento numa teia de outros locais significativos da metrópole alemã.

Palavras-chave: Memória, políticas de memória, monumentos, Holocausto.

A construção de monumentos públicos, bem como a elevação de locais previamente destinados a outras atividades a este status específico, é matéria de frutíferos debates nas ciências humanas e discussões por vezes polêmicas na esfera pública das instâncias locais ou nacionais onde são atualizadas. Monumentos com caráter memorial - isto é, que visam representar ou recordar eventos históricos – constituem-se, tanto para a academia quanto para o *pólemos* público, como outra região de problemas bastante particulares, sobre os quais o presente artigo pretende se debruçar. Pensaremos estes problemas a partir de um exemplo paradigmático deste tipo de questão: o chamado *Mahnmal-Debatte* [Debate Sobre o Memorial], decorrido ao longo das décadas de 1990 e 2000 na República Federal Alemã, e que derivou na construção do hoje visível e aberto ao público “Memorial aos Judeus

¹ Este artigo foi produzido a partir da monografia realizada para a disciplina de Seminário II de Antropologia, ministrada no segundo semestre de 2009, pelo Prof. Dr. Bernardo Lewgoy, no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Agradeço ao professor pela prestimosa orientação e troca intelectual, bem como à estagiária docente Nicole dos Santos Reis, que muito nos auxiliou ao longo da disciplina.

² Graduando do curso de Ciências Sociais – Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do curso de Filosofia – Licenciatura na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: caetano.sordi@gmail.com.

Assassinados da Europa”³ [*Mahnmal für die ermordeten Juden Europas*], situado nas imediações do novo parlamento em Berlim⁴.

Dada a relevância do tema para configuração de uma nova “cultura da memória” sobre o Holocausto na Alemanha Federal, existe ampla e exaustiva bibliografia acerca do assim denominado “debate” naquele contexto nacional, como demonstram os trabalhos de Jan-Holger Kirsch (2003), Hans-Georg Stavginski (2002) e outros. O propósito deste trabalho não será, portanto, esgotar o campo de interpretações para o caso específico do *Memorial* e muito menos repetir a cronologia do debate. O objetivo é oferecer uma visão panorâmica e sistemática das linhas de força envolvidas na discussão e ensejar alguns feixes de interpretação possíveis para a questão das intervenções estéticas e mnemônicas sobre o tecido visual das cidades, sob o viés de suas decorrências políticas para a formatação de uma “cultura da memória” local ou nacional.

O caso do *Memorial* em Berlim é paradigmático por tangenciar questões nevrálgicas sobre a discussão acerca da monumentalidade pública e da memória institucional desde a metade do século XX. Como salienta Koshar (2000), os alemães não podem tirar dos eventos entre 1933 e 1945 qualquer elemento significativo para a construção de uma identidade contemporânea positiva.⁵ O período do nacional-socialismo, simbolizado pela experiência concentracionária em locais como Auschwitz-Birkenau, instaura, pelo menos no contexto da Alemanha pós-45, um profundo constrangimento em relação aos modos com os quais a memória nacional e os monumentos públicos eram erigidos e trabalhados até então. Pesem as diferenças entre os dois regimes oriundos da ocupação aliada (a República Democrática, a leste, e a República Federal, a oeste), algo os unia em termos de sua legitimação enquanto Estado de direito e constitucional: afirmar-se como a *antítese* radical do projeto de nação simbolizado por Auschwitz, isto é, da excepcionalidade autocrática do fascismo (SCHWARZ, 2003). Retornaremos a este ponto oportunamente, reconhecendo, por hora, que tal “projeto

³ A partir deste momento, trataremos o monumento apenas como *Memorial*.

⁴ A escolha e seleção deste objeto de estudo surge a partir uma série de inquietações vividas por mim no período que estive na Alemanha como bolsista do *Landestiftung Baden-Württemberg* na *Eberhard-Karls-Universität* de Tübingen [Alemanha], através do Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Semestres de verão e inverno de 2008/9.

⁵ Nas palavras do próprio autor: “Many elements of the Nazi experience had no precedent in German history. Even after the slaughter and military defeat of 1914 – 1918, Germans could console themselves that their young men had fought valiantly for a good cause, and their war monuments could symbolize noble heroism. After Hitler’s war no such consolation was available, at least not for the majority of the population.” (KOSHAR, 2000, p.180).

antitético” também se traduziu em formas diferenciadas de encarar o passado e os eventos deste, para além do modelo laudatório e ufanista com que os projetos de memória pública e construção de monumentos tinham sido encaminhados na Alemanha até então (KOSHAR, 2000).

O problema de se estabelecer uma “cultura da memória” (KOSHAR, 2000) para o Holocausto, sobretudo no contexto alemão, relaciona-se com a dificuldade sintetizada por Vecchi (2001, p. 72) como a de perscrutar um terreno em que os “limites da ética” transformam-se em “impasses da estética”, para não citarmos aqui todas as dificuldades diagnosticadas no campo da historiografia quando se trata do desvelamento público de questões vinculadas à experiência traumática coletiva (POLLAK, 2006; LACAPRA, 1983 e 2001). Na Alemanha, paralelo à necessidade assumida, oficial e constitucionalmente, de se rememorar os eventos do Holocausto, surge também um profundo constrangimento por se tratar do chamado *Land der Täter*, ou “país dos perpetradores”, que reverbera profundamente nas discussões sobre projetos de identidade nacional. O caso do *Memorial* em Berlim é um dos muitos capítulos deste debate, e a polifonia sobre si constituída é reflexo dele ser, nada mais nada menos, que o monumento central, na Alemanha, para a memória do Holocausto, conforme ratificado pelo parlamento em 25 de junho de 1999⁶.

As considerações a seguir estão estruturadas da seguinte forma: (1) em primeiro lugar, ofereceremos um panorama sintético do *Memorial* em si; trataremos da sua conceituação por parte do arquiteto Peter Eisenman, autor do projeto, bem como do contexto político e social em que surge a idéia de construção de um memorial central para o Holocausto e algumas das circunstâncias que conduziram o Estado, inicialmente ausente, a encampar a responsabilidade pela construção do *Memorial*. (2) A partir deste ponto, enfeixaremos as principais objeções feitas ao projeto, elencando-as através da sua natureza. Conforme salientam Rigney (2006) e Stavginski (2002), é destas objeções que se constitui o chamado *Mahnmal-Debatte*, pautado por três eixos: *a quem* lembrar, *como* lembrar, *onde* construir. (3) Por fim, ensinaremos, a partir dos conceitos de “paisagem da memória” (KOSHAR, 2000), “êxito” e “fracasso do

⁶ Conforme esta decisão [*Beschluss*], a República Federal Alemã se vê obrigada a honrar [*ehren*] as vítimas assassinadas; manter acesa [*wach halten*] a memória de um “acontecimento irrepresentável [*unvorstellbar*]” da História alemã; lembrar as futuras gerações a não violarem novamente os direitos humanos, em defesa do Estado democrático de direito; afirmar a igualdade de todos os seres humanos perante a lei e resistir a toda ditadura e dominação violenta [*Gewaltsherrschaft*]. Ainda neste mesmo documento, a República Federal Alemã vê-se na obrigação de honrar as outras vítimas do nacional-socialismo que não os judeus, uma vez que o *Memorial* é dedicado aos judeus caídos por conta do regime do III Reich. (DEUTSCHES BUNDESTAG, 1999).

projeto mnemônico” (JELIN e LANGLAND, 2003), algumas interpretações possíveis para a o lugar atualmente ocupado por este monumento na “cultura da memória” alemã, agora com maior atenção á questão do seu *onde* em meio a uma teia de lugares significativos da Berlim reunificada.

Um memorial central para o Holocausto: entre a necessidade de recordar e os perigos de enviesar

Às portas da reunificação alemã, em 1989, constitui-se uma iniciativa civil denominada *Perspektive Berlin* sob os auspícios da jornalista Lea Rosh. Seu objetivo é a edificação de um monumento às vítimas do Holocausto que tornasse visível a “confissão [Bekennntnis] do crime [Tat]” cometido contra a população judia da Europa durante os anos do III Reich. A idéia agrega apoiadores importantes nos campos intelectuais e políticos, como o ex-chanceler Willy Brandt e o escritor Günter Grass. Como salienta Schwarz (2006), o momento da reunificação é também um momento de profunda revisão dos projetos de nação até então desenvolvidos na Alemanha desde o final da II Guerra. Também no sentido dos projetos de memorização do passado engendrados por ambos os Estados (RDA e RFA) reverbera este espírito de revisão, pautando-se aqui por um profundo esgotamento dos modelos de memória do Holocausto a Leste e a Oeste da cortina de ferro.

Estes modelos, igualmente “antitéticos” ao que o nazismo representava, divergiam em um aspecto sobremaneira fundamental. Ainda de acordo com Schwarz (2006), enquanto o projeto de nação da Alemanha Oriental se pautava pela afirmação constante do rompimento histórico da sua ordem com aquela representada pelo *Reich*, a República Federal assumira no espectro de suas responsabilidades a continuidade constitucional da república de Weimar e do Império, bem como zelar pela restituição da dignidade violada às vítimas e sobreviventes do período nazista⁷. Esta diferença ensejou modos distintos de se tratar esteticamente o Holocausto nos monumentos erigidos aqui e acolá. Do lado ocidental, vigorou entre as décadas de 40 e 80 uma cultura da memória calcada na representação do sofrimento das vítimas, sobretudo daquelas de natureza étnico-religiosa, e um recalcamiento das vítimas de natureza política (resistentes, membros de organizações de esquerda) ou já perseguidas por legislação anterior, como é o caso dos homossexuais. Segundo Pollak (2006), “despolitizando

⁷ Perspectiva ratificada pelo próprio dossiê do Governo Federal Alemão [*Bundesregierung*] por conta dos 50 anos de reunificação do país (DEUTSCHES HISTORISCHES MUSEUM *et al.*, 1999).

así la memoria de la época nazi, los actores políticos renunciaron ampliamente al trabajo de ‘reconciliación anterior’” (p.103), tendo o diálogo interconfessional entre as Igrejas (católica e protestante) e as comunidades judaicas substituído algumas lacunas deixadas pelo Estado. Em termos de uma estética das formas, a predileção desta cultura mnemônica calcada na representação da dor se evidencia através de um repetido padrão antropomórfico, como se vê no monumento erigido no antigo campo de concentração de Dachau, na Baviera (década de 60).

A cultura da memória sobre o Holocausto na Alemanha Oriental, ao contrário, evidenciava a resistência política contra os nazistas e o papel do soldado libertador, repetindo em solo alemão a estética própria da maioria dos monumentos sobre a II Guerra da Europa Oriental. Com o contexto da reunificação, embora o projeto de nação da RFA tenha de certa maneira suplantado o da RDA⁸, não é possível se afirmar o mesmo sobre seu projeto de memória, uma vez que ele demonstra sérios sinais de esgotamento.

Próximo à catedral de Berlim e à Universidade Humbolt, na avenida chamada *Unter-den-Linden*, ergue-se uma pequena construção do século XVIII conhecida como *Neue Wache*, a “nova casa da guarda”. Desde a época do Império, esta construção é utilizada pelo Estado alemão para fins de ritualística estatal, ganhando a cada novo regime – Weimar, *III Reich*, RDA – uma significação diferente. Este é um dos casos que Jelin e Langland (2003) qualificam como renovação dos significados de um *lugar* já embotado de outros significados, entendendo aqui por *lugar* um ponto do espaço físico “carregado de sentidos e sentimentos para os sujeitos” (p.3) de uma comunidade. Este processo de renovação dos significados, assim como os processos de criação de um *lugar* totalmente novo, pode incorrer em “êxito” ou “fracasso” segundo estas mesmas autoras, dependendo dos modos com que esta comunidade se relacione com os novos significados propostos (as autoras falam aqui de uma “aposta”) para o local.

Também o governo de Helmut Kohl, protagonista do processo de reunificação, procurou repaginar, à sua maneira, os significados do *Neue Wache*, produzindo um estrondoso fracasso (STÖLZEL, 1993). Este fracasso se deveu, em grande medida, a pouca especificidade e grande amplitude da dedicação do monumento: “Memorial às vítimas da Guerra e da dominação violenta”. Todas as instituições representativas de populações

⁸ De fato, com a reunificação, os estados da antiga RDA apenas ratificam a constituição de 1949 da RFA.

perseguidas durante o Holocausto (judeus, ciganos, homossexuais, testemunhas de Jeová, etc.) criticaram esta vacuidade, como se o Estado, mesmo depois da reunificação, ainda não estivesse em condições de afirmar positivamente suas culpas e responsabilidades por cada uma das populações hostilizadas pelo III *Reich* (Rigney, 2006). Soma-se a isto o fato de a estátua colocada no centro do *Neue Wache* – no local anteriormente ocupado por um ataúde de cristal na época da RDA e um altar no período nazista – reproduzir temas não só antropomórficos como patentemente cristãos⁹, suscitando as já registradas críticas à estética memorial própria da RFA.

Na interpretação de Rigney (2006), é o próprio mal-estar causado pelo “fracasso” mnemônico do *Neue Wache* que conduz o Estado, sob o comando de Helmut Kohl, a se aproximar do projeto articulado pela *Perspektive Berlin*, encampando a idéia de um memorial central aos judeus assassinados pelo III *Reich* e ratificando-o dentro dos projetos oficiais de memória pública da Alemanha Federal. De fato, isto ocorre em princípios de 1992 e, já em 1995, o departamento de obras públicas de Berlim realiza um concurso internacional para a seleção de projetos do futuro memorial. Esta primeira chamada de trabalhos resulta também em fracasso, uma vez que o próprio chanceler Kohl veta todos os projetos selecionados pelo júri presidido pelo escritor Walter Jens.

Em 1997, a fim de não repetir os erros de 1995, as autoridades organizam um simpósio sobre o *Memorial*, do qual se produz um novo corpo de jurados e uma nova chamada de trabalhos ainda para aquele ano. Neste novo concurso é feita a decisão pela proposta do arquiteto americano Peter Eisenman e do escultor inglês Richard Serra, embrião do que acabou por ser erguido no centro de Berlim entre 2003 e 2005. Ao longo deste período de seis anos entre a decisão pelo projeto de Eisenman e o término da sua construção deu-se o que a bibliografia e a imprensa alemã chamam de *Mahnmal-Debatte*, sobretudo após a saída de Serra do projeto e a publicação de cáusticas críticas ao *Memorial* por parte do romancista e ensaísta Martin Walser, ambos em 1998 (PFLEIDERER, 1999).

Em verdade, o *Memorial*, em comparação com outros monumentos do tipo espalhados por toda a Alemanha, introduz uma série de inovações no campo da estética que reverberam tudo o que foi tratado até aqui. Ele ocupa uma superfície de 19.000 m² em uma região da capital alemã habitada por outras marcas territoriais importantes, como o Portão de

⁹ Trata-se de uma espécie de *pietá*, mãe e filho, este último sobre o colo da primeira.

Brandemburgo e o *Reichstaggebäude*, edifício do parlamento federal. Esta superfície é coberta por 2.711 blocos de concreto – denominados *estelas* – de diferentes tamanhos, totalmente lisos, sem nada escrito sobre suas laterais, que compõem um curioso cenário assemelhado a um campo ondulado de pedras. É possível caminhar por entre as *estelas* e mesmo sentar-se sobre as maiores, mesmo que sob vigilância restrita de muitos profissionais de segurança. No subsolo, por fim, encontra-se um local denominado de *Haus der Erinnerung* [Casa da Memória], espécie de centro de documentação sobre a perseguição de judeus no Holocausto. O monumento como um todo é administrado por uma fundação criada unicamente com este objetivo, cujo orçamento anual gira em torno de 2 milhões de Euros arcados pelo Ministério da Cultura federal¹⁰.

Em relação à maioria dos monumentos sobre o Holocausto, portanto, o *Memorial* se diferencia em dois aspectos bastante importantes: em primeiro lugar, é possível não só contemplá-lo de fora como também andar por entre suas pedras – e, desde este ponto de vista, o próprio *Memorial* propõe ao visitante perspectivas visuais sobre o centro de Berlim; em segundo lugar, ele evita o registro antropomórfico e a menção explícita aos propósitos que se dispõe a representar, uma vez que não é auto-evidente que o campo de pedras seja a representação, por parte dos alemães, daquilo que as gerações do início do século XX perpetraram. Em verdade, apenas um registro muito pequeno – uma placa de metal no chão – indica que ali se trata do *Memorial aos Judeus Assassinados da Europa*; registro que se completa, todavia, com a visita detida ao centro de documentação no subsolo.

O jornal *Frankfurter Allgemeiner Zeitung* de 15 de agosto de 2003, sob a rubrica “Eisenman no caminho das estelas”, noticia o assentamento do primeiro bloco do monumento com a presença de seu projetista, Peter Eisenman. A imagem do primeiro sólido geométrico assentado, solitário na imensidão própria ao que os alemães chamam de *Baustelle* [local de construção], é comparada pelo autor do informe, o jornalista Niklas Maak, à misteriosa estela da introdução de “2001 – Uma odisséia no espaço”, o único corpo com linhas geometricamente definidas num cenário aparentemente pré-histórico. Nesta mesma reportagem, algumas linhas abaixo, é lembrado um dos pontos mais críticos do debate sobre o memorial que tomara conta da esfera pública alemã nos anos anteriores: Peter Eisenman

¹⁰ Informações retiradas do *web-site* da fundação Memorial aos Judeus Assassinados da Europa, ver bibliografia. (visitado no dia 16 de dezembro de 2009, às 22h06).

havia concebido o campo de estelas de modo a ser, nas suas palavras, *a place of no meaning* – um local de não-significação, ou “um local sem significado”¹¹.

Como é possível que um monumento em homenagem às vítimas do Holocausto possa ser entendido pelo seu próprio projetista como um “local sem significado”?

Para produzir alguma resposta adequada a esta questão, faz-se necessário um retorno ao paradoxo identificado por Vecchi (2003) entre os *limites* da ética em consonância com as *limitações* da estética. O pensamento das humanidades sobre o Holocausto tende a identificá-lo como um ponto decisivo na história ocidental, dados os limites por ele alcançados em termos de uma combinação nefasta de violência pura com a razão instrumental e a técnica; este é um feixe interpretativo que reúne distintos autores como Hannah Arendt, Emmanuel Levinas, Theodor Adorno, Martin Heidegger, Zygmunt Bauman e Giorgio Agamben sob um mesmo ponto de vista comum – este último tendo cunhado a expressão “paradoxo de Auschwitz” (VECCHI, 2003) para dar conta das dificuldades de quase todas as disciplinas e esferas da sociedade em encontrar meios adequados de representação do *irrepresentável*. Esta é uma dificuldade da filosofia, das ciências sociais (BAUMAN, 1998) e, no caso do presente estudo, também das políticas de memorização pública e da construção de monumentos. As formas de representação sempre se situarão na esfera de um hiato radical entre significante e significado. Este hiato não é apenas de natureza conceitual – a debilidade do significante e em evocar a totalidade do significado – mas também moral: nem mesmo o maior dos monumentos sobre Auschwitz seria capaz de totalizar a experiência subjetiva de ter perecido lá. No caso específico da Alemanha, isto se reveste de um caráter ainda mais trágico, uma vez que no seu contexto nacional paira sobre todo monumento construído em homenagem às vítimas do Holocausto a ameaça dele ser lido constrangedoramente como *Mahnmal eines Täters, der seiner Opfer bedenkt*, “memorial de um algoz em recordação das suas vítimas”, parafraseando uma fórmula bastante recorrente (RIGNEY, 2006).

A opção de Eisenman, portanto, de classificar seu próprio projeto como *a place with no meaning*, parece justamente decorrer desta *necessidade de recordar* em contraposição com os *perigos de enviesar*, como de certa maneira os monumentos antropomórficos da RFA enviesavam certa perspectiva “vitimocêntrica”, e os monumentos laudatórios da RDA uma perspectiva politocêntrica da cultura da memória. Esta idéia de um monumento aberto a

¹¹. FAZ, 15 agosto de 2003. [acessado pela última vez em 28 de novembro de 2009, às 15h57min].

significações é ratificada por um artigo publicado por Eisenman no *Die Zeit* de 30 de outubro de 2003¹² e pelo seu discurso por conta da inauguração do *Memorial* em maio de 2005¹³. Em ambas as comunicações, o arquiteto reafirma a vocação aberta que pretendeu conferir à obra pública, proporcionando a cada visitante a possibilidade de atualizar, desde o seu próprio ponto de vista, suas idéias e percepções sobre o *sentido* de 2.711 blocos de concretos enfileirados no coração de Berlim. Sua aposta estética foi, todavia, adotada e recebida pelos alemães e berlinenses de forma plena?

O debate sobre o *Memorial* e as objeções contra o projeto

Já foi dito que o chamado *Mahnmal-Debatte*, o debate sobre o *Memorial*, teve início em 1998 com as controvérsias causadas pela saída de Richard Serra do projeto e a polêmica suscitada pela publicação, por parte do escritor Martin Walser, de pesadas considerações sobre o projeto de Eisenman e a própria pertinência de um memorial central às vítimas do Holocausto. Tudo começou com um discurso, proferido pelo ensaísta, em agradecimento ao *Friedenpreis* [prêmio da paz] conferido a ele pela associação alemã de editores, na cidade de Frankfurt-am-Main, em 13 de outubro de 1998 (PFLEIDERER, 1999).

Frente a uma platéia composta por intelectuais e personalidades do mundo da cultura, o autor pontificara: “ao invés de agradecer à interminável exposição da nossa vergonha, inicio [minha comunicação] condenando-a”¹⁴. Seguiu-se a isso minutos de intensa crítica à instrumentalização política e midiática do Holocausto e do nazismo, evocando inúmeros casos de seu enviesamento político. A ritualização contínua dos eventos do *III Reich*, à luz de uma determinada perspectiva, também foi criticada: “tudo que é da ordem da ritualização tem a qualidade de um interdito religioso, uma prece”¹⁵. Dirigindo-se para os alemães, num evento da indústria cultural alemã, Walser pergunta: o que ganhamos nós de positivo, com a perpétua evocação do nosso pecado? Ao invés de colaborar para construção de uma ordem democrática normal, a *non stop repetition* do que aconteceu em Auschwitz não estaria imobilizando outras possibilidades de construção do futuro? De acordo com Rosenbaum (2005), na esteira de Stavginski (2002), o argumento de Walser pode ser compreendido como um apelo pela

¹² (acessado pela última vez em 28 de novembro de 2009, às 15h03).

¹³ Website da Fundação Memorial aos Judeus Assassinados da Europa (visitado no dia 16 de dezembro de 2009, às 22h06).

¹⁴ “Anstatt dankbar zu sein für die unaufhörliche Präsentation unserer Schande, fange ich an wegzuschauen” (in PFLEIDERER, 1999).

¹⁵ “Was durch Ritualisierung zustande kommt, ist von der Qualität des Lippengebets” (idem).

“normalização” da história e da memória alemãs, colocando “cada coisa em seu devido lugar”.

Em franca oposição a esta idéia, levantou-se o então presidente do conselho judeu alemão, Ignatz Bubis (falecido logo depois, em 1999). Para ele, não haveria espaço, no contexto alemão contemporâneo, para uma “normalização” da história e da memória do país. Auschwitz só teria sentido, argumenta Bubis, se constantemente presentificada na consciência do Estado e dos membros da sociedade, o que só é possível através da sua constante rememoração através de cerimônias e da construção de uma memória ritual (PFLEIDERER, 1999). Sintetizando seu argumento, os eventos do nazismo, na Alemanha, não podem ser somente objeto da história – mas sim matéria da *memória*.¹⁶

Ora, mesmo com suas divergências de princípio, Walser e Bubis estavam unidos, na década de 90, sob um mesmo e curioso espectro: o dos críticos ao memorial. Da parte de Bubis, a iniciativa era vista com muitas ressalvas e grande desconfiança; do lado de Walser, com forte tom de oposição.

Para o primeiro, a questão não era propriamente de conteúdo. Em sua opinião, como já exposto, lembrar os judeus assassinados por conta do nazismo era dever inalienável do Estado e da sociedade alemãs. O seu ceticismo em relação à idéia do memorial advinha justamente do mesmo ponto que o consternava no argumento de Walser, a saber, de a lembrança do terror nacional-socialista pudesse ser “normalizada” na esfera pública alemã. O mais importante, segundo o representante do conselho judeu, não era a construção de um ente concreto para que a memória fosse salvaguardada, mas sim a contínua existência dela na mentalidade dos alemães através de uma agenda pedagógica contínua. O trabalho seria muito mais discursivo, conceitual e transgeracional do que estético, visual e espacial. Como salienta Rigney (2003), assim como para Bubis, muitos outros críticos ao projeto entendiam que o próprio debate sobre o memorial, por si só, já valia mais do que sua construção.

Walser, por sua vez, não economizou em termos fortes para desqualificar o projeto ao longo dos anos 90: “grotesco”, “vergonhoso”, “dispensável”; “pesadelo – e aqui fazemos a

¹⁶ Segundo Schwarz (2003) e Pfeleiderer (1999), encerra-se no argumento de Bubis uma inteligente e contemporânea evocação do imperativo “lembra-te!” [*Erinnere Du dich!* (al.); *Sachor!* (hb.)] da tradição judaica.

tradução literal do termo – *campo-de-futebolmente* no centro da capital”¹⁷. Lembremos, neste sentido, de outro qualificativo igualmente despido de condescendência para com o projeto, enunciado por György Konrád, então presidente da Academia de Arte alemã: “um *Kitsch* sem misericórdia” (HEWEL, 2005).

Chamaremos, para efeito de sistematização, os acima listados argumentos contra o *Memorial* – e, no caso de Walser, contra toda uma cultura da memória sobre o Holocausto – através dos seguintes termos: *argumento da insuficiência representacional*, no caso de Bubis; *argumento da impropriedade estética*, no caso de György Konrád e Walser sobre a estética do *Memorial*; e *crítica da cultura da memória*, no caso do mesmo Walser acerca dos modos com que a Alemanha contemporânea lida com seu passado cinzento. Esta sistematização faz-se necessária porque outros críticos, com argumentos de outras naturezas, também vieram a se pronunciar sobre o *Memorial*.

O então prefeito de Berlim, Ebehrard Diepgen, também era contado entre os críticos da floresta de estelas. Além de dividir com Walser e Konrád algumas impressões negativas sobre o gigantismo da forma, Diepgen demonstrava-se particularmente preocupado com o fato de o memorial ser acessível a qualquer hora do dia, todos os dias do ano. Além da sua absoluta permeabilidade, o monumento, estruturado como um labirinto, teria tantas superfícies lisas expostas quanto a vontade de determinados movimentos anti-semitas e neo-nazistas em vandalizá-las, podendo se transformar num perigoso epicentro de conflito e instabilidade social no centro de Berlim. Chamaremos este argumento de *argumento do risco*.

Por fim, mas não menos importante, intercedeu no debate aquilo que denominaremos aqui de *crítica à restrição da dedicação*. Os protagonistas deste tipo de crítica foram as organizações de defesa dos direitos dos homossexuais e o Conselho Central Alemão para os *Sinti* e os *Roma*¹⁸, representantes de populações também perseguidas pelo nacional-socialismo, que passaram a exigir do Governo Federal da Alemanha um tratamento simétrico. O resultado da sua demanda se concretizou com a já citada assunção, por parte do Estado, de incluí-los na sua cultura mnemônica¹⁹ e a construção de seus respectivos memoriais.²⁰

¹⁷ “*fußballfeldgroßer Albtraum im Herzen der Hauptstadt*”(IBID.)

¹⁸ O termo alemão *Zigeuner* para designar o que chamamos em português de “cigano” é revestido naquele contexto de preconceitos imemoriais e carrega consigo alta carga pejorativa (TUGENDHAT, 1992).

¹⁹ Ver nota de rodapé 6.

²⁰ O monumento aos homossexuais perseguidos pelo *III Reich*, em verdade, é lindeiro ao *Memorial* e dialoga, em termos de suas formas, com as *estelas* sitas do outro lado da rua. Trata-se de uma estela de concreto como as

O “*lugar*” do *Memorial*: uma floresta de estelas no epicentro da nova Alemanha

Ainda é muito cedo para se avaliar, em termos de um “êxito” ou um “fracasso”, nos termos explicitados por Jelin e Langland (2003), a recepção e os usos feitos pelos berlinenses e visitantes da capital do campo ondulado de concreto que se impõe na paisagem da metrópole do rio Spree. A inauguração é bastante recente (2005), de modo que não nos cabe aqui postularmos diagnósticos completos e fechados sobre uma marca territorial ainda em fase de estabelecimento. Alguns dados, todavia, já apontam para interessantes encaminhamentos neste sentido.

Rudy Koshar, autor de um livro sobre a cultura dos monumentos ao longo da história da Alemanha (2000), faz uso do conceito de *Erinnerungslandschaft* [Paisagem da Memória] para conceituar a rede espacial e simbólica composta pelas marcas territoriais já conceituadas neste trabalho como *lugares*: regiões do espaço físico ou geográfico embotadas de significado e sentimento por parte de uma comunidade específica. De acordo com este autor, as “paisagens da memória” seriam como

qualidades mnemônicas não somente de marcos arquitetônicos e monumentos, num sentido estrito, mas também de nomes de ruas, praças, sítios históricos como os *bunkers* da II Guerra e os ex-campos de concentração, bem como paisagens urbanas e naturais (...) esta topografia é apoiada em imagens e memórias que podem ser intensamente pessoais mas também altamente públicas, no sentido de que grande número de indivíduos reconhecem a significação de certos edifícios ou espaços. (KOSHAR, 2000, p. 9)

Sob o ponto de vista do seu *lugar* numa teia de outros *lugares*, a centralidade e a importância do *Memorial* em Berlim é ressaltada não somente pela bibliografia como também dada quase como que intuitivamente por quem caminha na região do *Mitte* (centro de Berlim), na qual que o monumento está assentado. Além da grande proximidade e diálogo estético-formal com o monumento aos homossexuais, o *Memorial* situa-se numa espécie de epicentro da “nova Berlim”, entendida aqui como o conjunto dos projetos de transformação e ressignificação desta área da cidade após a reunificação do país e a transferência da capital federal de Bonn a Berlim (RIGNEY, 2006).

plantadas sobre o *Memorial*, solitária, em meio ao gramado do parque vizinho. De uma de suas paredes, abre-se uma pequena janela para o lado de dentro. O que se vê é a gravação em vídeo de um casal homossexual trocando beijos.

Como evidencia Rigney (2006), o *Mitte* berlinense, ao longo dos anos da Guerra Fria, fora uma região bastante difícil, em termos de habitabilidade e tráfego, por conta da presença do muro, que o dividia. Tanto do lado ocidental quanto oriental, desenvolveram-se novos centros em zonas diferentes da cidade, de modo que a outrora região composta pelo *Reichstag*, pelo Portão de Brandemburgo e pelos escritórios da chancelaria federal, o centro de todo o poder do país, tornou-se uma zona de tensão geopolítica e evitável nos trajetos urbanos dos habitantes de Berlim. Esta situação muda com a derrocada da RDA e a reunificação da cidade dividida, inserindo a necessidade de se trabalhar o *Mitte* relativamente abandonado. Com a transferência da capital para Berlim, efetivou-se por completo a reabilitação desta região central. Um dos principais motivos para tanto foi justamente o retorno do parlamento para seu antigo edifício, o *Reichstag*, e a construção dos novos escritórios do governo ao longo do meandro do Rio Spree [*Spreebogen*], nestas imediações.

Sistematicamente, Rigney (2006) compreende as modificações vividas pelo *Mitte*, a fim de simbolizarem a nova ordem da Alemanha federal, a partir de dois eixos imaginários que tem no Portão de Brandemburgo seu ponto de intersecção. No sentido leste-oeste, é possível se considerar um eixo que vai da Alexanderplatz, no coração da antiga Berlim Oriental, até a chamada “coluna da Vitória” [*Siegsäule*], construída no tempo do Império para simbolizar as vitórias militares alemãs e hoje adotada como símbolo da *Love parade* e da nova *Jugendkultur* berlinense; este eixo leste-oeste mimetiza traçado da avenida *Unter-den-Linden*, artéria principal do *Mitte*, na qual se enfileiram muitas outras referências simbólicas ao passado e ao presente alemães. No sentido norte-sul, traça-se uma linha que vai da nova estação ferroviária central [*Berlin Hauptbahnhof*] até a futurista *Potsdamer Platz*, sede do chamado *Sony Center* e símbolo máximo do “finançopanorama” - para utilizar nomenclatura proposta por Appadurai - da capital alemã. Colocados em quadrantes opostos deste plano cartesiano, o *Memorial* e o edifício reformado do *Reichstag* formam outro possível eixo imaginário, que tem sua sinapse também no Portão de Brandemburgo.

Prosseguindo o exercício mental, é possível perceber que estes dois lugares estão em posições antípodas, ocupando segmentos do espaço que, numa virtual *dobra* deste, muito provavelmente viriam a se tocar. De um lado, a nova ordem política, constitucional, que se propõe aberta, transparente, plural: pura positividade. Do outro, uma lembrança dos crimes cometidos no passado por um regime situado além dos limites constitucionais, o caso limite

da violência institucionalizada e da eliminação radical do outro: rastros de uma terrível negatividade. Se a nova ordem política da Alemanha se entende – ou pelo menos se propõe – como a Antítese de Auschwitz, ou seja, a negação da negatividade representada por esta, não *há outro lugar para o Memorial aos Judeus Assassinados da Europa se não minimamente próximo ao novo Reichstag*.

É possível se pensar, portanto, que muito mais que uma conveniência ou uma coincidência, a proximidade destas duas construções indica uma relação de necessidade, como se o Reichstag só pudesse voltar a ser a sede do poder na Alemanha se o território imediatamente vizinho, marcado pelo estigma nazista, fosse *negado* por uma *antítese* concreta. Esta antítese é o Memorial. Recordar Auschwitz permite que a Alemanha possa garantir sua legitimidade democrática. O Memorial aos Judeus Assassinados da Europa, como algo que se pode enxergar desde a cúpula envidraçada do *Reichstag*, é uma das várias formas de atualização desta dinâmica.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike. (org.) **Cultura global**. Petrópolis, Vozes, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

DEUTSCHES HISTORISCHES MUSEUM, HAUS DER GESCHICHTE DER BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND, KUNST UND AUSTELLUNGSHALLE DER BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND (Hsg.). **Einigkeit und Recht und Freiheit: Wege der Deutschen [1949 – 1999]**. Hamburg: Rowolt Verlag, 1999.

DEUTSCHER BUNDESTAG. **Stenographischer Bericht zur 48. Sitzung im 25. Juni 1999**. Bonn: 1999.

EISENMAN, Peter. “Geisel der Geschichte”. In: **Die Zeit**. Hamburg, n.45, 30 out. 2003. Disponível em: < <http://www.zeit.de/2003/45/Eisenman> >. Acesso em: 9 de ago. 2010.

_____. “Rede von Peter Eisenman”. In: STIFTUNG DENKMAL FÜR DIE ERMORDETEN JUDEN EUROPAS. **Reden zur Eröffnung**. Berlim: 10 mai. 2005. Disponível em: <<http://www.stiftung-denkmal.de/dasdenkmal/geschichte/reden/redeeisenman>>. Acesso em: 9 de ago. 2010.

HEWEL, Andreas. **Stelen im Herzen Berlins**: Das Denkmal für die ermordeten Juden Europas. München: Goethe-Institut Verlag, 2005.

JELIN, Elizabeth. & LANGLAND, Victoria (comps.) **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Madrid: Siglo XXI, 2003.

KAISER, Katharina. "Nur Denkmale machen Denkmale überflüssig". In.: HEINRICH-BÖLL-STIFTUNG (Hrsg.) **Der homosexuellen NS-Opfer gedenken**. Berlin: Heinrich-Böll-Stiftung, 1999.

KELLER, Claudia. "Eisenman ist ein Genie". In: **Der Tagesspiegel**. Berlin: 10 mai. 2006. Disponível em: < <http://www.tagesspiegel.de/berlin/eisenman-ist-ein-genie/709568.html> > Acesso em: 9 ago. 10.

KOSHAR, Rudy. *From Monuments to Traces*: Artifacts of german memory [1870-1990]. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2000.

LACAPRA, Dominic. **Rethinking Intellectual History**: Texts, contexts, language. New York: Ithaca, 1983.

_____. **Writing History, writing trauma**. Baltimore: The John Hopkins University, 2001.

MAAK, Niklas. Peter Eisenman im Stelengang. In.: *FRANKFURTER ALLGEMEINE ZEITUNG*. **Frankfurt-am-Main**, n. 189, p. 31, 15 ago. 2003. Disponível em: < <http://www.faz.net/s/RubCCC21B04EE95145B3AC877C874FB1B611/Doc~EE3E6AEFF94724F3B9251C03AD49B2592~ATpl~Ecommon~Scontent.html> >. Acesso em: 9 de ago. 2010.

PFLEIDERER, Georg. Gewissen und Öffentlichkeit: Ein Deutungsvorschlag zur Walser-Bubis-Kontroverse. **Zeitschrift für evangelische Ethik**, H.43. München, 1999.

POLLAK, Michael. **Memoria, Olvido, Silencio**: la producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: Al Margen, 2006.

ROSENBAUM, Peter. **Review on Hans-Georg-Stavtinski's** 'Das Holocaust Denkmal'. New York: NYU H-German, 2005.

RYGNEY, Peter. Der Gedächtnisort des Mahnmals, Eine Localisation der temporären Raumes. (p. 209 – 246). In.: PYPHER, Jens Fabian (Hsg.). **"Uns hat keiner gefragt"**: Positionen der dritten Generation zur Bedeutung des Holocaust. Berlin: Philo, 2002.

SCHWARZ, Johannes Valentin. Die *Schoah* als Staatsbürgerliche Religion? Eine historisch-religionswissenschaftliche Deutung der Sakralisierung des öffentlichen Gedenkens in Israel und Deutschland (pp. 151 – 186). In.: PYPHER, Jens Fabian (Hsg.). **"Uns hat keiner gefragt"**: Positionen der dritten Generation zur Bedeutung des Holocaust. Berlin: Philo, 2002.

STAVTINSKI, Hans-Georg. **Das Holocaust-Denkmal**: Der Streit um das Denkmal [1988 – 1999]. Paderborn: Schöningh, 2002.

STIFTUNG DENKMAL FÜR DIE ERMORDETEN JUDEN EUROPAS. *Das Denkmal*. Disponível em <<http://www.stiftung-denkmal.de> >. Acesso em: 9 de ago. 2010.

STÖLZEL, Christoph. **Die Neue Wache, Unter den Linden:** Ein deutsches Denkmal im Wandel der Geschichte. Berlin: 1993.

TUGENDHAT, Ernst. **Ethik und Politik.** Frankfurt: Suhrkamp, 1992.

VECCHI, Roberto. Barbárie e Representação: o silêncio da testemunha. In: PESAVENTO, Sandra. (org.) **Fronteiras do Milênio.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

“SIM SENHOR, SEU CORONÉ!”: CORONELISMO, CLIENTELISMO E FAVORITISMO NA REPÚBLICA VELHA¹

Bruno Souza da Silva²

Resumo: O presente trabalho traz a discussão quanto ao coronelismo, o clientelismo e os mecanismos de favor típicos de nosso comportamento político local no período da Primeira República. Analisam-se as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda, Maria do Carmo Campello de Souza e Victor Nunes Leal para se pensar questões como: a indistinção da esfera pública da privada, o federalismo, a hegemonia política dos coronéis e a dominação da família patriarcal. O objetivo central é mostrar como o coronelismo e o clientelismo estiveram presentes nas relações entre as esferas federal, estadual e municipal no período destacado.

Palavras-chave: coronelismo, clientelismo, política local.

Introdução

Nossa sociedade tradicional, notadamente inscrita no período que varia dos séculos XVI até meados do século XX, moldou uma compreensão da política na qual o público confundiu-se com o privado, o desenvolvimento do capitalismo teve que conviver com o escravismo, o liberalismo durante o Império ficou posto meramente em preceitos constitucionais e a democracia acaba por buscar sua afirmação até nossos dias. Nessa sintética perspectiva, podemos dizer que as relações de dependência forjadas historicamente em nosso meio político (relações estas entre os setores dominantes e os subalternos) foram marcadas por elementos como o favoritismo, os laços de dependência pessoal, e, no que tange à ênfase desse trabalho, o clientelismo³. Sua prática durante o período compreendido pela República Velha (1889 – 1930), em específico na sua caracterização histórica na política local⁴,

¹ O trabalho foi realizado como conclusão da disciplina "Instituições Políticas Brasileiras" ministrada para o terceiro ano de Ciências Sociais e compõe minha pesquisa de Iniciação Científica como bolsista do CNPq sob orientação da Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

² Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara. E-mail: brunosilva_cso@hotmail.com

³ Nesse texto *clientelismo* é entendido como um tipo de relação entre atores políticos envolvendo concessão de benefícios públicos por um lado e, por outro, apoio político na forma de votos. É, em síntese, uma relação que envolve trocas genéricas entre as partes que travam relações. Sua natureza é “clientelista” (portanto envolvendo um “cliente” e não um “cidadão”) porque está para além dos preceitos legais garantidos pela Constituição, Códigos e Legislações.

⁴ O *poder local* pode ser definido como o conjunto de relações, processos e estruturas que condicionam a política na esfera municipal, especialmente nas instâncias de poder circunscritas pelo Estado.

conforme se depara Leal (1975) ao analisar o coronelismo⁵, definiu relações entre chefes locais e seu eleitorado e com os outros níveis de governo.

Dessa forma, o clientelismo operava nos municípios do interior rural (local em que se concentrava a maior parte da população brasileira até meados da década de 60), através da hegemonia social, política e econômica dos “coronéis” (LEAL, 1975).

Tabela 1 – Brasil: população urbana e rural por regiões entre 1940 e 2000 (em %)

Região	1940		1950		1960		1970		1980		1990		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Sudeste	39,4	60,6	47,5	52,5	57,3	42,7	72,8	27,2	82,5	17,5	88,0	12,0	90,5	9,5
Sul	27,7	72,3	29,5	70,5	37,6	62,4	44,6	55,4	62,5	37,5	74,2	25,8	80,9	19,1
Norte	27,7	72,3	31,5	68,5	37,8	62,2	45,1	54,9	51,5	48,5	57,8	42,2	69,8	30,2
Nordeste	23,5	76,5	26,4	73,6	34,2	65,8	42,0	58,0	50,5	49,5	60,6	39,4	69,4	30,6
Centro-Oeste	21,5	78,5	24,4	75,6	35,0	65,0	48,3	51,7	68,0	32,0	80,8	19,2	86,7	13,1
BRASIL	31,2	68,8	36,2	63,8	45,1	54,9	56,0	44,0	67,5	32,5	76,5	23,5	81,2	18,8

Fonte:

IBGE.

Na política local, a “morte dos coronéis” é um processo que se intensifica a partir das transformações político-institucionais, da reforma administrativa e da transformação da atuação do Legislativo no âmbito municipal no período pós-64, compreendido pelos governos militares. A figura do coronel passa a ser substituída pela do “político moderno”, o qual pode munir-se de meios clientelistas para governar, porém tem de navegar por entre as estruturas burocrático-administrativas para a conquista de prestígio político no que toca à busca de recursos para obras públicas, financiamentos para seu município, etc. (KERBAUY, 2000).

Este artigo busca nortear as principais contribuições de Sérgio Buarque de Holanda ao analisar comportamentos e mentalidades da família patriarcal (principalmente quanto à indistinção entre a esfera pública e privada); de Victor Nunes Leal, na discussão quanto ao coronelismo; de Maria do Carmo Campello de Souza, no tocante à permanência na dominação política e econômica por parte das elites agrário-exportadoras; e, por fim, as contribuições de trabalhos mais contemporâneos tratando sobre o clientelismo na estrutura do Estado, principalmente: nas relações entre os poderes Executivo e Legislativo e quanto as

⁵ O conceito de *coronelismo* tratado neste artigo é o desenvolvido por Leal (1975), pensado como um sistema político caracterizado por compromissos recíprocos que variam desde a figura do “coronel”, na esfera local, até a do presidente, na esfera federal. O *clientelismo* é um fenômeno mais amplo, conforme explicitado na nota 1. O coronelismo está ligado a uma estrutura agrária inadequada a um regime representativo (como ocorria no Brasil da República Velha) tendo no coronel sua expressão de mando. Assim, as relações dentro do sistema coronelista (que são específicas, tendo seu apogeu e declínio na medida em que a modernização política avançava) são de natureza clientelista.

transformações no poder local e na política municipal. Para isso, utiliza-se o livro de Maria Teresa Miceli Kerbaux “*A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*” e o livro de Edson Nunes “*A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*”, embora este último não trabalhe especificamente com o poder local, mas sim enunciando quatro gramáticas fundamentais para o comportamento das instituições políticas no Brasil: o clientelismo, o insulamento burocrático, a universalidade de procedimentos e o corporativismo.

Mais do mesmo – contextualizando o surgimento da República

O desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira foi fruto de um processo longo e contraditório desde o seu início. Seu gene está no colonialismo luso aplicado nas terras americanas que posteriormente se tornariam o território brasileiro, comportando o escravo enquanto mão-de-obra essencial para a produção agrária em detrimento da mão-de-obra típica do capitalismo, o trabalho livre e assalariado (NOVAIS, 1979). A formação social escravista caracterizava a sociedade colonial e perpassou toda a época Imperial até a abolição da escravatura em 1888. Assim, a República que nasceria em 1889 herdaria características dessa antiga sociedade como o monopólio da propriedade territorial, a concentração da população no meio rural e a não formação de cidadãos no tocante a universalidade dos direitos civis, políticos e sociais.

[...] a cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. (MARSHALL, 1967, p.76).

A afirmação do capitalismo brasileiro ocorreria somente com o processo de industrialização comandado pelo Estado principalmente a partir do governo Getúlio Vargas após a Revolução de 1930, afinal, até então o país tinha sua economia essencialmente voltada para o mercado externo na comercialização de gêneros primários (como historicamente exportou-se o açúcar, o algodão, o tabaco e o café, por exemplo) e na importação de produtos

manufaturados. A industrialização acontece sob a égide da substituição de importações na perspectiva de formação de um mercado interno dinâmico (FURTADO, 2007).

A industrialização no Brasil, ao passo em que coloca o curso da modernização na sociedade, exige em contrapartida a solidez do Estado para a sua ocorrência. Isso é necessário devido aos interesses distintos que inviabilizavam sua efetivação entre a díspare “classe burguesa” (composta fundamentalmente pelos cafeicultores do Oeste paulista que já tinham uma experiência empreendedora e comercial, imigrantes e comerciantes enriquecidos) que a defendia, e os antigos proprietários de terra que almejavam políticas de incentivo à produção agrária e comercialização do café (FURTADO, 2007). Assim, ela cria novos tipos de coalizão política e conflitos, colocando em xeque o poder das elites agrárias impossibilitando a estas governar em moldes oligárquicos (NUNES, 1997). A disputa capitalista ganha cena em detrimento da inexistência produtiva industrial típica da nossa sociedade tradicional marcada pela produção essencialmente agrária.

O capitalismo moderno veio a acontecer no Brasil em contexto distinto daquele prevalecente nos países que se industrializaram cedo. O clientelismo constituía um importante aspecto das relações políticas e sociais no país. Os arranjos clientelistas não foram minados pela moderna ordem capitalista – permanecem nela integrados de maneira conspícua. (NUNES, 1997, p.26).

O clientelismo, nesses termos, enquanto meio de concessão de favores, é elemento chave para se entender o mecanismo de dominação dos proprietários de terra sobre seus dependentes no meio agrário brasileiro caracteristicamente na Primeira República. Dessa forma, industrialização, desenvolvimento do capitalismo e modernização no Brasil são frutos da passagem de uma sociedade tradicional (de estrutura agrária marcada durante séculos pelo problema da escravidão, do imobilismo social e da dependência das camadas subalternas às superiores) para uma sociedade cujo principal agente modernizador seria o Estado (e que herdaria para esse feito instituições, relações e processos típicos do tradicionalismo, como o clientelismo no que tange a relação política entre os atores sociais).

A República nascente em 1889 seria legatária do Estatuto Colonial principalmente quanto a ter suas instituições políticas caracterizadas pelo privatismo e o personalismo, e nesses termos, há indistinção por parte da elite agrário-exportadora entre as esferas pública e privada, conforme aborda Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. O que seria essa formal ruptura com o Estatuto Colonial se deu apenas no plano político com a formação do

Estado Moderno (moldado essencialmente após 1808 com a vinda da família real para o Brasil). Não se tem ruptura, portanto, do ponto de vista econômico ou social (VIANNA, 1974).

Chega-se à República com a democracia (ainda que esta se apresente no plano formal) embora o sufrágio universal⁶ seja praticamente ilusório nesse contexto de formação republicana, ao passo em que a população brasileira ainda se encontrava no meio rural. Os chefes locais formam o que seria uma espécie de “curral eleitoral” fixo, onde controlam os votos desse eleitorado por meio de eleições fraudulentas, conforme delineia Victor Nunes Leal.

A Constituição Brasileira de 1891 estrutura o domínio político do Estado e instaura três aspectos fundamentais: a forma federativa de governo, em detrimento da Monarquia Constitucional Parlamentar (na qual não havia autonomia das províncias e das localidades), ou seja, a autonomia federativa dos níveis de federação (união, estado e município); o presidencialismo como forma de governo político; e o aumento da participação eleitoral por meio da democracia (que ficou no plano formal). Importante de se destacar, é que essa autonomia dos estados acaba sendo conquistada com a finalidade de poderem negociar diretamente com o estrangeiro, sem terem que passar pelo governo federal. Logo, a autonomia municipal se torna o enfoque dessa forma federativa de governo, e no âmbito do poder local destaca-se a hegemonia dos coronéis.

A principal diferença do proprietário de terras no Império para o coronel na Primeira República é o fato de que o primeiro vive em um contexto predominantemente escravocrata onde convive com a representatividade, porém, essa fica restrita aos membros da Câmara e Senado, eleitos indiretamente por meio do voto censitário. Já o segundo, tem em seu horizonte o sufrágio universal, a idéia de cidadania e o trabalho livre assalariado.

Esferas privada e pública: a família patriarcal estende seu domínio

Quais seriam as origens dessa indistinção do público em relação ao privado em nossa história política? Sérgio Buarque de Holanda pontua algo importante:

⁶ Entende-se por sufrágio universal a extensão do direito político do voto a todos na sociedade, independente da condição econômica e da posição social do indivíduo. Por isso, o sufrágio universal pressupõe cidadãos com direitos e deveres iguais perante a lei.

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (HOLANDA, 1993, p.101).

A perspectiva de que a esfera pública é um local no qual os interesses particulares das famílias patriarcais podem ser realizados, tem sua origem no tipo de cultura política desenvolvida historicamente no país. Ou seja, uma cultura na qual o Estado emerge como ente civilizador antes mesmo da formação de classes sociais bem definidas que poderiam, em tese, lutar por direitos da cidadania e assim, por direitos políticos.

O liberalismo durante o Império processa-se às avessas em nossa realidade social porque na prática o que se tem é a forma oligárquica de dominação política e econômica, a qual comporta o escravismo (e não a mão-de-obra assalariada) como principal força motriz da produção agrária.

Sérgio Buarque de Holanda, na década de 30, procura reinterpretar instituições, formas de vida e mentalidades herdadas pela República⁷, as quais vigoraram na Colônia e no Império sobrevivendo à Revolução de 1930, embora a sociedade brasileira estivesse em vias de transformação tanto administrativa quanto político-social.

Para ele, a família de núcleo patriarcal estruturou a sociedade brasileira em sua formação pré-republicana e acabou por dominar as classes subalternas. Essa família, na figura de seu chefe familiar – o proprietário de terras – detém um tripé básico: mando, disciplina e produção (DUARTE, 1939).

O patrimonialismo⁸, portanto, será o guia da sociabilidade na América portuguesa. O indivíduo, segundo Sérgio Buarque, não diferencia o domínio da esfera pública da privada. A

⁷ Em *Raízes do Brasil* o autor busca mostrar quais elementos ibéricos contribuíram para nos formarmos enquanto povo, ou quais as “raízes” para sermos o que somos enquanto brasileiros. Por exemplo, a ética vinda da metrópole ibérica seria muito mais a de “fidalguia” do que a “burguesa”. Isso implica em se valorizar muito mais valores e honras do que se buscar incessantemente frutos do trabalho, como esta última postula. Por serem guiados por essa ética, os colonizadores não se preocuparam tanto em trabalhar demasiadamente, sempre com vistas a aumentar o capital, antes, após produzirem o que julgavam suficiente, não se preocupavam com o excedente. Esse traço da “ética da fidalguia” se desdobraria ao longo de nosso desenvolvimento político-social.

⁸ Entendido aqui nos termos propostos por Holanda (1993) enquanto presença de um quadro político no qual os detentores de poder (no caso os chefes do núcleo familiar patriarcal) exercem dominação política e social sobre seus dependentes, sendo um elemento decisivo inclusive para a mobilidade social (porque devido ao “favor” desse senhor de terras, chefe patriarcal, é que os dependentes podem melhorar suas condições de vida). Há, portanto, uma indistinção entre o público e o privado porque para este chefe patriarcal tudo acaba sendo extensão do seu domínio, mesmo o que é propriedade do Estado. Embora para Raymundo Faoro, em *“Os Donos do Poder”*, o patrimonialismo seja domínio de um estamento burocrático, o qual guia politicamente a vida dos indivíduos por meio de sua influência sobre o Estado e, nesse caso, sobre o próprio chefe patriarcal. Para Faoro,

questão política resume-se aos interesses particularistas porque não há em contrapartida pressões políticas substanciais que possam gerar interesses comuns a serem batalhados. Nossa herança rural faz com que a família proprietária (patriarcal) acabe submetendo tanto o Estado quanto a sociedade a seus objetivos. A própria formação dos laços sociais fica permeada pela cordialidade, não tendo espaço para se desenvolver o individualismo moderno (calcado essencialmente na presença de interesses em comum por parte das classes sociais e pela impessoalidade). O “privatismo” e o “personalismo” acabam sendo os elementos transpostos da sociedade imperial, na caracterização do indivíduo, para a sociedade republicana.

Essa cordialidade e falta de impessoalidade será um elemento, no tipo social brasileiro, que dificulta a constituição da dominação burocrática racional legal na administração pública ou mesmo a destituição do “privatismo” na esfera pública (HOLANDA, 1993). Transformar o funcionário patrimonial em burocrata requer grandes transformações sociais.

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias. [...] O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. (HOLANDA, 1993, p.105-106).

O clientelismo, nesses termos, não é fruto do acaso, mas sim resultado de uma cultura relacional na qual as camadas dominantes da elite agrário-exportadora exercem dominação tanto política quanto social e econômica sobre as camadas subalternas.

A política é um *locus* de atuação de “gente graúda”, coisa de “coroné”, segundo o linguajar popular. E essa seria a mentalidade difundida durante a República Velha.

Clientelismo e hegemonia política dos coronéis na sociedade tradicional

A agremiação política nesse período da Primeira República fica a cargo dos Partidos Republicanos estaduais, os quais possuíam forte composição local e não estavam em

ao falar em patrimonialismo, Sérgio Buarque de Holanda, na verdade, estaria falando em um subtipo de dominação patrimonial que é o *patriarcalismo*.

consonância com possíveis interesses de cunho nacional. Maria do Carmo Campello de Souza em *“O processo político-partidário na Primeira República”*, demonstra como a luta política se canalizou para a defesa do federalismo, e, portanto, da autonomia das províncias. Sendo essa pressão notadamente maior por parte da oligarquia produtora de café na região do “Oeste Paulista”: “[...] a federação surge em atendimento às necessidades de expansão e dinamização da agricultura cafeeira, desfeitas, já na Abolição, as motivações econômicas que ligavam as várias regiões produtoras”. (SOUZA, 1975, p.164).

A tese da autora gira em torno de demonstrar que a “política dos governadores” (a qual, grosso modo, consistia na dominação política nacional guiada fundamentalmente pelos interesses das oligarquias paulista e mineira, que com o passar dos anos viram tomar força a heterogênea oligarquia do Rio Grande do Sul), foi o elemento de promoção, no período da República Velha, da união territorial, já que o antigo elemento realizador de tal feito – a escravidão – havia sido abolida e com ela o Império deu seus últimos suspiros. A ação estatal, nesses termos, continua sendo canalizada em prol dos interesses da velha elite agrário-exportadora. Dessa forma, tais elites dirigentes,

[...] não compartilhavam o poder com os novos grupos que tinham teoricamente, assegurada sua representatividade no processo político.
Assim, a elite proprietária, ao mesmo tempo em que aspirava, do ponto de vista ideológico de uma democracia liberal, agir de modo que a participação política se restringisse a seus representantes. (SOUZA, 1975, p.167).

A democracia está no plano formal bem como a representatividade. O clientelismo, o mecanismo de favor e o coronelismo, fornecem a tônica da vida política no meio rural brasileiro. O município é praticamente um apêndice das fazendas e nele se processa a dominação político-social dos coronéis.

A noção de clientelismo é associada em sua gênese aos estudos de sociedades agrárias. Por isso, o clientelismo é um tipo de relação social marcada pelo contato pessoal de um senhor e seu dependente. No caso brasileiro, pelo “coronel” e sua clientela. Para ocorrer, é necessário que essa relação seja calcada na desigualdade entre os dependentes (ou clientela) e seu senhor de terras, bem como pelo personalismo e não por meio da impessoalidade típica das relações sociais da sociedade capitalista moderna. Através da proteção (social ou mesmo econômica) oferecida por esse coronel à clientela, esta tem o compromisso de lhe devolver lealdade política (NUNES, 1997).

Nesses termos, a obra de Victor Nunes Leal, *“Coronelismo, enxada e voto”*, esmiúça o coronelismo enquanto fenômeno caracterizador de nossa política local o qual emerge na Primeira República e está intimamente ligado a uma estrutura agrária inadequada marcada pela concentração da propriedade rural. Logo, os fatores condicionantes da prática coronelista são: a situação de isolamento municipal; as relações de dependência estabelecidas tradicionalmente entre uma classe desprovida da posse de terra e dos meios de produção (o trabalhador rural) e a classe proprietária rural; o favoritismo típico dessa dependência; o domínio do processo eleitoral através de mecanismos de controle desse eleitorado rural (via “voto de cabresto” e através das fraudes eleitorais feitas à “bico de pena”); a forma como se estruturam as relações entre município e estado, nas quais o primeiro garante o eleitorado para o segundo (devido ao domínio que o coronel tem sobre seus dependentes) e, em contrapartida, o estado fornece ao coronel meios de manutenção dessa dominação, já que este encerra em si importantes instituições sociais. Pode-se dizer que o coronelismo se traduz em uma hegemonia social, política e econômica.

Devido à desorganização dos serviços públicos locais e a fragilidade das Câmaras Municipais (poder Legislativo) frente a um Executivo atuante de forma praticamente discricionária, o coronel exerce extra-oficialmente diversas funções do estado para com seus dependentes, garantindo assim seu poder de mando. Entretanto, é necessário pensar que ao longo do processo político o poder público vai se fortalecer, ocorrendo isso fundamentalmente com as mudanças institucionais pós-64. Em contrapartida, o poder privado desses chefes locais (já em derrocada) acaba sendo sucumbido. Nas palavras de Leal,

[...] o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 1975, p.20).

No sistema clientelista a troca de bens ocorre de duas formas: a “troca generalizada”, típica de sociedades rurais, incluindo promessas e expectativa de retornos futuros, e a “troca específica”, característica do capitalismo moderno na qual o processo de troca e aquisição não inclui a necessidade de relações pessoais futuras nem exige relações anteriores entre as partes envolvidas (NUNES, 1997). Seguindo essa diferenciação, pensando no coronelismo, verifica-

se essa “troca generalizada” na relação envolvendo o coronel e seus dependentes em um contexto de capitalismo pouco desenvolvido no país.

Deve-se frisar também que as “trocas generalizadas” ocorrem no capitalismo moderno, porém tomando nova feição. Em centros urbanos capitalistas, partidos políticos, organizações econômicas e em outras instituições da sociedade capitalista é possível se observar tais trocas.

Quanto ao apoio que os coronéis precisam para manter seu poderio na sociedade tradicional, o clientelismo é elemento chave para sua sustentação. Ter ao seu lado a polícia ou mesmo o poder de escolha quanto aos membros do judiciário são fatores destacados por Leal como essenciais para a sobrevivência política desses coronéis, já que estas são forças repressoras e de julgamento de ações legais ou ilegais na sociedade. O coronel, ao trazê-las para si, se abstém de seus desígnios – sua figura está para além da simples jurisdição já que ele é quem privilegiou determinado juiz para estar no cargo que ocupa, realiza as “benesses públicas” e viabiliza os meios materiais para a sobrevivência dos que estão sob seus “cuidados”.

As relações entre o poder local e as outras esferas de governo ocorrem, portanto, de forma clientelista. Pela dominação exercida sobre seu eleitorado, o coronel tem sua lealdade política e garantia de elegibilidade nos processos eleitorais. Os governos estadual e federal vislumbram esse fato porque dependem dos votos desse eleitorado nas eleições estaduais e federais. Ao ceder autonomia extralegal para o coronel nomear certos funcionários e delegados, tanto o estado quanto a União, firmam com este o compromisso típico do coronelismo, tendo em contrapartida a garantia dos votos do eleitorado local nas eleições. Com isso, o município fica destituído de autonomia legal significativa, garantida juridicamente. Assim, a busca dos coronéis que ocupam o poder local é o apoio dos outros níveis de governo (e estes sempre apóiam os coronéis possuidores de maior eleitorado sobre seu domínio).

Se os candidatos do governo municipal, que forem apoiados pelo governo estadual, são os que tem maiores oportunidades de fazer uma administração proveitosa, esse fato já predispõe decisivamente grande número de eleitores em favor do partido local governista. Em tais circunstâncias, mesmo as eleições municipais mais livres e regulares funcionarão, freqüentemente, como simples chancela de prévias nomeações governamentais. Autêntica mistificação do regime representativo. (LEAL, 1975, p.20).

Apesar de não ser um fenômeno homogêneo no interior de todo o país, e, portanto, ter nuances, o coronelismo possui alguns traços que lhe são típicos, como as relações de dominação entre um proprietário e seus dependentes ou mesmo os esquemas de fraudes eleitorais feitos pelos chefes locais para garantirem sua elegibilidade e influência sobre o eleitorado.

Quanto às Câmaras Municipais, estas aparecem como mera instituição pública figurativa possuindo mirradas receitas para atender as demandas da população. A necessidade de recursos oriundos do governo estadual para a construção de obras públicas e melhoramentos no município é o único caminho para tais realizações. Essas necessidades, quando supridas, aparecem para a população como uma “dádiva do poder” porque o coronel as concedeu devido sua força política perante o governo estadual, o qual lhe proveu os recursos para sua realização. Assim, o poder de decisão é dado pelo coronel e a força do poder Executivo sobrepõe-se ao Legislativo (LEAL, 1975).

Política local, transformações político-institucionais e clientelismo: apontamentos de uma literatura contemporânea

A prática clientelista no Brasil contemporâneo acaba realizando canais de comunicação e representação entre Estado e sociedade, fornecendo aos estratos mais baixos desta, mecanismos para suprir suas demandas específicas. (NUNES, 1997). Para averiguar esse processo no comportamento político local é necessário se fazer breves considerações quanto às alterações na política municipal.

Nesse sentido, o livro de Kerbaux (2000) *“A morte dos coronéis”*, analisa essas modificações que ocorreram nas relações e processos da política local após as reformas político-partidária, administrativa e a passagem da sociedade brasileira da década de 60 para uma sociedade urbana. Para isso, repensa-se a tessitura do poder local frente à emergência de um novo tipo de política – marcada pelas relações não mais de dependência pessoal para com o coronel, mas sim relações que perpassam a burocracia e estão atreladas aos meios técnicos para a ação política, seja na concessão de bens públicos ou na realização de obras de infraestrutura – e um novo tipo de político (o político moderno) ganha destaque em detrimento do antigo coronel e de suas práticas políticas. O processo de urbanização, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a constituição de um novo eleitorado, não mais desprovido de

informação, são elementos constituintes dessa nova realidade que circunscreve a política interiorana. O coronelismo vê-se fragilizado e busca novas formas de sobrevivência nesse meio municipal, o qual deixa de ser essencialmente rural e “isolado” para ser urbano e integrado através do crescimento industrial e da modernização do país.

A política torna-se uma atividade mais profissional e novos mecanismos nascem a partir dessas mudanças como: o clientelismo de massa (em detrimento das relações clientelistas calcadas nos laços pessoais entre as partes envolvidas), o burocratismo e o corporativismo (KERBAUY, 2000). Deve-se considerar que o clientelismo opera numa sociedade complexa como a brasileira através de um conjunto de redes personalistas as quais se estendem até os partidos políticos e burocracia (NUNES, 1997). Por isso,

Estas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo. As elites políticas nacionais contam com uma complexa rede de corretagem política que vai dos altos escalões até as localidades. Os recursos materiais do Estado desempenham um papel crucial na operação do sistema; os partidos políticos – isto é, aqueles que apóiam o governo – têm acesso a inúmeros privilégios através do aparelho de Estado. Esses privilégios vão desde a criação de empregos até a distribuição de outros favores como pavimentação de estradas, construção de escolas, nomeação de chefes e serviços de agências, tais como o distrito escolar e o serviço local de saúde. (NUNES, 1997, p.32).

As instituições estatais acabaram incorporando esse processo de troca de favores, principalmente através das ações da burocracia para “driblar” os interesses tipicamente políticos do sistema partidário. As alternativas ao clientelismo, portanto, são o universalismo de procedimentos (buscando a impessoalidade na concessão de obras e verbas para projetos públicos nas cidades) e o insulamento burocrático. Na construção teórica de Nunes (1997), quatro gramáticas constroem as características de nossa política: o clientelismo, o universalismo de procedimentos, o corporativismo e o insulamento burocrático. Elas operam de forma sincrônica e ganham maior ou menor utilização ao longo de nossa história. Como por exemplo, no governo de Getúlio Vargas o corporativismo toma força, já no governo Juscelino Kubitschek é o insulamento burocrático que dá o tom das ações políticas.

No âmbito municipal, as reformas político-partidária e administrativa promovem a criação de uma administração pública mais racional e técnica sendo que e os partidos políticos ganham destaque nas disputas eleitorais enquanto canalizadores de demandas sociais. Essas transformações compõem o projeto de modernização do interior feito nos governos militares. As principais medidas dessas mudanças para o poder local pós-64 foram:

[...] 1) a extinção dos antigos partidos políticos, a suspensão das eleições majoritárias diretas para os executivos estadual e federal e a implantação do bipartidarismo pelo Ato Institucional nº 2 de 1965 e pelo Ano Complementar nº 4 de 1965; 2) a reforma tributária efetivada pela Emenda Constitucional nº 18 de outubro de 1965 (posteriormente incorporada à Constituição de 1967) e pela Lei Orgânica dos Municípios de 1967, que vinculou a obtenção de empréstimos e financiamentos à elaboração pelos municípios de seus Planos de Desenvolvimento Integrado, PDDI (a essas reformas tributárias e administrativas federais foram acopladas reformas estaduais, principalmente a que diz respeito à criação das regiões administrativas em julho de 1967); 3) a restrição do papel do Legislativo federal, estabelecida pela Constituição de 1967 e pelo Ato Institucional nº 5, de 1968. (KERBAUY, 2000, p.66).

A administração municipal passa a funcionar segundo preceitos técnicos compondo-se assim uma tecnocracia no governo. A autonomia municipal discutida desde os primórdios da república é novamente suplantada devido ao reforço sofrido pelo poder discricionário praticado pelo governo federal. A hegemonia tributária da União é garantida legalmente, ficando os municípios e estados sujeitos à concessão de recursos por parte do poder central. Isso revela o fato de que os atores políticos municipais tiveram que buscar suas barganhas no interior das agências burocráticas. O quadro técnico-burocrático ganha destaque, e os poderes Executivo e Legislativo têm que aprender a lidar com ele (KERBAUY, 2000). A disputa política passa a ter como partidos o MDB (composto por oposicionistas ao partido do regime militar) e o Arena (partido governista). Assim, o clientelismo intergovernamental não é mais dado pela posse de terras (força política dos coronéis), mas sim pela posse dos meios de administração do político moderno e de sua máquina partidária.

A conquista do poder local, antes calcada na certeza de quem iria o deter (pois o processo eleitoral na prática coronelista era fraudulento e as próprias instituições colaboravam para o domínio político do coronel), passa a ser disputada de forma árdua e sob a ação dos partidos políticos. O ambiente agora é o da discussão partidária, ideológica, mas também é o da projeção particular dos candidatos e de seus esforços em construir sua imagem como defensores dos interesses coletivos assim como da capacidade que tiveram para conquistar apoio dos grupos de pressão política e econômica. Não basta ser político para alcançar o poder, é preciso ser um bom administrador. Ter uma boa projeção política passa a depender não mais do seu círculo de amigos, todavia é garantida através dos seus feitos na cidade, da geração de empregos que suas ações proporcionaram e, fundamentalmente, das melhorias na qualidade de vida da população.

O Legislativo na política local ganha uma nova função. Se no período colonial as Câmaras Municipais tinham a função de administrar os precários recursos públicos locais (LEAL, 1975) e a tradição de nossa política mostrou a fragilidade do Legislativo em formular políticas frente à ação discricionária do Executivo (que pode até mesmo tomar decisões econômico-financeiras em consonância com as agências técnico-burocráticas após a Constituição de 1967), sua manutenção ocorre por três elementos: ele serve para legitimar o sistema político, recruta as elites para o desempenho de funções fundamentais e serve para contrabalancear o Executivo. Assim, os vereadores (membros do Legislativo), são os políticos que circularão entre as novas elites políticas municipais e entrarão em contato com as demandas da sociedade civil e por elas terá que batalhar para poder chegar ao poder não se esquecendo de manter, é claro, seus contatos pessoais e suas práticas clientelistas, já que estas sobrevivem perante a modernização da política.

No processo eleitoral, os candidatos à vereança funcionam como canos eleitorais de candidatos a prefeitos ou de candidatos a cargos estaduais e federais, pelo fato de os candidatos à vereança estarem mais próximos da população e de a Câmara Municipal, principalmente nos dias de hoje, funcionar como receptora das demandas dos munícipes, tornando-se os vereadores verdadeiros mediadores entre os interesses do eleitorado e o Executivo Municipal. (KERBAUY, 2000, p.84).

Essas são as constatações das principais transformações ocorridas na política local em relação à época do predomínio do coronelismo. Esse período discutido abrange até as reformas realizadas entre 1964-82 que modificaram o cenário local.

Considerações Finais

O fenômeno do coronelismo aparece associado ao clientelismo em nossa política local, consistindo numa relação na qual o coronel (proprietário de terras) possui domínio político e jurisdicional sob seus dependentes (que é, em termos de importância política, seu eleitorado). A dominação do coronel é reproduzida através dos laços de favoritismo e de sua influência perante outros níveis de governo como o estadual e o federal. Nesse sentido, a obra de Victor Nunes Leal, “*Coronelismo, enxada e voto*” contribuiu para se reiterar as constatações históricas do coronelismo. O clientelismo, nesse sentido, é um dos sustentáculos do poder local na Primeira República.

Com o processo de modernização, a necessidade de industrialização, e a passagem da sociedade brasileira de uma sociedade essencialmente rural para uma sociedade urbana, processaram-se transformações na vida política. Assim, a forma tradicional de se fazer política nos municípios (através da dominação do coronel) foi alterada com a implantação da burocracia, do corporativismo e da profissionalização da política (KERBAUY, 2000). Um novo tipo de conotação para o político local é dada – o político moderno – pelo fato de sua função ter se alterado. Ele tem que conviver com a burocracia, se relacionar com os partidos buscando apoio para suas ações políticas e ser flexível na relação entre Executivo e Legislativo.

Nesses termos, a política local se torna um espaço de concorrência acirrada, cujas disputas pelo poder envolvem setores da sociedade civil e grupos de pressão política – os quais visam ter seus interesses representados na Câmara – na medida em que os partidos políticos se articulam polarizando tais disputas na esfera política.

Portanto, o clientelismo metamorfoseia-se em nossa sociedade, buscando sobreviver em níveis institucionais e não mais de relações sociais como a do coronel com seus dependentes. Todavia, as transformações urbanas e os novos atores com os quais os políticos tem que se relacionar, geram pressões em prol da profissionalização da atividade política.

Referências

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. Araraquara: FCL/Laboratório Editoria/ UNESP; São Paulo: Cultua Acadêmica Editora, 2000.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF; ENAP, 1997.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1971.

VIANNA, Francisco José Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1974.

A INFLUÊNCIA DO RELATÓRIO BEVERIDGE NAS ORIGENS DO WELFARE STATE (1942 – 1950) ¹

Fábio Luiz Lopes Cardoso²

Resumo: este artigo analisa o chamado “Relatório Beveridge” (ou *Report on Social Insurance and Allied Services*), o mais importante documento que embasa o regime de *Welfare State* britânico no imediato pós II Guerra Mundial. Muitos foram os motivos que culminaram na disseminação do Estado de Bem-Estar Social ao final da Segunda Guerra Mundial e a influência inglesa, representada pelo “Relatório Beveridge”, teve neste processo grande importância. O documento propôs de maneira concreta diversas reformas no âmbito da seguridade social e contribuiu para a consolidação do *Welfare State* inglês, desta maneira, angariando grande influência em suas origens. O aprofundamento de sua compreensão nos fornece os elementos necessários para delinear um parâmetro histórico mais completo sobre a temática do Estado Protetor e do tipo de sociedade dele advinda.

Palavras-Chave: Estado de Bem Estar Social; Macroeconomia; Política Social.

Introdução

A primeira metade do século XX foi um período marcado por profundas transformações, provenientes de fatos históricos de grande relevância como a crise do liberalismo, crise do colonialismo, a revolução russa, a queda do padrão ouro, a primeira guerra mundial, a crise da bolsa em 1929, ascensão do fascismo e, por fim, a segunda guerra mundial. Tais eventos provocaram grandes modificações sobre a cultura, a visão de mundo e o equilíbrio da sociedade advinda do século XIX. Segundo Karl Polanyi (1944), a sociedade que precedeu essas mudanças ruuiu totalmente e a estabilidade entre as grandes nações européias, garantidora da paz e de prosperidade econômica, havia terminado. No ambiente político, o liberalismo clássico também foi posto em xeque na medida em que suas orientações mostravam-se insuficientes no direcionamento dos novos problemas que emergiam.

¹ Este artigo é o resultado parcial da pesquisa de Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do trabalho de monografia para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Claudia Heller, do Departamento de Economia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara (FCLAR/UNESP).

² Aluno do Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara (FCLAR/UNESP). E-mail: fabiollc@yahoo.com.br

A contestação de antigos valores (devido, entre outros fatores, à exacerbação da violência, à queda no padrão de vida e ao desequilíbrio político-econômico) alterou significativamente a organização das sociedades européias ocidentais. Entretanto, o desenvolvimento de políticas voltadas para assistência social (que tem sua origem no início do século XIX), se fortaleceu frente a essas mudanças.

Na perspectiva das medidas de bem-estar, o ambiente conturbado do início do século abriu espaço para diversos atores sociais (intelectuais, políticos, sindicalistas) que promoviam sua defesa. Algumas circunstâncias foram de especial congruência para fornecer as condições necessárias a seu desenvolvimento (decorrentes diretamente das respostas advindas das crises da primeira metade do século XX) como a formação dos monopólios, aprofundamento das crises sociais, o fortalecimento do Estado e o surgimento da teoria keynesiana (fundamentando a ampla intervenção estatal, através da publicação da *Teoria Geral* de Keynes (1936), antes mal vista ou aplicada por vias empiristas (FURTADO, 1959; OFFE, 1984). Tais características delinearam um ambiente bastante peculiar, favorável à ampliação dos direitos sociais, que pôde se concretizar a partir de um consenso geral da sociedade transcendendo velhas ideologias (liberais clássicas e marxistas radicais) em torno de um projeto moderado da então nova via social democrata (PREZEWSKI, 1991).

Este círculo virtuoso foi responsável por gerar o chamado *Welfare State* Keynesiano (unindo as políticas de cunho social com as perspectivas intervencionistas e revolucionárias da teoria de Keynes), que consistiu em um regime específico do capitalismo moderno. Somente este formato histórico do capitalismo juntamente com os excedentes econômicos, desenvolvimento tecnológico, avançada burocratização e um específico modelo de produção - modelo fordista (QUADAGNO, 1987 *apud* FARIA, 1998) ³ - foi capaz de viabilizar o Estado Protetor. Porém, a ação dos indivíduos enquanto agentes históricos também foi determinante para os rumos políticos adotados naquele período. Segundo alguns autores (ESPING-ANDERSEN, 1991; ROSANVALLON, 1997), o *Welfare State* só pode ser viabilizado por um pacto interclasses acordado através da pressão proletária (organizada em sindicatos) e das tendências da elite econômica, favoráveis na época à adoção de políticas de cunho social para a preservação das próprias forças produtivas. Existem ainda outras vertentes de explicação

³ QUADAGNO, Jill. Theories of the Welfare State. *Annual Review of Sociology*. vol.13, 1987

que creditam apenas às questões estruturais do sistema capitalista a convergência que deu origem ao *Welfare State* (O'CONNOR, 1977; OFFE, 1984; PREZEWORSKI, 1991).

O *Welfare State*, nesse sentido, fez parte de um amplo processo civilizatório e modernizante decorrente do desenvolvimento do sistema capitalista de tipo industrial, dos direitos (ampliação progressiva da cidadania através dos direitos civis no século XVII, direitos políticos no século XIX e direitos sociais no século XX (MARSHALL, 1967)), e de experiências históricas, culminando fundamentalmente com o surgimento do formato democrático partidário competitivo (OFFE, 1984).

Claus Offe (1984) destaca que a junção do *Welfare State* keynesiano com a democracia partidária competitiva, a partir do final da primeira guerra mundial, não foi apenas um modelo de política adotado como medida de caridade pública. Na perspectiva das relações sociais, o regime de *Welfare State* alterou o capitalismo e as relações sociais, não tanto quanto a social-democracia imaginava, mas proporcionando a desintegração de seu caráter espontâneo e auto-regulador, assim como a noção de autoridade ou bem absolutos do sistema. Esta modalidade foi a expressão máxima do processo de ampliação das responsabilidades estatais. O *Welfare State* foi também o mais bem sucedido modelo, na tentativa de agregar a instável combinação do capitalismo com a democracia, principalmente promovido pelo funcionamento, em seu seio, do sistema partidário competitivo. Seu objetivo era prover serviços que suprissem as necessidades básicas do ser humano e da família, assegurando direitos fora do mercado. O capitalismo, deste modo, adotou uma face específica, diversa da anteriormente praticada, através de uma profunda politização da economia, o específico “neocorporativismo europeu”⁴ nas palavras de OFFE (1984) e VIANNA (1998).

O assistencialismo encontra suas origens político-normativas na Lei dos Pobres (*Poor Laws*) advindas do absolutismo inglês do início do século XVI (FIORI, 1995). A partir disso, desenvolveu-se desordenadamente até as propostas de seguridade social apresentadas na antiga Prússia (atual Alemanha) pelo chanceler conservador Otto Von Bismarck (1871-1890), com o objetivo principal de evitar as mobilizações, o desgaste físico dos trabalhadores e

⁴ O neocorporativismo, fenômeno europeu, caracteriza-se pela presença de grupos especializados e organizados nos ambientes de decisão política, uma “competição oligopólica” das elites que fornecem bens públicos, introduzindo contingências de mercado nas disputas políticas, alavancadas pelo controle do Estado na economia e politizando a sociedade. O Estado participa ativamente das associações, e as associações participam de diversas formas do gerenciamento das políticas públicas. Este processo teria o poder de reduzir os conflitos de classe e revela o caráter participativo de uma sociedade frente a um estado democrático forte. Diferencia-se do conceito de corporativismo pela ausência de conotações pejorativas, e por ter um sentido de colaboração (VIANNA, 1998; OFFE, 1984).

reprimir o partido socialista (SIGERIST, 1943), e obteve seu auge ao final da segunda guerra mundial, tornando a questão social definitivamente uma atribuição do Estado. Carvalho (2004) e Rosavallon (1997) defendem que o desenvolvimento do assistencialismo está ligado à origem do Estado nacional no século XIV, que tinha como objetivo garantir a segurança da propriedade privada. Historicamente registram-se associações e fundos de ajuda mútua datados da Grécia antiga e do período da Idade Média (SIGERIST, 1943). O amplo desenvolvimento de políticas sociais só ocorreu no decorrer do século XX, no entanto o que fica evidente é que a preocupação com medidas voltadas ao assistencialismo e a coação da miséria esteve presente em outros períodos, promovido pelos mais variados setores sociais e com crescimento irregular e fragmentado.

Existem muitos debates em torno do conceito de *Welfare State*. O próprio termo possui diversas variações, entre elas: Estado Protetor, Estado Benfeitor, Estado de Bem-Estar Social, Estado Providência, Estado Executor, Estado Reformista e Estado Interventor. Os estudiosos utilizam e adjetivam o conceito conforme a perspectiva de cada abordagem, o que gera imprecisão conceitual. Ficam evidentes, também, as divergências quanto ao período histórico em que os termos podem ser aplicados (ALMEIDA, 2003). A mesma falta de precisão na definição ocorre com os conceitos “seguridade social” e “política social” (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Alguns autores - entre eles Sigerist (1943), Marshall (1965), Esping-Andersen (1991), Fiori (1995) e Rosanvallon (1997) - defendem que as políticas sociais esparsas, presentes desde a antiguidade até meados do século XX, não tinham nível assistencial, abrangência e coesão capazes de serem caracterizadas como um Regime de *Welfare State* pleno. Em geral, o conceito de *Welfare State* significa uma política nacional, efetiva e coerente de serviços sociais que englobam as diversas necessidades humanas e, a partir da perspectiva dos direitos, busca atender a totalidade da população com o intuito de promover sua emancipação. É muito mais complexo que o termo “política social”, abrangendo uma gama muito maior de instrumentos de igualdade (ALMEIDA, 2003).

Esta conotação geral foi amplamente aplicada no período pós-Segunda Guerra Mundial (ARRETCHE, 1995), principalmente após o surgimento do Relatório Beveridge (*Report on Social Insurance and Allied Services*) na Inglaterra em 1942 (FIORI, 1995). Embora existissem diversas formas desenvolvidas de regimes de seguridade social, como o caso sueco (CARVALHO, 2004), o grande mérito do Relatório foi apresentar de maneira

pioneira um plano político concreto, com propostas de reformas sociais abrangentes e universalistas. Assim, foi capaz de propor a implantação de um avançado regime de proteção social, obtendo ampla aceitação e repercussão (PEREIRA, 2008).

Isto só foi possível em um contexto em que, entre outros fatores, a teoria Keynesiana, a democracia partidária competitiva (OFFE, 1984) e o projeto político da social democracia forneceram condições fundamentais para a construção e disseminação do Estado de Bem-Estar num grau de complexidade, abrangência e qualidade historicamente novos.

Na Inglaterra, o governo composto por uma coalizão de partidos chefiada pelo primeiro-ministro conservador Winston Churchill encomendou, em meados de 1941, a formação de um comitê interministerial – o *Committee on Social Insurance and Allied Services* - que tinha como objetivo planejar e propor reformas ao serviço de seguridade social então vigente, o *Nacional Insurance Act* de 1911 (LEITE, 1983). Com esta iniciativa, segundo Sigerist (1943), o governo pretendia fornecer um incentivo ao esforço nacional de guerra, além de assegurar um nível aceitável de padrão de vida para a população e promover a solidariedade entre as classes. Antevendo demandas políticas e econômicas ao término do conflito mundial, as políticas sociais eram entendidas como um mecanismo de estabilidade macroeconômica necessárias para manter a ordem em períodos críticos como aquele (SIGERIST, 1943).

Nesse sentido, o *Welfare State*, em grande parte derivado do Relatório Beveridge, foi constituído de maneira diferente do que ocorria anteriormente, já que não era uma simples questão de seguridade social visando os “necessitados”, mas envolvia a sociedade como um todo. Tratava-se de uma nova forma de assistência social que saiu da esfera privada e se tornou objeto de política pública (PREZEWORSKI E WALLERSTEIN, 1988). Tal perspectiva já havia sido discutida de maneira superficial na Carta do Atlântico (1941), documento elaborado pelo primeiro ministro britânico Winston Churchill em conjunto com o presidente americano Franklin Roosevelt (MARSHALL, 1965), que era uma declaração de princípios a serem adotados ao final da Segunda Guerra pelos dois países, e que contou com a posterior adesão de diversas nações aliadas (SIGERIST, 1943).

O Relatório

Coordenado pelo economista liberal e funcionário público William Beveridge, o Relatório contou com o apoio técnico do governo, recebeu diversas sugestões de entidades privadas e de figuras ilustres como o economista John Maynard Keynes (KOMINE, 2006). Os trabalhos foram amplamente divulgados a fim de estimular a participação pública na elaboração das políticas a serem implementadas. Embora o caráter do projeto fosse estritamente pragmático, a elaboração do documento, entre outras atribuições, realizou um balanço histórico das medidas assistenciais inglesas, diagnosticou a situação das famílias e suas necessidades e elaborou um levantamento dos planos nacionais de seguridade social existentes no mundo (foram analisados ao todo 30 países) (BEVERIDGE, 1942).⁵

Durante sua elaboração constatou-se o atraso relativo da Grã-Bretanha (em relação aos demais países) e a necessidade de aprimoramento do sistema, abarcando todas as esferas imprescindíveis ao Bem-Estar. O relatório pretendia, através da completa racionalização do sistema de seguros sociais vigente, inovar e superar as experiências realizadas até então, formulando um modelo que atendesse toda a população mediante um esforço conjunto do Estado e da sociedade (PEREIRA, 2008). Os benefícios deveriam ser ajustados para compreender todas as necessidades básicas dos indivíduos e das famílias, e sua duração seria ilimitada até a resolução do problema. Pretendia criar um senso de orgulho e solidariedade, promovendo a igualdade e o comprometimento dos indivíduos. Ademais, os usuários que fizessem dos benefícios sua única fonte de renda, tendo a possibilidade de buscar outros meios de subsistência, seriam punidos (BEVERIDGE, 1942).

Juntamente com as medidas de seguridade social, o relatório previa que o governo deveria assegurar serviços de saúde com qualidade e gratuidade, fornecer meios para a reabilitação profissional e promover a manutenção do emprego. Segundo o Relatório Beveridge, evitar o desemprego em massa era a condição para o êxito do seguro social. O plano tinha ainda preocupações com a taxa de natalidade e mortalidade, amparo à infância, proteção à maternidade, reforma do sistema previdenciário, preocupação com doenças e incapacidade, além de despesas especiais como aluguel, nascimento, casamento, viuvez e morte. Beveridge, entretanto, elegeu os maiores problemas que a sociedade inglesa deveria

⁵ Os países analisados pelo Relatório são: Austrália; Bélgica; Canadá; Dinamarca; Alemanha; Nova Zelândia; România; África do Sul; Suécia; Estados Unidos; Brasil; Bulgária; Chile; Costa Rica; Equador; Espanha; Finlândia; França; Grécia; Holanda; Hungria; Itália; Iugoslávia; Japão; Noruega; Panamá; Peru; Polônia; Uruguai; Tchecoslováquia.

enfrentar, os “cinco gigantes”: a doença, a ignorância, a miséria, a imundície e a desocupação (BEVERIDGE, 1942).

Suas principais metas administrativas eram a horizontalidade das taxas de benefícios e das contribuições, a unificação administrativa, a adequação dos benefícios ao nível mínimo de subsistência, a racionalização do sistema e a classificação dos usuários de acordo com as classes de segurança. As classes de segurança foram divididas em seis grupos: empregados, outros profissionais remunerados (empregadores, lojistas, fazendeiros), donas de casa, outras pessoas em idade de trabalhar (estudantes, enfermos), pessoas abaixo da idade de trabalho e aposentados (BEVERIDGE, 1942).

O impacto econômico do plano também foi avaliado. Supunha-se que a centralização administrativa - com a criação do Ministério da Seguridade Social - traria grande economia de recursos. Haveria três modalidades de financiamento: o seguro compulsório, pago por todos, seria responsável por financiar as necessidades básicas; a assistência nacional, totalmente subsidiada pelo governo, cobriria casos especiais ou ainda não atendidos; e o seguro voluntário seria dirigido a benefícios adicionais. Os seguros seriam pagos através da Caixa de Seguros Compulsórios (não subsidiada pelo Estado), que reuniria todas as contribuições relativas à manutenção do nível da renda.

O Relatório Beveridge foi apresentado ao governo contendo 23 alterações referentes ao plano em vigência na época (Plano de 1911) e outras novas estruturas, resumidamente: 1º unificação das contribuições de seguro social, para reduzir os custos administrativos; 2º unificação administrativa, para aumentar a eficiência, a acessibilidade dos segurados, a abrangência e a regularidade da distribuição dos auxílios; 3º desregulamentação dos “benefícios especiais”, com vistas à uniformização; 4º criação dos seguros para acidente e doença; 5º ampliação dos serviços médicos; 6º criação de diversos dispositivos de proteção para as mulheres; 7º extensão dos seguros para cidadãos incapacitados e pensões para a velhice a todos os cidadãos; 8º auxílio aprendizado; 9º equiparação de todas as taxas de auxílios (desemprego, incapacidade e aposentadoria); 10º equiparação do tempo de espera para todos os auxílios; 11º equiparação das condições de contribuição dos auxílios e revisão das condições de contribuição para as pensões; 12º duração indefinida do seguro desemprego; 13º duração indefinida do auxílio-incapacidade; 14º aumento do valor da pensão a cada ano de retardamento após o cumprimento da idade mínima, visando flexibilizar o tempo de aposentadoria e incentivar os que desejarem continuar trabalhando; 15º fusão dos antigos

planos especiais de seguro com o novo Sistema de Seguros Sociais; 16º abolição das isenções de seguros; 17º pensões adaptadas às várias necessidades das viúvas; 18º bonificação universal de funeral; 19º transferência das funções locais de assistência para o Ministério da Segurança Social; 20º transferência da responsabilidade quanto à cobertura para os cegos para o Ministério da Segurança Social; 21º transferência de diversas outras funções pertencentes a outros órgãos do governo para o Ministério da Segurança Social; 22º substituição da comissão de seguro desemprego pela comissão de seguros sociais; 23º conversão do seguro industrial (que era administrado pela iniciativa privada) para um serviço público. Propunha-se ainda a criação, juntamente com os Seguros Sociais, da Assistência Nacional e do Seguro Voluntário e defendia-se a criação do auxílio aluguel, do subsídio para a infância e da Caixa de Seguros Sociais. Vale ressaltar, entre outros, dois princípios importantes: o estabelecimento de um valor mínimo para a subsistência e a universalidade de todos os benefícios.

O modelo proposto por Beveridge oferece uma ampla variedade assistencial e promove, segundo Esping-Andersen (1991), um alto grau de “desmercadorização” – termo cujo significado considera os serviços sociais como direitos do cidadão, pois sua abrangência possibilita que este possa manter-se sem depender do mercado, permitindo a emancipação do indivíduo e a elevação da qualidade dos postos de trabalho. Com essas características, a publicação do Relatório é considerada um marco histórico para as políticas sociais, embora não seja um documento revolucionário, como o próprio Beveridge chegou a afirmar (PEDERSEN, 1993 apud FARIA, 1998)⁶ pois se baseou em regimes já existentes em outros países e na evolução das próprias estruturas inglesas.

Pode-se afirmar que o Plano possui diversas características do *Welfare State* de tipo escandinavo, de acordo com a tipologia desenvolvida por Esping-Andersen (1991), que descreve três modelos de assistência: “o assistencialista”, “o previdenciário” e o “modelo Beveridge”. Este último caracteriza-se por ser um sistema universalista, com benefícios uniformes, democráticos, igualitários, desmercadorizantes e universalizantes – que são também as características básicas do *Welfare State* escandinavo (que oferece serviços sociais e benefícios de elevada qualidade, desmercadorizantes e universalizantes e que busca promover a independência individual e o pleno emprego, sintetizando as demandas das classes trabalhadoras e das classes médias, juntamente com o compromisso de solidariedade).

⁶ PEDERSEN, Susan. (1993) *Family, Dependency, and the Origins of the Welfare State*. Britain and France, 1914 – 1945. Cambridge: Cambridge University Press.

O sistema desenvolvido no Plano Beveridge, assim como o escandinavo, aproxima-se da classe média urbana, já que os proprietários rurais na Inglaterra não eram fortes a ponto de oferecer respaldo político para a formação do sistema de *Welfare State*. Além de ter uma preocupação especial com a questão da miséria, podemos citar o sistema de proteção familiar, a ampla estrutura de proteção proposta no Relatório e a preocupação com o pleno emprego como fatores de aproximação destes dois modelos. Esta também é a concepção de Titmuss (1974), para quem existe duas modalidades básicas de proteção, uma de tipo Bismarckiano (de caráter seletivo e corporativista, no qual os benefícios eram fixos, uniformes e voltados apenas aos grupos profissionais) e outra de tipo Beveridgeano (de formatação calcada nos direitos de cidadania, com ampla rede de benefícios sociais garantidores de um bom nível de vida a todos os indivíduos). Para Titmuss (1974), as proposições do Relatório Beveridge se aproximam do modelo desenvolvido pelos países escandinavos, pois ambos são do tipo “Institucional”⁷ baseado no tipo Beveridgeano de proteção.

O desenvolvimento das políticas sociais inglesas teve, sob influência do Relatório Beveridge, um inquestionável aprimoramento qualitativo (LEITE, 1983). Há claras evidências de que as circunstâncias da época e do país colaboraram muito para o surgimento de um relatório nos moldes em que foi organizado. A Inglaterra encontrava-se em uma posição geopolítica favorável, sendo um dos países mais avançados e ricos do mundo (MARSHALL, 1965). O conflito mundial foi um fator ainda mais importante, pois da maneira como se desencadeou, fortaleceu a unidade nacional, o consenso em torno das medidas de seguridade social e promoveu reflexões quanto ao futuro da nação. Beveridge exemplifica bem esta questão em seu Relatório: “(...) a declaração de uma política de reconstrução feita por uma nação em guerra equivale a uma declaração dos usos que aquela nação pretende fazer da vitória, quando a vitória for alcançada.” (BEVERIDGE, 1942, § 459).

A história da Inglaterra tem vários episódios de preocupação com questões sociais (PEREIRA, 2008). No entanto, foi com a Segunda Guerra Mundial que os propugnadores de reformas sociais ganharam força e visibilidade para empreender suas convicções. O Relatório

⁷ A tipologia de Titmuss (1974) é a seguinte: Modelo Residual - em que os mecanismos de bem-estar só podem ser acionados quando o mercado e a família deixam de cumprir seu papel, mesmo assim por um período de tempo determinado e com uma abrangência bastante limitada; Produtividade e Desempenho - no qual os serviços de seguridade são medidos de acordo com a produtividade e o desempenho dos trabalhadores; Redistributivo Institucional - estabelece que toda pessoa tem direito à cidadania plena, os serviços são proporcionados de forma universalista. Esta tricotomia, porém, foi alterada pelos autores que trabalharam posteriormente com o modelo e tornou-se usual utilizar apenas os tipos Residual e Institucional.

Beveridge, inserido neste contexto, tinha duas características: uma em que suas propostas seriam apenas fruto de uma evolução do passado e outra, inovadora, derivada de seu alto grau de racionalização, sistematização e abrangência (MARSHALL, 1965). Nesse sentido, o modelo proposto por Beveridge foi um grande marco, influenciou *policy-makers* e intelectuais, tornando-se um paradigma para outras nações (LEITE, 1983). Galgou, desta forma, o nível de referência metodológica juntamente com John Maynard Keynes e T.H. Marshall nas análises acadêmicas do *Welfare State* (PEREIRA, 2008).

Após 18 meses de trabalho, o *Report on Social Insurance and Allied Services* foi apresentado, em 20 de novembro de 1942, à Câmara dos Comuns inglesa, que de imediato assumiu a postura de discutir e aplicar as propostas do plano ao final da guerra, embora o próprio documento tenha previsto a possibilidade de iniciar sua aplicação antes do fim do conflito. A popularidade do relatório foi imensa e apesar de seu caráter puramente técnico, de difícil compreensão para os leigos, disseminou-se rapidamente por toda a população inglesa, que demonstrou amplo interesse pelo assunto (SINGER, 1943). Sua repercussão foi de grande magnitude também em âmbito internacional e acabou por influenciar programas sociais em diversos países (PEREIRA, 2008).

Segundo Gonçalves (2001), o Brasil também sofreu influência do plano proposto para a Grã-Bretanha. Esta influência, no caso brasileiro, se caracterizou principalmente pela participação de técnicos do governo nas conferências internacionais sobre seguridade social no pós-guerra, e pela repercussão do Relatório através de debates e artigos escritos por estudiosos do assunto⁸ (ASSIS, 1950 *apud* GONÇALVES, 2001)⁹. Noronha (1999) caracteriza ainda o Plano Beveridge como tendo influência sobre a constituição de 1988. Neste sentido, vale a pena reproduzir um trecho do discurso de Getúlio Vargas, citado em GONÇALVES (2001, p.20):

Com esse plano [o ISSB - Instituto de Serviços Sociais do Brasil], colocava-se o Brasil novamente na liderança dos sistemas de previdência social, antecipando e superando em muitos pontos as reformas no mesmo sentido empreendidas em outras nações (...) inclusive o famoso Plano Beveridge, na Inglaterra.¹⁰

⁸ Em 1944 o *Jornal do Comércio* e a partir de 1945 o *Boletim do Trabalho, Indústria e Comércio*, o *Boletim dos Industriários*, a *Revista Brasileira de Seguridade Social*, são alguns exemplos (Gonçalves, 2001).

⁹ ASSIS, Armando de Oliveira. Preservamos a nossa previdência Social. In: *Revista Brasileira de Seguridade Social*. nº 2, fevereiro, 1950.

¹⁰ A referência é VARGAS, Getúlio. Tópicos da mensagem do chefe de governo (27 – 39). In: *Industriários*. nº 32, Abril, 1952.

Beveridge assumiu a tarefa de defender e consolidar as diversas medidas propostas, no decorrer dos debates e da cena política, fazendo modificações e adicionando novos benefícios quando necessário. Essa postura causou forte atrito entre Beveridge e o governo inglês (KOMINE, 2006). Os debates que se desenvolveram após a publicação do Plano se concentraram, principalmente, até início dos anos de 1950 (MARSHALL, 1965; HOBBSAWM, 1994) – período em que a onda reformista do pós-guerra foi substituída por posições conservadoras, visando a manutenção das vitórias alcançadas. Ficou claro também que, com o passar do tempo, o consenso em torno das políticas de seguridade mais abrangentes foi sendo abandonado, dificultando o seu desenvolvimento (MARSHALL, 1965; ROSANVALLON, 1997).

Num país anglo-saxão como a Inglaterra, de tradição liberal fortemente enraizada, a resistência política às reformas propostas no período foram relevantes, não impedindo, porém, o desenvolvimento do amplo processo do qual redundaria no Estado de Bem-Estar Social inglês. Deste modo, Esping-Andersen (1991), mesmo não estudando especificamente o caso inglês, define que o *Welfare State* desenvolvido naquele país seria classificado, na sua tipologia, junto ao modelo que vigorou nos Estados Unidos, um regime de tipo "liberal", isto é, que apenas proporciona uma oferta mínima de serviços sociais à população.

Conclusão Preliminar

A bibliografia consultada indica uma deficiência nas análises históricas, ao não distinguir o Relatório Beveridge como um plano de propostas - um ideal - daquilo que foi efetivamente implementado. As diferenças entre o Regime de Estado de Bem-Estar Social Inglês e o Relatório Beveridge não estão devidamente contempladas.

Este texto é uma primeira aproximação para trazer o debate à tona e analisar de forma mais detalhada a desconexão entre a teoria e a aplicação prática das medidas formuladas por Beveridge, ou seja, identificar qual o teor das propostas que foram deixadas de lado e quais foram implementadas. Nesta primeira aproximação procurou-se analisar o *Welfare State* inglês e o Relatório Beveridge, estabelecendo um paralelo entre as duas perspectivas, para definir quais medidas foram adotadas e quais foram descartadas. A pergunta que se pretende responder, sem a pretensão de esgotar a temática, é: Quais propostas do Relatório Beveridge foram responsáveis pela formação do *Welfare State* na Inglaterra?

Para identificarmos quais características do modelo de *Welfare State* inglês foram previstas no Relatório Beveridge é necessário, obviamente, examinar a fundo o *Report on Social Insurance and Allied Services*, bem como analisar as contribuições que destacam as características do sistema adotado pela sociedade inglesa até o início dos anos de 1950. Só assim é que se pode detectar quais medidas foram adotadas e quais foram preteridas, e então determinar as características da influência do Relatório proposto por Beveridge no sistema prático adotado.

Apurou-se que o Relatório Beveridge teve grande peso na decisão eleitoral ao final do governo de guerra (GONÇALVES, 2001; BBC, 1942; SKED e COOK, 1993). O partido social-democrata triunfou frente ao partido conservador de Winston Churchill, ao representar maior compromisso com a implementação das reformas descritas no plano e devido ao desgaste sofrido pela coalizão direitista no decorrer da guerra. Entretanto, de acordo com Marshall (1965), o governo apresentou sua própria versão do relatório, ficando clara a intenção de aplicar somente as medidas que incentivassem o trabalho, protegendo e estimulando a classe trabalhadora.

As propostas de Beveridge, mesmo sendo apenas parcialmente implementadas, formaram um dos pilares fundamentais do sistema inglês. Os outros referenciais foram as reformas da educação (*Education Act*, 1944) e da saúde (*National Health Service*, 1946) (MARSHALL, 1965). Deste modo, a proposta de Beveridge não pode ser considerada como único representante daquele sistema.

As medidas aprovadas pelo governo provenientes do Relatório Beveridge foram adotadas na forma de um “pacote”: em 1946, a Lei Nacional de Seguro (que previa novas regras para o auxílio doença e desemprego, pensões de aposentadoria, auxílio-maternidade, viuvez e funeral), e em 1948 a Lei Nacional de Assistência que criou a Assistência Nacional. Adotaram-se juntamente com essas reformas, algumas medidas para promoção do emprego e aumento da participação do Estado na economia corroborando com a lógica keynesiana adotada mundialmente na época e com algumas preocupações expressas no próprio Relatório. Entretanto, diversos princípios deixaram de ser adotados, a exemplo da unificação administrativa, da reabilitação da mão-de-obra, do seguro voluntário e da proposta do subsídio para a infância. Muitas estruturas provenientes do sistema do sistema de 1911 continuaram regendo a esfera da proteção social inglesa.

O processo político inglês optou por uma redução do modelo universalista e para a adoção de medidas de cunho pragmático. Obstáculos econômicos e o alto nível de complexidade das propostas foram dados como principais fatores de rejeição. Segundo Marshall (1965), as transformações políticas pelo qual o plano foi submetido comprometeram seu equilíbrio original. Contudo, o Relatório Beveridge promoveu uma transformação no regime social inglês, mesmo que de maneira não tão profunda em comparação com as suas ambições iniciais, angariando posteriormente grande importância conceitual e também política, principalmente nas perspectivas acadêmicas, das políticas públicas e da política social (FARIA, 1998).

Segundo Marshall (1965) e Pereira (2008), o forte liberalismo presente tanto na sociedade e na política, quanto no próprio Relatório Beveridge, explica ao menos em parte a perda do consenso (ROSANVALLON, 1997) e o desgaste do pacto em torno das medidas de seguridade, dificultando o aprofundamento das medidas de proteção, ou mesmo a aceitação daquelas estruturas que foram apresentadas e aprovadas.

O fato é que, assim como o *Welfare State* em geral o seu desenvolvimento na Inglaterra foi multi-causal e interativo (ESPING_ANDERSEN, 1991), traçar os motivos que determinam a trajetória deste fenômeno requer a consulta a fontes diversas. Uma parte delas foi coberta neste texto, que evidentemente ainda não exauriu a análise nem dá respostas definitivas. Mas, neste sentido, vale recuperar a indagação de Esping-Andersen (1991, p. 116).

“Os sentimentos contrários ao *Welfare State* durante a última década [1980] em geral foram mais fracos quando as despesas foram maiores, e vice versa” Por quê?

Referências

ALMEIDA, Cristiane de Castro. **Cidadania e Bem-Estar: Formação Histórica e Fundamentos Teóricos do Welfare State**. Dissertação de Mestrado em Teoria Política. UFMG. Minas Gerais, 2003.

ARRETCHE, Marta. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. **Boletim Informativo Bibliográfico**, Rio de Janeiro, nº 39, 1º semestre, 1995.

BBC, British Broadcasting Corporation News. **Beveridge lays welfare foundations**. Disponível em:

<http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/december/1/newsid_4696000/4696207.stm>
. Acesso em: 10 dez. 2009.

BEVERIDGE, William. **Social Insurance and Allied Services**. London: His Majesty's Stationery Office, 1942.

CARVALHO, Rodrigo Pinto de. **O Último Paraíso?** Um Estudo Sobre o Estado de Bem-Estar Social Sueco. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso de Economia. UNESP. Araraquara, 2004.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As Três Economias do Welfare State. **Lua Nova**, nº 24, Setembro, 1991.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado e Bem-Estar Social. **Boletim Informativo Bibliográfico**. Rio de Janeiro, nº 46, Setembro, 1998.

FIORI, José Luis. Estado do Bem Estar Social: Padrões e Crises. **Série Estudos em Saúde Coletiva**, nº 17, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1959.

GONÇALVES, Marylda. **O Plano Beveridge e o Sistema de Bem-Estar Social no Brasil 1945 – 1954**. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso de Economia. UNESP. Araraquara, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos O Breve Século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KOMINE, Atsushi. **Beveridge on Welfare Society: An Integration of the Trilogy**. Kyoto: University of Rome, 2006.

LEITE, Celso Barroso. **Um Século de Previdência Social: Balanço e perspectivas no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARSHALL, Thomas. **Política Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

NORONHA, Silvia. Previdência foi tudo que faltou. **Rumos**. nº 156, Janeiro, 1999

O'CONNOR, James. **USA: A crise do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: Temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens da Nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1944.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1991.

PRZEWORSKI, A.;WALLERSTEIN, M. O Capitalismo Democrático na Encruzilhada. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 22. Outubro, 1988.

ROSANVALLON, Pierre. **A Crise do Estado Providência**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

SIGERIST, Henry. From Bismarck to Beveridge: Developments and Trends. **Journal of Public Health Policy**, vol. 20, nº 4, 1943.

SKED, Alan e COOK, Chris. **Post-war Britain**. A politica history. London: Penguin Books, 1993.

TITMUSS, Richard M. **Social Policy**. An Introduction. London: George Allen & Unwin, 1974.

VIANNA, Maria Lucia Werneck. **A americanização perversa da seguridade social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ENTRE A RUA E A “GAIOLA”: BREVE ETNOGRAFIA DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE UM LÍDER COMUNITÁRIO A PARTIR DE SUA ATUAÇÃO COMO MEDIADOR POLÍTICO ¹

Moisés Kopper²

Resumo: Este trabalho problematiza o uso público da palavra nos espaços da democracia – representativa e participativa – de Porto Alegre. Pretende-se apreender, de forma particular, a maneira como a *arte oratória* é empregada estrategicamente por líderes comunitários em sua atuação performática e mediadora por diferentes espaços públicos da cidade. Pensado como uma modalidade específica de capital simbólico que agrega valor às performances discursivas, o uso público da palavra contribui para a compreensão dos processos representativos e de mediação política que orientam a participação popular, assim como dos significados atribuídos ao exercício da política. A etnografia privilegia, através da observação participante, os itinerários de um desses líderes comunitários, demonstrando como suas competências lingüísticas o conduzem à ação, conectando uma diversidade de agentes e instituições sociais, tais como associações de camelôs e o novo *Centro Popular de Compras* de Porto Alegre. Os resultados indicam que as relações de poder da liderança são constituídas em contextos de disputa e negociação, envolvendo líderes e grupos sociais concorrentes, de um lado, e dispositivos estatais, como o Ministério Público, a Prefeitura e a Câmara Municipal de Vereadores, de outro.

Palavras-chave: Arte Oratória, Democracia Participativa, Orçamento Participativo, Antropologia, Porto Alegre.

A história deste artigo tem seu início em agosto de 2007, quando ingressei, como bolsista de Iniciação Científica, no projeto de pesquisa “Cultura e Democracia Participativa”, sob a orientação do professor Arlei Sander Damo. Em termos gerais, o ponto fundamental dessa tentativa de incursão pelas esferas do Orçamento Participativo de Porto Alegre (OP-POA) era de enfatizar a atuação e o fluxo ordenado de agentes sociais – em especial, de líderes comunitários – e experiências, na tentativa de captar os itinerários dos sujeitos encarnados que conformam, de uma perspectiva local e cultural, os meandros desse

¹ Este artigo é uma adaptação e constitui parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, apresentado em 2009/02 à banca examinadora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Moisés Kopper é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi bolsista Pibic/CNPq no projeto “Cultura e Democracia Participativa” de 2007 a 2009. E-mail para contato: moiseskopper@royalnet.com.br.

dispositivo de participação popular na esfera pública. De maneira particular, esforcei-me, naquele momento, por compreender as relações de concorrência que se instituem entre as diferentes lideranças – seja no Conselho do OP (COP)³, seja nos Fóruns Regionais de Delegados e Conselheiros (FROPs)⁴ –, em disputa pelo monopólio da representação social e pela legitimidade de mediar os interesses dos delegados e das comunidades que representam. Isso, por sua vez, coloca em jogo um complexo sistema de construção de reputações e de produção e manutenção de capital político entre esses agentes.

A observação participante se concentrou, até o primeiro semestre de 2008, sobre a Região Centro do OP-POA, estendendo-se, a partir de 2009, também sobre o COP. Aos poucos, passei a perceber as dinâmicas culturais que ali se desenhavam como uma modalidade de jogo social, dramatizado e ritualizado de acordo com uma certa perspectiva estética e performática que possibilitava a expressão singular de seus participantes em espaços públicos específicos. O OP era tido, então, como um campo aberto de experimentação retórica, subjetiva e cultural a partir do qual novas práticas e técnicas poderiam ser apreendidas e acopladas na propulsão dos interesses locais das comunidades participantes.

A partir do segundo semestre de 2008, passei a acompanhar etnograficamente a realização estratégica da mediação política pelos interstícios dos espaços públicos – num processo dinâmico, em que são testadas e colocadas à prova as capacidades do líder comunitário em fazer valer seus contatos, suas redes, seu capital simbólico e cultural, enfim, seu poder de barganha e negociação. Por conseguinte, para se poder compreender e problematizar a mediação, cumpre observar os seus processos de operacionalização, que necessariamente ocorrem nos entre-espços – de liminaridade, de fronteira cultural – seja na relação do líder com a comunidade, seja na negociação cultural nos espaços de bastidor da política convencional, seja no acionamento de dispositivos estatais, como o Ministério Público, a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores.

³ Guardando certas semelhanças para com as instituições parlamentares convencionais, o COP é o órgão máximo de deliberação do OP, através da participação de todos os conselheiros de todas as diversas regiões do OP, ele planeja, fiscaliza e delibera sobre os investimentos a nível municipal.

⁴ Os FROPs reúnem os conselheiros e delegados em cada região ou temática, ocasião em que são discutidas as prioridades de investimentos locais. Em função da participação dessas duas categorias diferenciadas de agentes da democracia participativa – bem como de parte voluntária da comunidade – afloram com mais vigor e efervescência os embates políticos, as negociações de sentido entre o governo e a comunidade.

O ponto de partida para esse deslocamento de objeto e, conseqüentemente, do próprio interesse de investigação teórica, foi a candidatura de um dos conselheiros titulares da Região Centro para o cargo de vereador de Porto Alegre. A fim de acompanhar a rotina e as práticas dessa tentativa de incursão pelos espaços êmicos de arregimentação de capital político, passei a tomar parte, mais diretamente, do cotidiano de Juliano Fripp que, além de atuante, há alguns anos, no Conselho do OP, também está à testa de um grupo de comerciantes informais envolvidos com a implantação do novo Camelódromo, no centro da cidade.

Finalmente, desde fevereiro de 2009, tenho acompanhado quase que diariamente os efeitos da negociação e das estratégias políticas de Juliano Fripp e seu séquito de lideranças políticas no acionamento de várias modalidades de agência para a consecução de seus interesses – entre as quais, por exemplo, o Ministério Público, a Prefeitura Municipal, a Imprensa, a Câmara de Vereadores. Da mesma forma, tenho realizado trabalho de campo entre os próprios camelôs, doravante considerados comerciantes populares, buscando captar os retratos e corolários subjetivos desses processos de transição física e cultural⁵.

O objetivo deste artigo, nesse sentido, é discutir e problematizar, por meio de alguns casos etnográficos e paradigmáticos, essas experiências heteróclitas que constituíram minhas incursões de campo, para além dos espaços da democracia participativa de Porto Alegre. Tomando como ponto de partida as estratégias discursivas materializadas na atuação de Juliano por esses espaços, é possível pensar a questão do desenvolvimento de uma arte oratória idiossincrática que tem lugar nos espaços destinados ao uso público e performático da palavra, a partir da discussão ensejada por Pierre Clastres (1979), ao problematizar o papel do chefe político nas “sociedades contra o Estado”. Nesses grupos sociais, a palavra constitui-se no dever do poder: não se reconhece ao chefe o direito à palavra porque ele é o chefe; a sociedade exige do homem destinado a ser chefe que ele prove o seu domínio sobre uma série de competências técnicas que o distinguem do resto do grupo, todas centradas no uso retórico da palavra. (CLASTRES, 1979, p. 149-153).

Nessa perspectiva, um dos elementos constitutivos centrais para o entendimento dos sustentáculos simbólicos inerentes aos contextos de performance discursiva e que orienta a

⁵ Os trabalhos de campo realizados junto às instâncias do OP, tanto quanto o acompanhamento de Juliano Fripp e dos camelôs envolvidos nas negociações do Camelódromo, renderam um copioso conjunto de escritos etnográficos, de mais de 300 páginas, na forma de diários de campo, em permanente expansão.

expressão pública do chefe como mediador político, é o desenvolvimento subjetivo daquilo que Christian Ghasarian (2007) denominou “arte oratória”, tendo como contexto etnográfico a sociedade de Rapa, na Polinésia Francesa. Consoante o autor, as qualidades retóricas de expressão da palavra pública ritualizada nesses grupos sociais estão associadas ao exercício de funções estatutárias importantes, como as de pastor, diácono, prefeito, presidente de uma associação local, etc. Contudo, diferentemente de Clastres (1979) – que associa indestrinçavelmente poder e palavra – Ghasarian está preocupado em demonstrar como uma determinada “arte oratória” *sui generis* opera concomitantemente à formação de uma arte democrática e, por extensão, na construção de um *in-group* moral entre os sujeitos (GHASARIAN, 2007). Assim, antes de tudo, os momentos rituais de expressão

(...) permet également – et c’est le point qui nous intéresse ici – d’exprimer verbalement, avant et après l’action proprement dite, leurs opinions sur le travail général du groupe impliqué dans la préparation d’un événement particulier et, plus globalement, sur la communauté dans laquelle elles vivent (ibidem, p. 136).

Ao mesmo tempo em que a narrativa do sujeito (re)produz o “real”, a partir de um ponto de vista particular, ela também articula um espaço interpretativo no qual se manifestam novos desejos, e o social é investido com a ambivalência de múltiplos significados, que podem trazer à tona possíveis brechas entre o “real” e o “mundo produzido por palavras”, a imagem do real mediada pela narrativa. Nesse sentido, um ponto constitutivo fundamental de qualquer performance – sobretudo entre as culturas afeitas à tradição oral e entre grupos sociais em que o uso da palavra figura como uma espécie de capital estratégico – consiste na capacidade de improvisação artística do orador. As tarefas relacionadas ao uso da cultura escrita, de forma geral, (como a leitura de um texto ou a escritura de documentos, por exemplo) podem suscitar numerosos problemas ao orador, mesmo se este dominar o capital técnico necessário ao desenvolvimento destas práticas. Tais incumbências, de caráter prescritivo, são executadas com a voz hesitante, monótona e sem inspiração – mesmo se o texto foi lido e relido previamente, em particular. A palavra se torna muito mais fluída e entusiástica quando o mesmo orador improvisa seu discurso face aos interlocutores e à

audiência, em contextos de oralidade e co-presença – ocasiões que permitem um maior domínio da palavra, com a idéia de um refinamento estético presente em seu uso⁶.

Pensar o uso público da palavra a partir da faculdade de improvisação implica, seguramente, tratá-la em termos de uma modalidade específica de capital simbólico, isto é, enquanto um conjunto de códigos e bens imateriais produzidos e apreendidos pelo sujeito no decorrer de sua socialização nos espaços de participação da democracia participativa e que promovem o reconhecimento imediato e naturalizado das propriedades intrínsecas ao seu discurso. Em outras palavras, significa aqui que a análise do poder das palavras deve estar conectada aos usos da linguagem e, por conseguinte, às condições sociais de utilização das palavras e da eficácia ritual deste capital retórico (BOURDIEU, 1998). De modo que o princípio da eficácia simbólica das diferentes formas de argumentação, de retórica e de estilística deve ser procurado na “relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo”.

Assim, compreender a *performance* implica dar conta, por extensão, a maneira como o sujeito, de corpo inteiro, nela participa, toma parte e forma, isto é, tendo em vista o contexto mais amplo de qualquer interação intersubjetiva e os elementos (atitudes e posturas) acionados na presença da alteridade (LE BRETON, 2009). Depreende-se disso que a performance não pode ser reduzida ao estudo do objeto semiótico: “sempre alguma coisa dela transborda, recusa-se a funcionar como signo... e todavia exige interpretação” (ZUMTHOR, 2000). Trata-se, portanto, de um processo global de significação.

As propriedades intrínsecas ao discurso não cumprem, pois, a função de proferir uma ordem prescritiva aos interlocutores, numa dada situação comunicativa. O mediador político, via de regra, não dispõe de autoridade alguma, de qualquer poder de coerção (EVANS-PRICHARD, 2007); o chefe não está em relação de transcendência ou exterioridade ontológica e física com sua comunidade, à semelhança do Príncipe, em Maquiavel (FOUCAULT, 1979). O líder comunitário está ao serviço da sociedade que o institui, enquanto corresponder com perspicácia aos anseios e expectativas de seus representados, numa relação de interdependência cujo risco é permanente (CLASTRES, 1979):

⁶ Por certo, este também é uma das características que singulariza a interioridade da experiência temporal do antropólogo em campo, quando se valoriza, do ponto de vista metodológico, o “estar lá” e o contato face a face com os nativos, participando de seus eventos, grupos e vida cotidiana por um certo período de tempo prolongado que raramente é inferior a um ano.

A tribo, para quem o chefe não é mais do que um instrumento apto para realizar a sua vontade, facilmente esquece as vitórias passadas do chefe. Para ele nada está adquirido em definitivo, e se ele quer restituir às pessoas a memória tão facilmente perdida do seu prestígio e da sua glória, não é somente exaltando as suas antigas proezas que o conseguirá, mas antes suscitando a ocasião de novos feitos de armas. Um guerreiro não tem escolha: está condenado a desejar a guerra. É exatamente aí que se encontra o consenso que o reconhece como chefe. Se o seu desejo de guerra coincide com o desejo de guerra da sociedade, esta continua a segui-lo (Ibidem, p.203).

Depreende-se desta passagem aquele que é o último aspecto relevante a ser considerado na composição de um quadro teórico de abordagem das performances retóricas associadas ao uso público da palavra: a construção do indivíduo como líder comunitário – seja em termos de retórica discursiva, de representação social, de mediação e atuação política – é *dinâmica*, não pode cessar, sob pena de romper o fio tênue que o conecta aos interesses de seu grupo e às causas e interesses que sua atuação materializa (VELHO e KUSCHINR, 2001). Com base no sentido do jogo incorporado, ele deve peremptoriamente se projetar um passo à frente de seus interlocutores, suscitando questões mal-resolvidas, aspectos problemáticos, à cata de fendas e hiatos sociais a serem resolvidos entre a comunidade que representa. Seu prestígio depende disso: de fazer crer e instituir, entre os representados, um agudo senso de insatisfação com as condições materiais e simbólicas que alicerçam o presente, forjando projetos com vistas ao futuro, amarrando-os estrategicamente com as lutas e disputas que ele travará em espaços específicos, no presente.

Uma vez as coisas terminadas, e qualquer que seja o resultado do “combate”, Clastres lembra que o chefe de guerra torna a ser um chefe sem poder, em caso algum o prestígio consecutivo à vitória se transforma em autoridade. O poder da oratória e da eloquência armada é o único mecanismo e o dispositivo técnico do qual pode se valer na tentativa de persuasão das pessoas; uma empresa que nunca está segura do seu sucesso, uma aposta sempre incerta e que, por isso mesmo, é intrinsecamente dependente das competências do líder em manipular esse arsenal constituído pelo capital retórico – em conjuminância com outras modalidades como o social, o político, etc. – na articulação e resolução de conflitos e na construção de um campo de possibilidades culturais entre seus representados.

Privilegiar os itinerários percorridos por um dos líderes comunitários de destaque da Região Centro do OP de Porto Alegre, demonstrando como suas transações e articulações em contextos multifacetados de disputa e negociações operam na constituição de sua autoridade

política e representativa – impõe uma série de desafios e problemas metodológicos. Como liderança comunitária engajada no processo de elaboração, desenvolvimento e apropriação de uma demanda específica e pontual da Região Centro do OP-POA – o CPC ou, como prefere chamar, simplesmente, o *Camelódromo* – Juliano intersecta em suas movimentações e estratégias discursivas uma diversidade de agentes e instituições sociais.

No que toca ao complexo ordenamento destas experiências múltiplas e heteróclitas que plasman a democracia participativa, de modo geral, e a atuação de Juliano, de forma particular, farei uso da noção metodológica eliasiana de análise processual e relacional a partir das cadeias de interdependência que são constituídas entre diferentes eventos, sujeitos e espaços de interação (ELIAS, 1994). A idéia fundamental consiste em tomar as movimentações e o uso público da palavra operacionalizada por Juliano como porta de acesso às tensões e às redes de configurações mais amplas nas quais se inscreve sua ação (ELIAS, 1995). Sendo assim, as próprias interações não são tomadas como eventos isolados, porque os indivíduos, sujeitos desse processo, são eles próprios atravessados pelas dinâmicas configuracionais dos processos e constituídos nas relações dinâmicas com o todo (DELZESCAUX, 2001). Em uma palavra, os processos e eventos aqui narrados, ao privilegiarem determinados espaços de interação, pretendem ilustrar como a produção simbólica (estruturas mentais) está atrelada à dinâmica social (estruturas sociais) (ELIAS, 2001; GARRIGOU E LACROIX, 2001), na tentativa de retirar de uma “coleção de miniaturas etnográficas” uma ampla paisagem cultural da nação, da época, do continente ou da civilização (GEERTZ, 1989).

A seleção dos espaços que fizeram parte desta etnografia dos processos políticos obedeceu ao critério da multiplicidade das diferentes arenas de participação democrática desveladas pela mediação de Juliano: Ministério Público, Prefeitura Municipal, SMIC, Câmara Municipal de Vereadores, Centro Popular de Compras, Orçamento Participativo, mídia – procurou-se privilegiar a diversidade de instituições e agentes sociais que compõem o cenário cultural e arquitetônico da esfera pública de Porto Alegre. Muitos dos contextos e diários de campo desta pesquisa que venho realizando desde o início de 2009 não puderam ser contemplados; cito, aqui, sobretudo, os limites da representatividade de Juliano no interior do Camelódromo – é o caso daqueles indivíduos que, municiados de um olhar crítico sobre o

processo, identificam problemas e contradições na condução dos trabalhos e na maneira como o líder se dirige à comunidade através de sua arte oratória *sui generis*. Por outro lado, atuar nos interstícios desses diferentes espaços sociais significa, do ponto de vista da construção representacional do líder comunitário, não somente que *ele esteve lá*, senão que a sua própria arte oratória, sua habilidade de jogar e usar inventivamente os conceitos, as lógicas e as dinâmicas sociais desses campos, se constitui *sobre* esses mesmos itinerários.

Os itinerários e os universos de circulação: a atuação de Juliano Fripp

Residente em Esteio, região metropolitana de Porto Alegre, Juliano foi um dos fundadores da Associação Feira Rua da Praia (ASFERAP), em 2001. Desde então, vem travando sucessivas disputas em nome da comunidade que representa, seja na defesa de seus interesses, seja na discussão, proposição e execução de um dos maiores projetos arquitetônicos do centro de Porto Alegre – o Camelódromo. Meu primeiro contato com Juliano ocorreu ainda em 2007, ocasião em que freqüentava com assiduidade o FROP da Região Centro do OP; na época, problematizava-se o início das obras do novo empreendimento. Durante todo o ano de 2008, a constante exposição à mídia em função dos conflitos com outros setores e agentes sociais envolvidos na disputa pelo Camelódromo, bem como as diversas manifestações públicas em favor da rediscussão do projeto e da transposição dos camelôs, fizeram-no candidatar-se a vereador de Porto Alegre. Apesar de seu prestígio político e das várias incursões durante a campanha pelas comunidades da Região Centro do OP, em que se consolidou como liderança, fez cerca de 900 votos, o que o colocou numa distante posição de suplência, muito aquém, portanto, de suas aspirações iniciais.

O que está em jogo não é, pois, uma espécie de reconstituição exegética e histórica da trajetória de uma liderança comunitária, mas, antes, a tentativa de pensar a articulação e imbricação de diferentes universos simbólicos através do uso público da palavra por parte de uma das figuras centrais do processo de participação popular na política de Porto Alegre. E, mais importante: não se trata da figura particular de Juliano, nem de entendê-lo como um protagonista dessa história, mas, antes, dos grupos sociais, dos critérios culturalmente

mediados de participação, das redes de reciprocidades, das alianças e das tensões macro-sociais a que o seu itinerário dá lugar.

Por sua vez, o projeto de concepção, planejamento e implantação de um Centro Popular de Compras que abrigasse os camelôs e comerciantes informais do centro de Porto Alegre precisa ser entendido tendo em vista o “campo de possibilidades” macrossociológico a partir do que foi possível pensar a emergência e concretização de uma instituição denominada “Camelódromo”. Considero plausível, nesse sentido, abordar o problema da construção de uma espécie de “frente discursiva” em torno do fenômeno e do processo de reurbanização e higienização a que recentemente foi submetida a Região Centro de Porto Alegre: é no interior desse contexto mais amplo que a questão pôde ser politicamente enunciada e praticada. Este é um processo que, quando analisado em sua polifonia discursiva, envolve uma multiplicidade de agentes e semânticas sociais, tão polivalentes – do ponto de vista da organização simbólica do real – quanto o são os substratos subjacentes às macro-políticas governamentais sustentadas pela prefeitura municipal.

De modo geral, a questão do Camelódromo agrega indissociável e concomitantemente a atuação pública de pelo menos três modalidades de agentes diferenciados – de um lado, os agentes estatais (prefeitura municipal, secretarias de gestão, vereadores); de outro lado, os grupos sociais pleiteantes e afetados pelo processo – são estes os camelôs e comerciantes informais que durante várias décadas ocuparam as ruas do centro da cidade e que repentinamente se vêem na iminência dos processos de legalização e de negociação com o Estado – transfigurando uma relação historicamente pontuada pela oposição e pelo distanciamento sistemático da esfera pública. Há, ainda, um terceiro grupo de agentes – são os representantes da construtora do empreendimento, com quem os camelôs deverão manter, doravante, uma relação contratual, jurídica e comercial de locação dos espaços de trabalho.

Em meados de 2008, já com a obra finalizada, passou-se a aventar e discutir a possibilidade de postergação da abertura, da inauguração e da transposição dos comerciantes populares – como seriam doravante nominados. O debate travado naquele momento pelos atores implicados no processo inseria-se num quadro mais amplo acerca das diversas irregularidades e insuficiências suscitadas pelo grupo de Juliano com relação à estrutura do novo prédio, tida como imprópria para ocupação, ao mesmo tempo em que estavam em jogo

os sentimentos, as expectativas, os anseios e as emoções subjetivas dos camelôs afetados pelo processo de transposição física e cultural da rua para a “gaiola”, como fazem questão de ressaltar. A fim de propulsionar sua atuação e os efeitos pragmáticos da mobilização social, Juliano acionou, recorrentemente, diversas instâncias públicas, tais como o Ministério Público e a prefeitura municipal, alternando períodos de negociação e rompimento simbólicos.

Um dos resultados mais palpáveis, portanto, da intervenção de Juliano – no acionamento estratégico dessas instâncias e na proposição de irregularidades do ponto de vista da construção do prédio – como representante, à época, de parte significativa dos camelôs que ocupariam ulteriormente as bancas do Camelódromo, foi a postergação da inauguração do empreendimento, que viria a ser aberto ao público somente no dia nove de fevereiro. Do ponto de vista simbólico, porém, o que estava em jogo através da agência de Juliano e de sua performatização oratória era a construção de sua reputação como o líder comunitário mais apto ao exercício da função de mediador político, cargo que o acúmulo de capitais e habilidades, como a arte retórica, o uso público da palavra e a rede de alianças e competências técnicas pessoais lhe conferiam.

Gostaria de iniciar com a apresentação de um episódio importante do ponto de vista do roteiro metodológico de uma antropologia dos processos de institucionalização do capital retórico, da operacionalização de uma economia simbólica e cultural de valores, da formação e conversão do capital social e político. Trata-se do processo de escrutínio pelo qual Juliano foi eleito e consagrado representante oficial dos comerciantes populares, evento, este, ocorrido no dia 16 de fevereiro deste ano.

A eleição de Juliano no Camelódromo

A eleição e o escrutínio dos votos acontecia no terceiro andar do prédio. Como fosse a primeira vez que conhecia esta parte do Camelódromo, passei imediatamente a fotografar o local. Estava entretido com a câmera e Juliano se aproximou, me cumprimentando com empolgação. Estampado no centro de sua camiseta havia um pequeno papel com o número dois rabiscado, preso com um alfinete. Ao seu lado, estavam alguns líderes camelôs de outros locais, cujas feições recordei das reuniões de que participamos ainda no ano anterior, durante a época eleitoral. Juliano me convidou para sentar ao seu lado, em um banco improvisado

com baldes de tinta vazios. Reiterou a preocupação com a vitória da chapa quatro, cujos representantes estariam aliados ao governo, mancomunados, portanto, a “toda uma política corrupta e que não prioriza quem deveria ser priorizado no Camelódromo”.

Enquanto Juliano conversava com seus companheiros de causa, dirigi-me para onde estavam Dona Vera, Dona Ângela e outras mulheres da ASFERAP. Juntei-me à roda, e ouvi suas opiniões sobre o processo que se desenrolava. Dona Vera, entre outras coisas, estava preocupada com as possibilidades de fraude que poderiam ocorrer durante a apuração dos votos. O processo de escrutínio estava previsto para ocorrer na própria SMIC, ao invés de se desenvolver ali no local, o que, para muitas pessoas, significava a possibilidade de fraude. De outra parte, havia uma preocupação maior com relação à integridade de Juliano, que estaria “se arriscando demais”, o que poderia não agradar às autoridades e representantes governamentais que estariam mancomunadas com a chapa apoiada pelo “poder”.

Aproximava-se o horário de encerramento das eleições. Juliano estava apreensivo e se movimentava com ainda mais rapidez que o usual. O local foi sendo tomado por mais e mais pessoas. As principais autoridades que acompanhariam a apuração já estavam posicionadas ao redor da mesa eleitoral. Chegado o horário, a urna foi fechada, depois lacrada e carregada com cuidado pelo representante governamental, seguido de perto pelo séquito que o acompanharia até a SMIC. O objeto parecia estar envolto de uma aura sagrada. O grupo caminhou até certo ponto, quando então parou para posar para as fotos, com a urna devidamente apresentada e lacrada. Registrado o momento solene, prosseguiram escadas abaixo, ao som de aplausos e gritos dos que se aglutinavam no entorno.

Continuei registrando o momento com a câmera, até o grupo desaparecer em meio a multidão, que recomeçava, então, sua rotina de vendas – com um diferencial: todos estavam apreensivos pela apuração dos votos. Transcorrido algum tempo, chegam os primeiros boatos de que a chapa de Juliano estaria liderando a contagem dos votos. A fofoca causou alvoroço, Dona Marilda somente comentava: “será que é verdade, meu deus, imagina se for, eu vou ter um troço, de tanta felicidade!”.



Comunidade comemorando a vitória da chapa de Juliano

Aos poucos, todos foram se acalmando, diante das evidências que indicavam a superioridade da chapa de Juliano. Os céticos ainda comentavam a possibilidade de fraude, inclusive desenvolvendo várias situações hipotéticas de como tal procedimento poderia ser efetivado e levado a cabo. Outros falavam, ainda, das possíveis retaliações que Juliano poderia vir a sofrer, depois de eleito. Alguns minutos de silêncio e uma nova balbúrdia se instala. Alguns gritos, que lembravam espasmos de dor, vinham de longe; corremos para ver o que acontecia, quando algumas senhoras até então desconhecidas passaram a bradar: “Aeeeeeeeeeeee!!!! É chapa 2!!! Ganhamo! Ganhamo! Aeeeeeeeeeeee!!! Agora é nois!!!! Vão ter que nos engolir!!! Aeeeeeeee!!!”. Dona Vera, Dona Marilda, Dona Diva, a esposa de Juliano e a mãe de Lindomar já pareciam ter compreendido o recado, sorriam de satisfação, em parte pela vitória consumada, em parte pelas reações intrépidas daquelas senhoras.

Mais alguns instantes transcorridos, ouço novos gritos de felicitação e de movimentação nas proximidades das bancas da ASFERAP. De fato, era Juliano liderava uma interminável fila de pessoas, que gritavam e socavam os ares, enquanto ele, Juliano, à frente, cumprimentava a todos os camelôs por onde passava o grupo. Segui o movimento por um longo percurso, cuja animação era inquestionável, aos brados de “Eieiei, Juliano é nosso rei! Eieiei, Juliano é nosso rei!”.



Juliano comemorando a vitória de sua chapa, celebrado pela comunidade

Após o encerramento das atividades, acompanhei Dona Vera e a filha, que cuidava pacientemente da banca, até a saída do camelódromo. “Vocês viram que coisa linda? Que festa que foi quando o Juliano voltou? Agora a coisa vai mudar, nós vamos poder lutar de igual pra igual com os poderosos... Ele ainda deve estar por aí... Quem sabe a gente não encontra ele depois, na saída”. De fato, era Juliano quem estava nas proximidades, alguns passos adiante:

(...) muita coisa está errado, Moisés. E agora nós vamos ter serviço pela frente. Mas pelo menos nós vamos ter como negociar. Nós não tínhamos como exigir nada da empresa. Porque

tu sabe que isso aqui, na verdade é um conflito que só existe pela ganância e pela vontade do lucro dessa empresa e do governo que resolveu se juntar a eles... Agora nós vamos sentar e impor também as nossas condições. Eles vão ter que aliviar um pouco pro nosso lado, cobrando menos aluguel ou então dando um prazo de carência. E assim tem muita coisa que nós aos poucos vamos ter que contornar e corrigir. (...) Não vai ser fácil, porque mesmo estando na coordenação a partir de agora, vai ter muita gente se posicionando contra essa mudança, contra o nosso esforço e a nossa luta, e vão fazer de tudo pra isso não dar certo.

Entendido como um rito de passagem – que demarca dramatizada e cerimonialmente a transição de status de Juliano no que tange ao seu processo de representação e aos correspondentes usos públicos da palavra – o evento envolveu, ainda, a racionalização subjetiva de outros atores sociais, implicados no processo, e que concorrem para a institucionalização de Juliano como o candidato legítimo com aspirações à coordenação dos trabalhos no Camelódromo. A idéia, amplamente difundida na ocasião, de certa periculosidade a acompanhar o trabalho de mediação política do novo cargo de Juliano, demarca, por sua vez, novos espaços de assimetria entre a comunidade e o seu líder, no sentido de que tais temores contribuem para o estabelecimento da crença na diferença e na especialidade do líder comunitário e, por extensão, na formação de seu prestígio enquanto um capital culturalmente mediado, e assentado no dom e na manipulação da oratória.

O Uso da Tribuna Popular na Câmara de Vereadores

Mas a mediação política – através do uso da palavra pública ritualizada – não pode parar. Dentre as estratégias discursivas de Juliano, ressaltase aquela de maior impacto, decisiva para o futuro político do Centro Popular de Compras e, de maneira particular, para a reputação do líder comunitário: o uso da Tribuna Popular da Câmara de Vereadores, no dia 30 de abril de 2009, que reuniu cerca de 600 camelôs no auditório principal da Casa.



Reunião na Câmara de Vereadores – Créditos da foto: Câmara Municipal

Cheguei ao auditório principal da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que já estava tomado de camelôs, com grande quantidade de vereadores circulando na parte que lhes era protocolarmente destinada. Juliano caminhava impacientemente, trajando uma indumentária pouco habitual, que lhe caía com certa artificialidade: um blazer com gravata, sem formar um terno. Na verdade, o blazer de lã cinza escuro improvisado pouco combinava com a gravata azul marinha displicentemente amarrada ao pescoço. Não obstante, o traje dava o tom da importância que assumia aquele evento para ele e, mais especificamente, para o seu futuro como líder bem-sucedido do Camelódromo. Ele me cumprimentou, mas não nos aproximamos, uma vez que o corrimão físico que nos separava também impingia distanciamentos simbólicos: naquela ocasião, Juliano estava muito mais preocupado em recrudescer e renovar seu capital político junto aos vereadores, do que conferir demasiada atenção a um *estudante universitário*, coisa que nesse contexto não se mostrava a escolha mais sábia, do ponto de vista exclusivamente das estratégias subjetivas de legitimação naquele espaço. A sessão foi iniciada pelo vereador Adeli Sell, que apresentou a pauta do dia e convidou Juliano a assumir a palavra.

[**Juliano**] Presidente Adeli Sell, uma boa tarde ao senhor e aos vereadores. (...) Eu quero me reportar a 2005, onde a gente, dentro dessa Câmara, também lotada da maneira que ta, a gente veio aqui reclamar e pedir pros vereadores que o projeto de Camelódromo que tava sendo implantado em Porto Alegre, vindo de Belo Horizonte, pra nós não servia. (...) Então, logo após, em função, inclusive, dos vereadores terem ficado do nosso lado, do lado dos camelôs de Porto Alegre, logo após foi dada a idéia de fazer um camelódromo horizontal na Rui Barbosa. (...) a gente começou a apoiar, porque existia uma grande ânsia, não do governo que tava instalado na época, e sim de governos anteriores, de que camelô não poderia estar mais na rua! (...) Só que esse projeto que sensibilizou nós, e sensibilizou os vereadores que estavam na época, e com certeza sensibilizaria os vereadores que foram eleitos neste último mandato, no decorrer do projeto, da sua construção, ele foi se desviando! Ele foi mudando, o projeto! (...) E eu cito, aqui, algumas modificações que foram alvo de protesto nosso durante 2008. Ta aqui, no caderno de prestação de contas da prefeitura de 2005/2006 [levanta o caderno]! Dizia que o sorteio seria universal, e no camelódromo não houve! Que as bancas seriam de quatro metros quadrados, não houve! Isso passou! Isso passou! Isso passou, a gente teve que ser obrigado a assinar um contrato e entrar lá dentro do camelódromo nessas condições.

As recapitulações históricas e processuais, logo ao início da performance, denotam um agudo e particular conhecimento acerca do que está sendo dito, além de se constituir numa demonstração pública de erudição no campo e da habilidade subjetiva em manipular fatos históricos em favor da argumentação. Com efeito, não é a primeira vez que Juliano faz uso desta modalidade de instrumentalização discursiva: em repetidas ocasiões, sobretudo durante

as Assembléias Regionais do Orçamento Participativo⁷, o uso de matérias de jornal, não raro de vários anos atrás, tem caracterizado o acionamento, com propriedade, de aspectos historiográficos e, por extensão, contribuído para a ostentação pública de suas virtudes.

[**Juliano**] E aí, vereador Aroldo de Souza, eu repito, vereador João Dib, aí entrou um decreto dizendo que em seis semanas tu perde o teu espaço. E digo mais, senhores vereadores. (...) Nós tamos passando necessidade no camelódromo! Nós estamos quebrando dentro do camelódromo! E quero dizer, há uma semana atrás, veio notificação da SMIC dizendo que em cinco dias 26 pessoas perderiam seus espaços porque tavam com o aluguel atrasado.

Outra estratégia veiculada no desenvolvimento do raciocínio de Juliano consiste na tentativa de estabelecer pontes comunicativas com os vereadores, seja através de citações esporádicas e nominais de algumas autoridades, no decorrer do discurso, seja se referenciando à classe de agentes sociais em geral – os “senhores vereadores”. Por meio deste procedimento, o líder comunitário articula, de maneira prévia, o apoio dos interlocutores aos quais se dirige, seja através da citação pública do nome, seja estabelecendo laços morais, conectando-os às suas expectativas e projetos. Trata-se, em última instância, da ostentação de um capital social singular, ao mesmo tempo em que a enunciação, feita desta maneira, nos interstícios da performance, restringe o campo de possibilidades da alteridade. Igualmente, ela obriga a uma resposta, institui uma troca simbólica, abre espaços para novos campos de negociação e de projetos: o que está em jogo é a tomada de posições nesta arena política, da qual o vereador citado não poderá mais se furtar, implicado que está – ou melhor, que foi, pelo poder intrínseco ao discurso –, de se justificar e se pronunciar sobre o assunto referido. O comprometimento está, pois, em fazer referência às qualidades subjetivas do interlocutor, a valores morais, a sensibilidades genéricas que poucos ousariam refutar e rechaçar num ambiente público, de exposição à sociedade civil e à opinião pública. “*Eu sei que vocês fariam o mesmo nessa situação*”, equivale a dizer, “eu imagino”, ou, ainda, “eu espero” que vocês o façam.

[**Juliano**] (...) Então, a gente vendo estes problemas todos que tão acontecendo dentro do camelódromo, a gente volta à casa do povo. A casa onde foi aprovado o projeto, aqui vários pais desse projeto tão aqui sentados. E digo pros pais desse projeto que o camelódromo não ta dando certo! 800 pessoas dentro de um espaço, tirando, se bem extremista, 20% que estão em

⁷ Em 2009, Juliano foi candidato à titularidade da Temática de Desenvolvimento Econômico, mas foi surpreendido com a eleição de Alfonso Limberger, outro líder comunitário de destaque e um de seus concorrentes na representatividade interna do Camelódromo. Por sua vez, os espaços discursivos relativos às Assembléias do OP, apesar de relevantes para entender a construção retórica de Juliano, não serão analisados nesta etnografia.

corredores privilegiados, estas estão bem. Agora, os outros 80% tão passando fome dentro do camelódromo!

A plenária reage com estertor, fragmentando o ritmo discursivo de Juliano, numa reação de complementaridade polifônica às palavras do líder. “É verdade! É verdade! Juliano! Juliano! Juliano!”.

- [Juliano] Isso, senhores vereadores, a mídia não quer colocar! Não quer mostrar a verdade dentro do camelódromo. Secretários e alguns vereadores não querem que isso apareça na mídia! Não querem que a gente se manifeste contrário ao camelódromo, porque pode arranhar a lisura deste projeto. Mas quando que nós não vamos se manifestar se nós tamo lá dentro não conseguindo pagar os aluguéis?! E um absurdo, vereador Aroldo, seis semanas! Seis semanas, se tu não pagar, tu perde teu espaço! E aí vamos fazer o quê? As pessoas vão perder seus espaços e vão para a rua? Nããão!

- [Plenária] Aeeeeeeee!!! É isso aí!!!! É isso aí!!!!

Por tudo isso, “a gente volta à casa do povo”: a mediação política passa a ser articulada nas duas direções, isto é, ela é dirigida tanto aos vereadores, para sensibilizá-los; quanto à plenária, cujos interesses estão sendo representados. Ao mesmo tempo em que está com um pé na Câmara de Vereadores, compreendendo sua dinâmica operacional e o sentido do jogo que ali se desenvolve, também logra articular as expectativas daqueles que esperam por uma decisão, mas cuja lógica de pensamento se referencia às experiências próximas de vida e que não contemplam – nem se espera que o façam – a lógica do campo burocrático e estatal (BOURDIEU, 1996). Enquanto um agente limítrofe – seja na interação com o sistema de agentes e os espaços de posições que eles ocupam na política convencional, seja como ator social deslocado em relação à comunidade – o líder é simultaneamente prisioneiro do seu desejo de prestígio e da sua impotência para realizá-lo, dado que a fonte de seu poder político reside alhures, na própria sociedade que o institui e constitui (CLASTRES, 1979).

- [Juliano] A gente foi na Defensoria Pública, e lá nós tivemos guarida. A Defensoria Pública disse ‘segura essas notificações, não tem valor nenhum, durante vinte dias a SMIC não pode mais notificar as pessoas que estão lá dentro’. Tá lá a notificação! Então, a gente tá tendo apoio dos defensores públicos, porque eles estão enxergando que nós vamos acabar perdendo aquele espaço que foi construído para camelôs e não pra lojistas!

- [Plenária] É verdade! É verdade! Juliano! Juliano! Juliano!

Mais uma vez, a presença em massa da plenária provoca uma reação enfurecida de aplausos e gritos. O papel desempenhado pela comunidade presente é de caráter complementar, mas nem por isso menos relevante, à performance: o escutar atento e o vasto repertório de intromissões ritualizadas, em momentos estratégicos ao jogo social que ali se desenvolvia, contribuem para corroborar as palavras proferidas por Juliano junto ao

“parlatório”. Elas obedecem a toda uma lógica culturalmente orquestrada sobre como devem ser utilizados os aplausos e as ovações interpostas com fins à propulsão do discurso encenado. Ainda mais importante: elas demonstram publicamente a anuência e o apoio que o orador possui da comunidade em nome da qual está autorizado a falar. Sem a sua presença – equivale a afirmar, sem a presença e a ostentação de toda a rede de reciprocidades a mostrar a posição de onde se está falando –, as palavras e toda a arte oratória de Juliano não teriam a mesma eficácia simbólica.

Outro elemento importante, do ponto de vista estético e discursivo, é a veiculação do caderno de prestação de contas da prefeitura, que é exibido para que todos possam contemplá-lo, a fim de se convencerem de que o que está sendo afirmado por Juliano é, de fato, verossímil. Essa verossimilhança, por sua vez, se ampara na crença – e na sua manipulação estratégica pelo líder comunitário – em elementos e dispositivos considerados legítimos no campo da política convencional, em números matemáticos, altamente racionais, de aferição da máquina pública. O uso discursivo da “Defensoria Pública” é mais um desses exemplos que ilustram a tentativa de barganhar o apoio da Câmara a partir de sua lógica interna e das crenças que orientam a sua dinâmica de funcionamento, contribuindo para amplificar a sensação de que a causa sustentada por Juliano tem respaldo e é legítima inclusive aos olhos de outras instituições de caráter democrático.

[**Juliano**] Eles estavam prevendo que 30% não iam agüentar dentro do camelódromo! Que iam ir pra rua! Que não iam ter condições de pagar! E isso eles sabiam quando o projeto foi implantado, e não fizeram nada pra ajudar nós! Se nós não tivesse a frente desse processo, com todo esse pessoal que ta ajudando, a “Unidade” do camelódromo, já teria saído muito mais que 100 bancas lá de dentro. Então o meu tempo ta terminando, eu quero entregar um documento aos senhores vereadores que analisem com muito carinho, que levem em consideração que os preços que tão sendo cobrados dentro do camelódromo é muito grande, muito alto para nós pagar! Antes nós não pagava nada lá na rua, e agora nós somos obrigados a pagar! Nós pedimos a diminuição do aluguel! [aplausos e gritos] nós pedimos o prazo de um ano de carência, que este ano seja subsidiado pelo estacionamento que vai ser inaugurado daqui a poucos dias! [aplausos e gritos]...

Durante a rememoração da gênese dos processos históricos que culminaram na institucionalização do atual projeto do Centro Popular de Compras, Juliano aciona outra estratégia igualmente importante. Ele propõe a recapitulação das ações levadas a cabo pelo



seu grupo social, nas tentativas de reversão e rediscussão dos critérios sobre os quais estava sendo problematizada, em 2008, a questão por ele aventada. Trata-se de lembrar, a todos, o passado

o 1, jul. 2010, p. 55-80

Juliano em um de seus discursos na Câmara de Vereadores

grandioso e hiperbólico de lutas sociais, travadas por ele, o guerreiro, à testa da ASFERAP. Do ponto de vista retórico, esta estratégia toma forma pela reiteração estética do mesmo jargão e da mesma estrutura frasal e oracional, inúmeras vezes, durante a disposição e enumeração das supostas irregularidades que caracterizariam a má condução do projeto. Esse procedimento tem a pretensão de fazer criar, no ouvinte, a idéia de repetência, de reprodução, de “cargas” e pesos que se acumulam e amontoam sem solução. O mesmo se passa quando da demanda por soluções: “Nós pedimos...!; Nós pedimos...!; Nós pedimos...!”.

[**Juliano**] (...) Nós pedimos, senhores vereadores e presidente, que a SMIC e alguns sindicatos parem de entrar lá pra dentro para fazer terrorismo! Eles estão aterrorizando! [aplausos e gritos] A prefeitura não está sendo sensível, porque estão exigindo o pagamento de alvará de cinco dias pra não fechar a banca. Que sensibilidade é essa? Nós não temos como pagar os aluguéis e mais pagamento de taxa sindical, vereadores! E mais, o alvará está sendo exigido. Isso não é sensível! Isso é tocar os camelôs pra fora do camelódromo, e não é isso que vocês querem! Não é isso que o prefeito quer, não é isso que a população quer! A população acreditou num projeto que daria certo pros vereadores, pros camelôs, pra população de Porto Alegre e pra todo mundo que se beneficiasse desse espaço! E não é isso que ta acontecendo!

Novamente, o que se observa é a associação discursiva feita entre certas facções do governo e as tentativas de prejudicar o movimento social que é desenvolvido com o objetivo de conduzir os interesses dos comerciantes populares implicados no Centro Popular de Compras. Independentemente da existência concreta ou não de tal conflito de interesses – muitos discutem e acusam Juliano, por exemplo, de politizar as arenas de debate público ao insistir nessa dicotomia –, do ponto de vista simbólico há um componente relevante nesse jogo de denúncias e acusações: trata-se da idéia êmica de que se tais ações de represália levadas a cabo pelo governo se fazem verificar com tanta frequência, é porque “ele [o governo, de forma pessoal] está com medo” da repercussão e da forma que está tomando o movimento encabeçado por Juliano. A consideração, no planejamento das estratégias, pelo poder público, da existência desses grupos sociais pleiteantes, e as tentativas desencadeadas para inibir e depreciar o seu alastramento, são, assim, tomadas como um indício de prestígio e de poder dos líderes, de sua “força” em mobilizar a comunidade diante do Estado.



Juliano em discurso na Comissão de Finanças da Câmara de Vereadores

Créditos: Câmara Municipal

Na verdade, contudo, trata-se de uma guerra pelo monopólio ou, ao menos, pela hegemonia momentânea da representação social, pela busca de espaços de legitimidade para a enunciação da palavra e a manipulação dos interesses da comunidade. O que subjaz às tentativas de desqualificação da SMIC no espaço do Camelódromo – através de sua infiltração na forma de fiscais e funcionários cuja pretensão não é mais que o disciplinamento e o esquadrinhamento do espaço – é a pretensão de Juliano ao monopólio da legitimidade de sua autoridade no interior do Centro Popular de Compras. O mesmo se passa com os demais líderes, concorrentes em potencial, como é o caso de “certos sindicatos”, como astutamente cita em seu discurso, sem fazer a referência explícita ao seu interlocutor. O CPC é, afinal, o seu locus de agência ideal-típico, quer seja por definição (afinal foi eleito pelo voto), quer seja por excelência – afinal ele *é* camelô e, como tal, está um passo a frente de seus concorrentes no que tange à sensibilidade cultural da mediação de seus interesses. Esse açambarcamento – essas tentativas várias de assenhorear-se do espaço, sem, contudo, fazer uso de outro instrumento e mecanismo que não a palavra pública – se fazem verificar no próprio cotidiano e nas várias manifestações coletivas que traduzem o Camelódromo como um espaço que precisa ser apropriado, do qual os próprios camelôs devem sentir-se senhores para progredir. Não é por outra razão, portanto, que, na parte final de seu discurso, Juliano ressalta suas próprias qualidades como aquele que melhor preparado está para o processo de mediação política, no uso da palavra: não fosse pela “Unidade” construída e presidida pela sua iniciativa, “já teria saído muito mais que 100 bancas lá de dentro”.

[**Juliano**] Precisamos dos vereadores, precisamos muito que convençam o prefeito e o secretário que esse projeto não tá dando certo da maneira que está sendo levado! Nós precisamos da ajuda de vocês, precisamos que vocês lembrem quando votaram nesse projeto e acreditaram que ia dar certo, porque a população carente precisa de vocês, precisa do trabalho, e tem que ter dignidade pro trabalho, porque formalmente nós não vamos conseguir mais trabalho! [aplausos e gritos] Eu quero pedir socorro ao presidente da Câmara e socorro aos vereadores!



Juliano discursando diante de sua comunidade e dos vereadores de Porto Alegre

Créditos: Câmara Municipal

Por fim, a exposição geral das insatisfações e a mediação dos interesses de seus representados é feita com base no uso de algumas frases retóricas de efeito: “Nós estamos passando necessidade dentro do camelódromo! Nós estamos quebrando dentro do

camelódromo!”. O encerramento triunfal e solene da exposição é coroado pelo pedido – performaticamente impactante – de *socorro*, com a idéia subjacente de uma irreversibilidade do processo: “(...) porque formalmente nós não vamos mais conseguir emprego. (...) Eu quero pedir socorro ao presidente da Câmara e socorro aos vereadores!”.

Mais uma vez, a comunidade presente intervém e irrompe com aplausos efusivos e brados de guerra, numa demonstração clara de seu poderio tático. O presidente tenta, em vão, pedir e fazer cumprir a ordem do silêncio, acalmando os presentes, que, no entanto, se levantam de onde estavam sentados, batem palmas coordenadas, aos brados de “Juliano! Juliano! Juliano” e “Socorro! Socorro! Socorro!”. A plenária, que lotava o auditório, se manifestava a cada grito de empolgação, a cada parada estratégica, a cada hesitação e gesticulação efusiva. Reagia com socos aos ares, brados de indignação, o corpo engajado em sua totalidade na produção de legitimidade em torno das palavras recém-proferidas do líder.

O uso retórico permanente de uma economia corporal (CSORDAS, 2008; LE BRETON, 2009) é um dos elementos presentes e, do ponto de vista estético, mais significativos para o entendimento da eficácia simbólica do discurso público de Juliano. Os dedos em riste, as vociferações, os xingamentos, as feições de insatisfação e indignação que acompanham as palavras proferidas, tentando contornar a baixa estatura; enfim, as movimentações físicas, as tergiversações que faz ao iniciar o pronunciamento, são componentes idiossincráticos de sua *hexis corporal*, que atestam um estilo subjetivo de expressão que caracteriza o líder comunitário. Note-se que todo o corpo é envolvido na argumentação: a voz, que não hesita em momento algum, incansável e sempre mantida em alerta, com seu som áspero e agudo, afinada com o tom de denúncia inerente às palavras; a feição do rosto, que paulatinamente vai se intumescendo, à medida que progride na argumentação e elenca os fatos tidos como insatisfatórios e irregulares.

Ao longo dos dez minutos que lhe couberam, percebe-se a repetição incansável e assídua de certas palavras e jargões, bem como de informações estratégicas, para os quais o acento e o recrudescimento da voz se fazem imprescindíveis. Além de imprimir uma quebra na linearidade da fala, o que por si já a torna mais fluida e menos monótona,



Juliano diante de sua comunidade, no Camelódromo

os acentos de voz e a repetição são importantes na consubstanciação do argumento que deseja proferir e esposar, na medida em que oferece um leque mais variado e múltiplo de possibilidades de expressão e, portanto, de legitimação. Além do mais, é nesses momentos que Juliano aciona a inter-subjetividade, dirigindo-se e manipulando diretamente com o pensamento de seus interlocutores vereadores. Os exemplos se multiplicam ao longo da exposição: “... esse projeto que sensibilizou nós, e sensibilizou os vereadores que estavam na época, e com certeza sensibilizaria os vereadores que foram eleitos neste último mandato...”; ou então “tenho certeza que não é isso que vocês querem!”.

O regresso ao Camelódromo e o Uso Cotidiano da Palavra

Desejo, na última parte deste texto, problematizar outra ocasião singular para o entendimento dos usos públicos da palavra pelo líder comunitário, que diz respeito à recepção êmica das principais resoluções daquela que foi a primeira reunião da Câmara de Vereadores com o Comitê Gestor – por sua vez, composto de um representante da Secretaria (na ocasião, o próprio secretário), o representante da empresa privada que administra o prédio, Noedi Casagrande, e o representante dos comerciantes populares, Juliano Fripp. O evento ocorreu no dia 05 de maio de 2009, no terceiro andar do camelódromo, em reunião extraordinária convocada pela liderança.

Inúmeras pessoas cercavam Juliano, que estava ancorado contra a parede da sala de convenções do CPC, e de pé sobre o que parecia uma caixa de cerveja. Cerca de cem pessoas – talvez mais que isso – se reuniam em seu entorno para aplaudi-lo e reverenciá-lo. Percebi, logo, que o seu discurso extrapolava os resultados objetivos alcançados na reunião com os vereadores, e fazia uso de outras estratégias para legitimação de suas palavras.

[**Juliano**] Todas as semanas, na segunda-feira, é feita uma oração, aqui em cima, com todas as pessoas que tiverem interesse. E eu acho que isso é uma das coisas mais importantes que a gente pode fazer! Rezar para que as coisas dêem certo, para que o Camelódromo funcione, isso é maravilhoso! Então eu vou pedir pra vocês, por favor, continuem com isso, continuem rezando, não deixem que isso acabe, porque é um trunfo que a gente tem nas mãos, enquanto Deus estiver do nosso lado, a gente vai estar seguro! (...) A idéia inicial do governo e de alguns secretários, era de tirar umas 30 ou 40 bancas aqui de dentro que não conseguisse pagar o aluguel para poder colocar o seu pessoal, que compra os boxes, para colocar o empresário aqui dentro. Só que nós chegamos, nos elegemos pelo voto popular, e invertemos essa lógica de colocar o grande empresário! Nós estamos aqui para defender o camelô, aquele que lutava dia-a-dia na rua e agora está aqui dentro, sem condições de pagar as altas taxas que a iniciativa privada está nos impondo.

Um elemento novo, apresentado ainda na primeira metade do discurso de Juliano – e que se repetirá, ao longo de sua exposição –, é a manipulação identitária da categoria “camelô”, em oposição à de “lojista”. Na verdade, trata-se de um jogo estratégico e ambivalente que o orador sabe ser de alto valor simbólico: ao mesmo tempo em que não está preparado para assumir os encargos financeiros da nova posição social e cultural que a figura do “comerciante” impinge, Juliano também não despreza – chegando, inclusive, a postular – as novas prerrogativas e vantagens que a mudança de status institui: “*Aqui nós somos diferenciados!*”. É uma articulação e uma tomada de posição sobre a questão que tem em vista as sensações, as impressões e os impactos subjetivos do processo de transposição, atentando para o ponto de vista de seus interlocutores – que não se situam, ainda, nem aqui nem lá, mas neste espaço de liminaridade e transitoriedade simbólica (TURNER, 2008), entre o universo anônimo da rua e o universo da visibilidade e da legalidade intrínseco ao Camelódromo.

Aplausos e gritos efusivos se ouviram na sequência da fala inicial de Juliano, que, de certa forma, preparava o terreno para o que estava por vir: a apresentação dos principais resultados e conclusões parciais discutidos na primeira reunião da comissão formada na Câmara Municipal de Vereadores para problematizar as questões relativas ao Camelódromo.

- Nós tivemos na reunião de segunda-feira, onde estiveram presentes os líderes das principais bancadas, dos principais partidos, inclusive do governo. Além disso, esteve presente o Casagrande e o Secchim. E basicamente o que eles decidiram é a criação de um fundo para financiar a carência de um ano que nós estamos exigindo do governo. E nós estamos ainda na luta para exigir que 100% dos lucros obtidos com o estacionamento sejam revertidos para esse fundo, porque a prefeitura não investiu um único centavo na construção desse prédio para estar querendo tirar lucros do estacionamento! Sobre a questão dos alvarás, dos auxiliares e do sindicato. Foi decidido que o sindicato cobrar taxas absurdas é inconstitucional! Não pode fazer isso, isso tá na lei! Então não vai ter mais cobrança de taxas de sindicato! Também não vai mais ter chamada, porque não é justo que a SMIC esteja fiscalizando a nossa entrada e a nossa saída num local que nós estamos pagando para vender. Aqui nós somos diferenciados! O governo não pode mais nos tratar sem respeito e dignidade, porque agora nós estamos pagando impostos e temos um contrato em mãos. Nós queremos viver como camelôs, ainda, porque ninguém que trabalhava dignamente nas ruas está podendo ter condições de pagar os aluguéis aqui dentro! Isso o governo tem que entender! Nós ainda não somos lojistas, isso não acontece de uma hora para a outra, talvez um dia a gente seja, mas por enquanto nós somos camelôs!

Prosseguindo seu discurso, não sem dar uma pequena trégua para beber água, uma vez que sua voz já se tornava mais fraca pela impoção da voz, Juliano tenta resolver as questões internas. A questão da representatividade e da legitimidade em fazê-lo volta a figurar e assume papel destacado nessa exposição. Isto aponta para a existência de um amplo conjunto de reciprocidades e de alianças, de



Juliano diante de sua comunidade, em frente à prefeitura, após reunião com vereadores e secretários

redes que se intersectam e se amplificam, por onde as fofocas são produzidas e canalizadas. Através delas, as proezas do líder comunitário são exaltadas, os seus deslizes reprochados, as ameaças dos insatisfeitos (ou incomodados com o rumo da representação), dirigidas e encaminhadas aos seus destinatários. É também por meio delas que os papéis de fofoca (uma antiga prática oriunda das redes de sociabilidade e práticas na rua) tomam forma e se constituem num elemento relevante de análise da lógica local que orienta a formação de alianças e a produção de capital social.

[Juliano] Aqui dentro existe uma lista correndo para derrubar o comitê gestor. Eu não sei quem está por trás disso, mas nós fomos eleitos pelo voto democrático, então nós temos o direito de representar todos os camelôs, e nós estamos nos esforçando ao máximo para conseguir dar conta de toda essa responsabilidade. Agora, a gente também sabe que o pessoal do Sechim aqui dentro vai fazer de tudo para mentir pros vereadores e conseguir uma lista falsa de satisfeitos com a situação, assim como é falsa a lista que ta correndo para derrubar o comitê gestor!

Os gritos de veneração da população ao discurso de Juliano interrompem sua fala, momento em que aproveita para recuperar suas energias com novo gole de água. Ele inspira fundo e dá prosseguimento à sua explanação.

[Juliano] Aqui dentro ninguém vai perder os seus pontos! Isso ta resolvido, a SMIC está proibida de despejar qualquer camelô que esteja com as suas parcelas de aluguel atrasadas. O que nós vamos fazer com esse pessoal que está em atraso é analisar cada caso individualmente, para ver quem está passando realmente por necessidades (...). Ninguém vai ser despejado, isso acabou! Nós queremos ter os 800 camelôs aqui dentro! Ninguém vai sair! O que nós precisamos, cada vez mais, é unidade entre nós! Nós precisamos nos fortalecer e nos unir, cada um pensando no coletivo, cada vez mais! Porque a nossa força ta nisso, ta na nossa união, na nossa capacidade de mobilização em conjunto! E isso ninguém pode nos tirar, nenhum governo, nada! Enfim, as coisas evoluíram muito, nós estamos a um empurrãozinho de chegar lá, onde a gente queria estar desde o início. Falta muito pouco agora!

Muitas das informações proferidas por Juliano não condizem, factualmente, com as interpretações de outros agentes do campo – sobretudo aqueles vinculados à estrutura governamental, que provavelmente contestariam a validade de todas as afirmações enunciadas. Isso deixa claro que o que está em jogo, no discurso do líder comunitário, é uma reapropriação idiossincrásica e uma leitura particular do contexto social da reunião de que participou e cujas informações está comunicando. Trata-se de uma construção imagética, uma ressemantização, em certa medida idílica, que faz operar e surgir, no seu interlocutor, a imagem de uma comunidade moral de sentido e de sentimento, a necessidade de um devir, um projeto cultural com vistas ao futuro, onde tudo será harmonioso, feliz, pacífico, homogêneo e ordenado. Enfim, em uma só palavra, trata-se da materialização de um sonho. Um sonho que

foi concebido em conjunto e que, por isso mesmo, não poderá abdicar de ninguém: “Ninguém vai ser despejado! Ninguém vai sair!”. Juliano extrapola as habilidades de mediador político, pois, para se concentrar, à maneira do líder religioso, na proposição e busca de uma dimensão outra, imaginada e que constitui o fundamento de todo o trabalho incessante no tempo presente.

[**Juliano**] Eu quero pedir novamente mais mobilização! Nós temos que nos apoiar, porque esse é o momento crucial da nossa luta! E o nosso caminho é um caminho direito, de pessoas honestas e trabalhadoras, e o que vai levar aos melhores resultados. Para encerrar, eu quero pedir mais unidade para todos! Porque se a gente se mantiver unido em torno dessa causa, ninguém vai nos impedir de chegarmos onde nós queremos. Ninguém vai nos impedir de construir o Camelódromo que nós sonhamos!

A reunião não poderia terminar melhor; Juliano é ovacionado por todos os presentes, que passam a se retirar de forma paulatina, enquanto o palco improvisado era desfeito. Algumas poucas pessoas permaneceram ao seu redor, na tentativa de conseguir conversar mais detidamente sobre o que aconteceu nas reuniões, não sem dar algum palpite ou conselho sugestivo a Juliano sobre como proceder.

O evento torna evidente, ainda, como o líder comunitário é convocado pelos seus interlocutores a dar esclarecimentos e informações acerca do processo em tramitação na Câmara de Vereadores. São as ocasiões em que compete proceder à adequação e compatibilização da morosidade da burocracia estatal com a urgência e premência das demandas locais; dos interesses dos políticos de ofício com os interesses comunitários. Como explicar àqueles que confiam na eficácia de sua palavra que algumas reuniões não surtem efeito, de que se trata de um longo e demorado processo de conquistas e litígios – permeado por muitos reveses – que colocam em jogo uma diversidade de interesses? Como não deixar perecer a relação de confiança instituída, naqueles momentos em que o líder se torna impotente e depende de outras instâncias decisórias? O último ponto a ser destacado trata, por conseguinte, das recomendações de Juliano a sua comunidade – pagar ou não pagar o aluguel? Qual a melhor estratégia, enquanto esperam? Como se constrói a relação do líder com a sua comunidade naquelas situações ordinárias, em que “nada” acontece politicamente e a figura do chefe não está constantemente em evidência? Estas preocupações compõem a subjetividade de Juliano, e se manifestam nas ocasiões mais recônditas, emocionalmente (in)tensas, quando o que está em jogo, não é a performatização dramatizada e o uso do capital

retórico e público; ao contrário, nesses casos, trata-se da tensão permanente entre os códigos culturais que fundam a vida em comunidade e os atributos e competências que singularizam o sujeito enraizado e plasmado pela coletividade. “O que eu vou dizer praquela gente? Como vou explicar que nada está acontecendo?”.

Gostaria de encerrar o texto ilustrando este último argumento, a partir da apresentação de dois extratos de meus diários de campo recentes, que deixam entrever como se estabelecem as conexões do líder com sua comunidade nessas situações cotidianas e ordinárias, pontuadas pela tensão da espera e pelas expectativas e incertezas com relação ao futuro no Camelódromo. O primeiro caso trata das recomendações de Juliano ao dirigir-se aos seus interlocutores e comunicar-lhes as principais resoluções de mais uma reunião na Câmara de Vereadores; o segundo acontecimento, com o qual pretendo encerrar esta discussão, demonstra fatidicamente, através de um pequeno diálogo, a atuação do líder como uma espécie de psicólogo ou terapeuta individual, ao restituir e atualizar a crença nos principais dispositivos e categorias de apreensão da realidade que ordenam a participação no movimento social encabeçado por Juliano.

Enquanto as pessoas pareciam cada vez mais apavoradas pela postergação no tempo das decisões e negociações, o acúmulo das dívidas de aluguel sem uma resolução objetiva, Juliano parecia sereno. Várias pessoas perguntam a ele sobre a reunião, ao que ele retruca, simples e vagamente, “que as coisas estão avançando”:

- Eu não me preocupo muito com isso, porque enquanto a coisa ficar assim, em suspenso, eles não vão poder fazer nada. A SMIC não vai poder fazer nada, não vai poder despejar porque eles vão estar desrespeitando a Comissão instituída e a Câmara Municipal. Então até o dia 23 [data prevista para a próxima reunião] nós estamos tranqüilamente assegurados. E eu vou pedir pra ninguém pagar nada, a não ser o condomínio, porque isso é uma coisa muito justa, afinal nós estamos aqui dentro e usufruindo do prédio. Mas nós não podemos pagar o aluguel, porque nós não estamos vendendo o suficiente para isso. Eu por exemplo teria condições de pagar o aluguel, mas pelo que eu faço por fora do CPC, pelos negócios que eu tenho fora, porque aqui dentro eu não vendo nada, nada. Então a gente tem que ter isso bem claro em mente, ninguém pode pagar! As pessoas tão precisando participar em feiras, tem gente saindo do CPC para ir vender em outros lugares porque aqui dentro não acontece nada. Se eu começo a pagar o aluguel com o dinheiro que eu ganho lá fora, tu começa a fazer o mesmo, e daqui a pouco o nosso amigo ali não vai ter condições de pagar, porque não tá vendendo e não tem outro meio de subsídio, aí a gente vai estar ferrando com ele! Nós temos que segurar junto! Nós temos que lutar pela nossa anistia!! Porque a idéia do Secchim é fazer uma lavagem cerebral na gente, ele quer convencer a gente que o problema é nosso, tá nas nossas bancas, nas nossas mercadorias. Nós temos que segurar junto e vamos até a frente da prefeitura para protestar. Nós não podemos deixar que eles nos desarticulem aqui dentro, nós temos que conservar a unidade do nosso movimento a todo custo! Porque se cada um começar a pagar quando puder, quando tiver um dinheiro, não vai dar. Se for cada um por si e deus por todos, aí já viu, acabou tudo.

Enquanto conversávamos, Juliano e eu, na Praça de Alimentação do Camelódromo, uma velha senhora veio ao seu encontro, o semblante abatido, uma notificação em mãos, recebida a pouco por um dos fiscais da SMIC. Tratava-se de um aviso de despejo. Ela chorava, balbuciava, insegura, e Juliano reanimou-a, utilizando-se de quatro estratégias discursivas: em primeiro lugar, fazendo crer de que aquela senhora era parte de uma coletividade, de um movimento social reivindicatório, e de que há um acordo político que assegura a permanência de todos os comerciantes populares no Camelódromo. Em segundo lugar, a manipulação da religiosidade e, em particular, da crença em Jesus; em terceiro lugar, uma diminuição simbólica da figura do fiscal, na tentativa de fazer perder o medo do poder coercitivo e vigilante do poder público contra os camelôs; em quarto lugar, a ênfase na cidadã de direitos, na idéia de que não há somente deveres, mas também direitos a serem respeitados, e que participar de um movimento organizado e deixar de obedecer a uma injunção legal pode significar, igualmente, o respeito aos direitos do indivíduo.

[Juliano] A Senhora não pode ficar assim! A senhora faz parte de um movimento! Nós temos um acordo com a prefeitura! Até o dia 15 de dezembro não haverá despejo! A senhora não pode aceitar passivamente essas notificações desses fiscalzinhos de merda! Eles não têm nenhum poder! Só querem plantar o terrorismo aqui dentro! A senhora é uma cidadã de direitos! Não precisa ter medo e sair correndo entregar o dinheiro que a senhora não tem para a empreendedora!

[dona Maria] Mas eu tenho medo de ficar devendo... Eu nunca fiquei devendo na minha vida e não é agora que eu vou começar... Eu tenho muita fé em Jesus e no Espírito Santo!

[Juliano] Então use a sua fé e o nosso movimento e não assine mais esse papel. Porque essa é a estratégia deles! Eles querem que todo mundo assine com medo, fazer todo mundo refém da empresa! Só que eles não são ninguém! A senhora não parece que tem fé! Tem que ter fé que as coisas vão melhorar, a senhora vai ver! Mas não saia correndo pra pagar as suas dívidas! Não se entregue!

[dona Maria] Sabe que tu tens razão! Eu não vou mais me preocupar tanto com isso! Muito obrigado, viu, Juliano! Deus te abençoe!

Considerações Finais

Procurou-se demonstrar, ao longo desta monografia, por meio de uma discussão teórico-etnográfica, as possibilidades epistemológicas e interpretativas que uma abordagem sobre os usos da retórica, da arte oratória e da palavra pública podem trazer para a compreensão de fenômenos culturais e sociais mais amplos, associados, por exemplo, às dinâmicas de representação no bojo da democracia participativa, bem como à operacionalização da mediação política por espaços estratégicos aos itinerários percorridos por líderes comunitários implicados nesses processos. Procurou-se demonstrar como a construção e legitimação da figura do líder comunitário – entendido como um agente limítrofe e mediador político –, de maneira particular, está atrelada indissociavelmente ao uso e à manipulação pública da arte oratória, estruturando as relações da liderança diante de sua comunidade e em outros espaços de atuação que caracterizam sua agência e itinerários.

Nesse sentido, a etnografia tratou de tencionar a arte oratória como um elemento importante e central na constituição da agência de indivíduos destacados – de certa forma,

liminares –, na busca pela consecução de suas intencionalidades culturalmente mediadas e na tradução e operacionalização destas numa linguagem típica dos campos pelos quais circulam – seja o vocabulário léxico intrínseco às esferas da Câmara Municipal, da Prefeitura ou da comunidade vernácula. Estes diferentes estilos de expressão e a adoção estratégica de cada um deles em contextos e momentos específicos é um dos capitais fundamentais na propulsão política de qualquer líder comunitário. De certa forma, procurou-se analisar cada uma destas situações e apontar para o uso estratégico da discursividade do líder comunitário como um elemento central da construção de seu capital simbólico – sobretudo o capital político e o capital social.

Por fim, a necessidade inexorável do líder comunitário de sempre estar agindo denota que a conquista da representatividade e da legitimidade – seja para discutir entre seus pares na democracia participativa ou para além dela, seja para atuar em nome da comunidade – não se renova automaticamente e não pode ser acionada tão-somente pela exaltação e entronização das glórias do passado. Ela depende de lutas, articulações e negociações – da possibilidade de agência, de mediação, da experiência e do imprevisto do chefe político. Ela é um espaço permanentemente em aberto, sujeito a alterações e modificações bruscas, que dependem da correlação de forças de cada contexto de ação e dos equilíbrios e jogos de poder entre os atores sociais que dele fazem parte. De sorte que este é um campo em permanente construção, dependente das veleidades que o caracterizam, em que a atuação do antropólogo (em alguma medida também performática), sempre vigilante e precavido, deve estar em conexão direta com tais modificações.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. Espírito do Estado – gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CLASTRES, Pierre. O dever de palavra; A Sociedade contra o Estado. In: _____. **A Sociedade contra o Estado**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 149-211.

- CSORDAS, Thomas. **Corpo/Significado/Cura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- EVANS-PRICHARD, Edward E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 150-200.
- FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: _____. **Microfísica do Poder**. RJ: Graal, 1979.
- GARRIGOU, Alain & LACROIX, Bernard. **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GHASARIAN, Christian. Art oratoire et citoyenneté participative à Rapa (Polynésie française). IN: NEVEU, Catherine [org.]. **Cultures et Pratiques Participatives**. Paris: L'Harmattan, 2007.
- LE BRETON, David. **As Paixões Ordinárias: antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas**. Niterói: Ed. UFF, 2008.
- VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina [orgs.]. **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Acroplano, 2001.
- ZUMTHOR, Paul. **Performance, Recepção, Leitura**. São Paulo: EDUC, 2000.

BACKGROUND E A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA POLÍTICA DE DEPUTADOS ESTADUAIS BRASILEIROS ¹

Cláudio Lobenwein Resende ²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar o impacto dos atributos pessoais, chamados de *background*, sobre as estratégias de atuação política e construção da carreira política de deputados estaduais brasileiros. Com base em pesquisa sobre os perfis dos deputados estaduais, o trabalho busca estabelecer padrões de comportamento e atuação desses deputados em relação às estratégias de campanha política por eles adotadas. A partir de uma perspectiva da sociologia política, e valendo-se basicamente das informações relativas às profissões que os deputados exerciam antes do mandato parlamentar e das religiões que declararam praticar, o trabalho conclui que determinadas profissões, deficitárias em termos de capital político e financeiro, definem estratégias que compensam essas faltas, como a filiação a partidos com apelo ideológico e atuação em movimentos sociais. Outras profissões, no entanto, permitem a elaboração de estratégias menos coletivizadas e mais vinculadas a fatores de ordem pessoal. O mesmo se conclui em relação à religião: católicos apresentam carreiras mais coletivizadas, e protestantes se apóiam mais em recursos pessoais, basicamente as pessoas praticantes da mesma religião.

Palavras-chave: sociologia política; carreira política; *background*; deputados estaduais;

Introdução

É sabido que nos últimos vinte anos, no Brasil, ganharam força e espaço nas ciências sociais os estudos que buscaram analisar a política brasileira sob a ótica do *neoinstitucionalismo*, conferindo grande avanço no grau de conhecimento disponível acerca da política brasileira. Esse avanço contribuiu inclusive para derrubar interpretações equivocadas e míticas sobre o funcionamento das instituições brasileiras, interpretações essas

1 Este artigo é uma versão adaptada de parte da minha monografia de conclusão de curso, apresentada ao Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, em julho de 2009, sob orientação da professora Magna Inácio, e tendo o professor Bruno Pinheiro Wanderley Reis como examinador, ambos do Departamento de Ciência Política da UFMG. A monografia e este artigo, seu subproduto, são frutos da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação”, realizada pelo Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciência Política da UFMG, financiada por Fapemig, Capes e CNPq. A pesquisa foi realizada em 2007 e 2008. Agradeço à professora Fátima Anastasia pela oportunidade de atuar na pesquisa e à professora Magna Inácio pela dedicada orientação. Agradeço, por fim, aos pareceristas anônimos da Revista *Todavia* pelas sugestões. Eventuais equívocos, no entanto, são de minha responsabilidade.

2 Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) vinculado à pesquisa acima referida. Contato: claudiolr@gmail.com.

que “previam” uma ruptura institucionais, iminente dadas as configurações dos sistemas de governo, partidário e eleitoral.

A partir dos estudos institucionalistas, a ciência política brasileira experimentou um avanço na quantidade e na qualidade dos estudos. Entretanto, parece ter havido nesse tempo uma concentração de estudos orientados por essa perspectiva teórica, negligenciando aqueles que seriam os “condicionantes sociais” da política (PERISSINOTTO, 2004). O autor defende que, após esses anos de prevalência do institucionalismo, “teríamos algo a ganhar com um retorno prudente à perspectiva da sociologia política” (*idem*, p. 204).

Tentando contribuir para essa diversificação dos estudos em ciência política, e seguindo a agenda proposta por Perissinotto (2004), empreendemos aqui um esforço teórico e empírico de compreensão dos fatores não institucionais que condicionam as ações dos políticos. Incentivados e influenciados por trabalhos importantes, como os de Marengo dos Santos (1997, 2001), Marengo dos Santos e Serna (2007) e Rodrigues (1987, 2002), buscaremos não só testar as hipóteses que esses autores levantam, mas estendê-las a outros fatores e propor novas agendas de pesquisa dentro dessa perspectiva.

O objetivo principal deste trabalho é realizar uma análise sobre as carreiras políticas dos deputados estaduais e seus determinantes. As carreiras políticas serão, segundo o interesse deste trabalho, analisadas no momento da campanha eleitoral, através das estratégias de campanha. Para isso, será utilizado o banco de dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação”, composto pelas respostas dos deputados às perguntas relativas ao grau de conhecimento e opinião acerca do regime democrático e do sistema político vigente no Brasil; grau de familiaridade com as regras de funcionamento das casas legislativas, bem como seus principais órgãos; formas de interação com os demais poderes, com os partidos e outros deputados, e também com os eleitores e instituições da sociedade civil.

Ao todo, 513 deputados estaduais³ responderam ao questionário, de um universo de 624. É importante ressaltar que, embora os respondentes compreendam mais de 80% do universo pesquisado, eles não constituem uma amostra representativa dos 624 deputados. Portanto, os resultados e conclusões propostos neste trabalho se limitam aos respondentes.

3 A pesquisa abarcou os seguintes estados: Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Este trabalho está dividido em três seções. Na primeira, são apresentadas as hipóteses centrais deste trabalho, e apresentamos uma breve revisão da literatura sobre as carreiras políticas e os determinantes sócio-políticos das diferentes trajetórias de carreira. Na segunda seção, desenvolvemos os argumentos do trabalho, bem como a análise de dados, testando as hipóteses propostas. Em seguida, são apresentadas as considerações finais.

Carreira política e background: A teoria sobre carreiras políticas e novas propostas

Certamente, há uma série de fatores que incentivam e moldam as ações dos indivíduos de forma que eles, a partir de um cálculo estratégico, decidem ingressar na política. Estes fatores podem ser de dois tipos, da forma como serão trabalhados aqui: pessoais e referentes à trajetória de vida e, portanto, anteriores à carreira política, chamados de *background*; e institucionais, que se referem às regras e normas que os indivíduos encontram na arena eleitoral e na arena parlamentar.

A hipótese que norteia esse texto é a de que as características pessoais e de trajetória profissional dos deputados estaduais, denominadas background, possuem relação direta com as estratégias de formulação e construção da carreira política dos deputados estaduais, sendo possível encontrar padrões de carreiras políticas a partir dessas características anteriores à vida pública. Filiação partidária, mobilização de recursos pessoais, políticos e financeiros, posicionamento frente a temas e estratégias de campanha são elementos importantes que permitem diferenciar as carreiras políticas e, por isso, são abordados nesse trabalho.

No tratamento dessa hipótese será levado em conta um ponto levantado pela literatura (RODRIGUES, 1987), segundo o qual existe uma relação entre os atributos pessoais e o tipo de partido ao qual o deputado federal se filia. Em outras palavras, supomos que os partidos recrutam os seus membros e formam seus quadros a partir de grupos sociais distintos, a ponto de se poder identificar um ou mais grupos como sendo dominantes na composição partidária. Esse ponto, que se comporta como uma variável interveniente, será considerado, devido aos limites deste trabalho, como um pressuposto. Aqui, o interesse está não em analisar o recrutamento dos partidos, mas tê-lo como variável importante na definição da carreira política. Nesse sentido, considera-se que é possível estender as conclusões da bibliografia (MARENCO DOS SANTOS, 1997, 2001, 2004; MARENCO DOS SANTOS E SERNA,

2007; RODRIGUES, 1987, 1991, 2002; SAMUELS, 1997, 2002) acerca da composição social dos partidos no nível federal (Câmara dos Deputados) para o nível subnacional (Assembléias Legislativas). Mais especificamente, espera-se encontrar nas assembléias padrões de recrutamento mais pluralistas e inclusivos entre os partidos de esquerda e mais conservadores e laterais à política entre os partidos de direita. Espera-se encontrar nos partidos de centro padrões mais híbridos de recrutamento (RODRIGUES, 2002; MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007). Se há diferenças de recrutamento entre os partidos, essas diferenças impactam em seus programas, linhas de atuação e ideologia dominante.

A carência de estudos e trabalhos mais sistemáticos que abordem a carreira política do ângulo da trajetória pessoal dos políticos torna fundamental uma análise mais profunda do tema. Por isso, a existência de alguns textos (RODRIGUES, 1987, 2002; MARENCO DOS SANTOS, 1997, 2001; MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007) que tratam da dimensão dos aspectos não-institucionais na determinação e estabelecimento de tipos e padrões de carreiras políticas os torna literatura básica e obrigatória para quem deseja se enveredar por essa temática de estudos. Estes textos, referenciais para essa pesquisa, são frutos do pioneirismo de alguns autores que empreenderam maiores esforços no sentido de conferir um caráter científico a algo que antes era objeto apenas de conjecturas.

Compreender a dinâmica de funcionamento das instituições de representação política e de seus atores, sejam eles vereadores, deputados ou senadores traz consigo a necessidade de saber qual a origem social, econômica, educacional e profissional, como se configuram as trajetórias de vida e quais características foram essenciais para a eleição desses cidadãos, e como isso se relaciona com o processo de construção de suas carreiras políticas. Se, como afirma Barry Ames (2003, p.22), “o sistema eleitoral influi [...] nos tipos de candidatos que concorrem às eleições”, podemos afirmar que não é qualquer cidadão que, pretendendo se candidatar e se eleger, obtém êxito na empreitada.

A primeira e uma das mais importantes tentativas de sistematizar a relação entre características pessoais e carreira política no Brasil remete a Leôncio Rodrigues (1987), que levantou os perfis biográficos de todos os membros da Assembléia Nacional Constituinte, eleita em 1986 e buscou relacioná-los aos aspectos políticos da dinâmica partidária e parlamentar. Dentre os resultados mais importantes e significativos estão a relação entre a profissão exercida pelo deputado antes de entrar na vida política e o partido ao qual ele estava filiado naquele momento. Segundo o autor, profissionais portadores de menor volume de

capital econômico, intelectual, sindical ou familiar tendiam a se filiar a partidos menores e menos estruturados. Os maiores partidos eram aqueles que exigiam de seus afiliados maiores esforços de socialização e legitimação primária e oferta de capital individual ou associativo antes de atingirem lugares importantes no partido ou nas listas de candidatos. Na época em que o estudo foi realizado o sistema partidário brasileiro passava por um intenso processo de transformação, com realinhamento ideológico de grandes partidos e criação de novos a partir de defecções e discordâncias programáticas. A distribuição dos partidos no espectro ideológico daquele momento certamente difere da atual, fator que nos leva a ter de relativizar os resultados encontrados pelo autor.

Por fim, o autor conclui que a orientação política não está desvinculada da trajetória pessoal, profissional e social do deputado na medida em que esses fatores determinam os compromissos políticos e econômicos que ele estabelece no próprio meio e também com a sociedade, além de determinar as vinculações a práticas e valores socialmente construídos. Ou seja, ser de esquerda ou direita, por mais vago e arbitrário que essa classificação possa parecer, não é um atributo advindo simplesmente da opinião ou auto-declaração do político. Se a maioria dos parlamentares da Assembléia Nacional Constituinte se declarou de esquerda ou centro-esquerda, essa declaração possui relação com as características predominantes no eleitorado e com seu *background* e histórico de vida (RODRIGUES, 1987, p. 101). É importante lembrar, no entanto, que naquele momento era grande o número de parlamentares advindos da base aliada da ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985, ou seja, de orientação marcadamente de direita. Ainda assim muitos se declararam de esquerda, restando uma parcela mínima de deputados que se declarou de direita. Um observador desavisado concluiria que naquele contexto, de restauração do regime democrático depois de duas décadas de ditadura, a esquerda assumiu o poder. Observando mais atentamente e tendo em mente a especificidade daquele momento político, seria mais plausível supor que os parlamentares alinhados à direita estivessem empreendendo um esforço de se desvincular do regime ditatorial, conferindo às suas imagens um caráter democrático comum ao que a esquerda, na época, defendia.

A maior contribuição de Rodrigues (1987) foi lançar uma nova agenda de pesquisa que curiosamente ainda não foi devidamente explorada pela ciência política brasileira, mesmo tendo-se passado mais de vinte anos desde que seu estudo foi publicado. O próprio autor retornou à temática com uma análise sobre a composição social dos partidos ao analisar a

relação entre as orientações ideológicas e a composição sócio-ocupacional dos seis principais partidos que conquistaram cadeiras na Câmara dos Deputados nas eleições de 1998. Partindo da hipótese de que há diferenças empiricamente verificáveis na composição social das bancadas desses partidos e que essas diferenças levam a posicionamentos programáticos e ideológicos também diferenciados, o autor chega à conclusão que determinados segmentos sociais que seriam representativos desta ou daquela classe social se encontram desigualmente distribuídos entre os partidos. Como afirma o autor, “os partidos recrutam em muitos segmentos da sociedade, mas não exatamente nos mesmos. Resulta daí combinações diferentes de grupos sociais em cada partido”. E vai além, argumentando que são os segmentos sociais dominantes em cada partido que “traçam o perfil dos partidos e os localizam ideologicamente no espaço político” (*idem*, p. 40).

Na mesma linha estão Marenco dos Santos e Serna (2007) que, juntos, desenvolveram um trabalho no qual testam as hipóteses de Rodrigues (2002) e propõem uma teoria complementar na qual articulam os diferentes tipos de mobilização de recursos, de acordo com a posição social dos políticos, com as diferentes estratégias partidárias de seleção de candidatos. A hipótese central dos autores é a de que as diferenças nos padrões de carreira política se explicam pelas variações no perfil social e pelos recursos individuais dos candidatos eleitos por cada partido. O avanço deste trabalho em relação ao de Rodrigues (2002) está em incorporar à análise os recursos individuais advindos da posição social de cada um dos candidatos.

Valendo-se de variáveis vinculadas à experiência política (forma e idade de ingresso na política e fidelidade partidária), redes sociais e capital organizativo e origem sócio-ocupacional, os autores concluem pela existência de duas dimensões através das quais se pode distinguir os partidos: o perfil social dos seus membros e as carreiras políticas. A primeira dimensão diferencia os partidos de esquerda dos partidos de direita na medida em que os primeiros apresentam em seus quadros profissionais ligados às humanidades, ao ensino, à cultura e profissionais advindos do serviço público e da classe média assalariada. Esses partidos são classificados, nessa dimensão, como pluralistas ou inclusivos. Os partidos de perfil social tradicional, inclinados à direita, apresentam parlamentares com alta escolaridade e formação em profissões liberais tradicionais, bem como alta proporção de empresários.

A segunda dimensão classifica os partidos segundo as carreiras políticas de seus membros: os partidos conservadores apresentam parlamentares com carreiras políticas mais

laterais, independente de partidos, sustentadas por recursos e capitais sociais individuais e por estruturas partidárias mais flexíveis. Além disso, esses parlamentares iniciam na vida política mais tardiamente e possuem trajetórias parlamentares menos contínuas. Do outro lado, os partidos ideológicos de esquerda têm como parlamentar típico aquele político que se apóia em recursos coletivos, como o estabelecimento de redes sociais e enraizamento das bases sociais de apoio, para alcançar maior capital social e político. Esse parlamentar tem trajetória longa e fiel ao partido que pode ser classificada como endógena (MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007).

Analogamente à tipologia das carreiras políticas como função da disponibilidade de recursos individuais ou coletivos, temos aqui uma diferenciação entre o ingresso precoce ou contingente na política – os *outsiders* – e o ingresso tardio por vias partidárias – as *raposas*. Basicamente, o primeiro caso é típico de profissionais com “disposição vocacional” e “influência de um ambiente familiar e social que estimula a opção pela política” (Marengo dos Santos, 1997, p. 91). Como exemplo de *outsiders*, temos advogados e empresários, os advogados com ingresso geralmente precoce graças aos atributos da profissão e os empresários com ingresso tardio, fruto do capital social e financeiro adquirido na vida profissional. O segundo caso, das “raposas políticas”, embora comum também nos partidos conservadores do período democrático de 1945-65, tornou-se traço marcante dos partidos de esquerda na república pós-ditadura militar, que compensam a carência de atributos pessoais dos candidatos com a oferta de identificação simbólica, como visões de mundo, valores e programas (*idem*, p. 95).

Todos estes estudos, no entanto, vêm abordando majoritariamente as instâncias políticas em âmbito federal e dando menos ênfase aos contextos de competição política em níveis subnacionais, resultados do arranjo federativo. Pretende-se aqui contribuir para a literatura em ciência política e, mais especificamente, para a literatura que trata de carreiras políticas, propondo uma análise sistemática sobre os padrões de carreiras políticas dos deputados estaduais.

Essa empreitada encontra respaldo em Lima Junior (1983), segundo o qual há necessidade de considerar, nos estudos sobre o sistema partidário brasileiro, o fato de que o Brasil é um país federado e possui, portanto, diferenças relevantes entre o nível federal e o nível estadual e também entre os diversos estados. Em sua análise empírica sobre o sistema partidário entre o período 1945-62, Lima Júnior conclui que, apesar do fato de que a

fragmentação partidária nominal em âmbito nacional fosse de 13 partidos, a competição era bem menor. Paralelamente, no âmbito estadual, a competição se dava em nível mais elevado que nacionalmente, sendo que os três maiores partidos nos estados variavam de estado para estado, comprovando a tese das diferenças contextuais.

Background e estratégias de campanha

1. As instituições e suas influências sobre as campanhas eleitorais

Instituições, da forma como serão tratadas aqui, são conjuntos de regras e procedimentos que estruturam e limitam as escolhas a que os indivíduos são postos a fazer e o comportamento dos indivíduos decorrente dessas escolhas. Ao mesmo tempo, o conjunto de regras que forma as instituições estrutura e limita o número e o tipo de atores que poderão fazer parte do jogo e quais estarão dispostos a isso.

Os constrangimentos atuam, primeiramente, no momento em que o indivíduo se filia a algum partido, visto que as regras eleitorais obrigam a filiação até um ano antes do pleito. Cada partido possui sua própria estrutura de recrutamento, e disso resulta quem se filiara e, daí, quem se candidatará. Nesta etapa, exerce-se uma enorme seleção: entre os milhares que se filiam, poucos são os que têm condições para se candidatarem, e nisso se inclui a capacidade de afiançar a entrada na lista eleitoral. Finda essa etapa, os candidatos encontram pela frente o momento da campanha eleitoral, que, em sua maior parte, é de responsabilidade dos próprios candidatos, tendo em vista que o sistema de representação proporcional de lista aberta retira das mãos das lideranças de grande parte dos partidos o poder de controlar as candidaturas e ordenar as listas de candidatos (AMES, 2003). Na campanha eleitoral, o candidato precisa se empenhar na busca por alianças, apoios, financiadores e, claro, votos necessários para a conquista da vaga no legislativo. No Brasil, as campanhas pela eleição, devido ao formato das regras eleitorais e a estrutura de organização dos partidos (SAMUELS, 1997; LODOLA, 2008), são processos caros que trazem consigo um alto grau de incerteza quantos aos resultados.

Alguns parlamentares apresentam menor fidelidade e menor vinculação a seus partidos devido ao fato de que eles podem trocar de legenda várias vezes quando eleitos e fazer

parcerias eleitorais – as dobradinhas – com quaisquer candidatos, receber financiamentos de toda ordem e defender a plataforma programática que bem quiserem⁴.

Para alguns partidos de esquerda, no entanto, a dependência, por parte dos candidatos, dos recursos partidários tende a resultar em mais fidelidade e controle das lideranças sobre as candidaturas. A exceção seria o Partido dos Trabalhadores – PT – que não depende mais dos recursos partidários já que possui ampla rede de arrecadação e também conseguiu ao longo de sua história estabelecer regras de recrutamento que induziram a trajetórias endógenas e fidelização de seus membros (SAMUELS, 1997, 2002; MARENCO DOS SANTOS, 1997, 2001; MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007)

Estes argumentos, comuns na literatura sobre o efeito das regras eleitorais brasileiras na política, não devem ser desprezados. No entanto, para alguns autores (SAMUELS, 1997; MARENCO DOS SANTOS, 1997, 2001; MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007) há de se relativizar o tamanho do impacto que regras e normas exercem sobre o funcionamento de um determinado sistema, no caso o sistema partidário. Se os resultados e efeitos da legislação eleitoral se observassem os mesmos, com variações insignificantes, poder-se-ia dizer que ela exerce uma influência determinante. No entanto, se se observa que, sob as mesmas regras, há variações importantes no funcionamento e estrutura de organização dos partidos, estes devem ser explicados também por outras variáveis.

Marenco dos Santos e Serna (2007), por exemplo, ao buscarem estabelecer padrões de carreiras políticas no interior dos partidos brasileiros, observam que, a despeito das diferenças observadas entre partidos de distintas orientações ideológicas, todos estão inseridos num mesmo sistema eleitoral com regras funcionam igualmente para todos. Portanto, se, no Brasil, observamos diferenças importantes entre partidos funcionando sob o mesmo aparato institucional, podemos dizer que esse resultado enfraquece os argumentos de que o sistema eleitoral vigente no Brasil solapa os vínculos entre os partidos e seus membros, personaliza o voto e fragiliza a representação. Como, no interior de um mesmo sistema eleitoral, podem existir partidos que não possuem quaisquer controles sobre seus membros e, ao mesmo tempo, partidos cujos membros exibem padrões de trajetória partidária endógenos e sólidos?

4 Em 2007, o Tribunal Superior Eleitoral, atendendo a uma consulta do Democratas (DEM), concluiu que o mandato parlamentar pertence ao partido e, portanto, defecções sem justificativa plausível resultariam em perda do mandato pelo parlamentar e reposição por outro membro do partido. Entretanto, este trabalho se atém às regras vigentes nas eleições de 2006, quando a mudança de legenda até um ano antes da disputa pelo cargo legislativo era permitida, sem maiores limitações.

Uma das explicações pode estar assentada na dinâmica do sistema partidário. Partidos precisam do tempo e da rotina de repetidas eleições para se firmarem ideologicamente e constituírem identidades e lealdades que permitam aos eleitores a assimilação de imagens e símbolos partidários (MARENCO DOS SANTOS, 1997, 2001). As constantes interrupções e intervenções sofridas pelos partidos brasileiros ao longo da história republicana estão na base da fraqueza da relação dos eleitores com os partidos, e destes com seus membros. Além disso, os partidos brasileiros foram historicamente forjados de dentro da estrutura estatal, e com a maioria dos partidos brasileiros pós-redemocratização não é diferente (RODRIGUES, 1990; SAMUELS, 1997). Decorre disso uma falha de reconhecimento por parte dos grupos sociais que em geral não se vêem representados no legislativo.

A fraqueza dos partidos, a natureza do sistema eleitoral e a experiência recente da democracia brasileira são fatores que refletem no comportamento dos atores envolvidos nas eleições: eleitores, partidos e candidatos⁵. A maioria dos votos em eleições proporcionais é direcionada à pessoa do candidato, enquanto uma parcela mínima é conferida às legendas. Dessa forma, é possível compreender por que os candidatos orientam suas campanhas a partir de um prisma individual que ressalte suas características pessoais e, no mais das vezes, descolam suas imagens da imagem do partido ao qual pertencem, tudo isso para incentivar os eleitores a depositar os votos neles, e não na legenda. Tudo isso cria um efeito cíclico no processo de identificação política. Sabendo dos problemas de estruturação de lealdades partidárias, das lacunas deixadas pelos partidos e das necessidades de lutar pelo seu espaço em listas muito concorridas, os candidatos dos partidos menos ideológicos constroem todos os mecanismos para uma campanha essencialmente individual.

2. O background e as estratégias de campanha

Diante dessa estrutura, quais estratégias de campanha um candidato poria em prática na corrida eleitoral? Os tipos de “dobradinhas”, os programas e temas defendidos, os grupos que ele busca representar, os financiadores e até mesmo a posição ocupada no partido são elementos importantes que determinam o sucesso eleitoral do candidato. Por outro lado, as características pessoais e as trajetórias de vida também são fatores essenciais na construção da carreira política que estão na base dos planos e estratégias dos candidatos.

5 Ames (2003) é um dos autores mais céticos no que diz respeito à consequência destes fatores.

Carreira e formação profissional são certamente duas das características que influenciam na definição dos planos e estratégias políticas dos candidatos a deputado estadual. De maneira geral, a profissão que o candidato exerce está diretamente relacionada à inserção social dele e o seu grau de integração com a sociedade. O reconhecimento por parte das comunidades, as redes de contatos com atores políticos relevantes e o acesso a financiadores são elementos fundamentais para a campanha política que variam entre os candidatos de acordo com a formação e atuação profissional deles.

Além disso, as preferências pessoais, a ideologia e orientação política e as visões de mundo, para citar alguns exemplos, são características individuais condicionadas pelo contexto de inserção social do indivíduo. Profissões constituem campos específicos que trazem consigo conjuntos de comportamentos, práticas e linguagens próprios que os profissionais reproduzem. Mais que isso, o exercício profissional pode resultar na construção de redes sociais relevantes para a atuação política. Disso decorrem padrões de atuação política de deputados de acordo com a formação e experiência profissional deles. Obviamente, a política em si também se constitui num campo próprio, “cujo acesso requer aprendizado e domínio de códigos, técnicas e relações que lhe são peculiares” (MARENCO DOS SANTOS, 1997, p. 87). No entanto, a apreensão de tais códigos e técnicas não se faz de maneira única, sendo possíveis diversas combinações e modos de agir na política, dependendo da forma como os políticos se inserem neste campo.

No momento eleitoral, a carreira profissional do candidato impacta de maneira importante, podendo-se elencar três formas de impacto: a) os segmentos da sociedade a que o candidato poderá recorrer para buscar apoiadores, militantes e cabos eleitorais; b) as idéias, pensamentos e temas defendidos pelo candidato, já que a sua inserção na sociedade condiciona também a imagem que esta terá sobre ele e também a que ele poderá explorar; c) os tipos de financiadores dispostos a contribuir com a campanha.

Todo candidato, novato ou veterano, busca formar uma base eleitoral que sustente sua sobrevivência política. Quanto mais eleitores fiéis, mais estável é a carreira do político. Obviamente, o político, a princípio, não faz distinção entre os eleitores. Não importa quem são eles, a qual classe social ou religião eles pertencem. No entanto, a competição acirrada do mercado político obriga os candidatos a criarem “nichos” de eleitores, grupos que ele representará e cujos interesses defenderá. No sistema proporcional de lista aberta, a criação de uma base eleitoral distinta, muitas vezes conformada geograficamente, é um caminho para o

sucesso eleitoral e para o prolongamento da carreira política (AMES, 2003). A profissão aqui certamente impacta sobre quais grupos ou segmentos sociais, ou até mesmo segmentos geográficos, que o deputado buscará representar.

Juntamente com a profissão, outras características pessoais dos deputados possuem relação com suas estratégias de campanha. Candidatos religiosos podem fazer da religião uma plataforma de conquista de eleitores que professam a mesma religião, ou defender valores que são comuns a determinados segmentos religiosos. Dado também que determinados grupos religiosos são internamente coesos, a defesa de seus interesses pode render uma boa quantidade de votos. Mas a estratégia de recorrer a grupos religiosos para conquistar apoio e votos não é gratuita nem aleatória. A construção de uma imagem que tenha peso para eleitores praticantes de determinadas religiões não se faz da noite para o dia nem recompensa novatos. O uso da religião como plataforma política, assim como em outros casos, exige uma socialização neste meio que demanda tempo e investimentos. E estes são feitos, naturalmente, por praticantes da própria religião. Portanto, a religião, como característica de *background*, é um importante fator que determina a construção da carreira política.

Análise de dados

Nesta seção serão analisados os impactos e relações entre essas características pessoais e algumas estratégias de campanha dos deputados, como fonte principal do financiamento da campanha, tipos apoio político buscado e formas de se conseguir o apoio de prefeitos e vereadores.

Cabe lembrar que os dados⁶ aqui analisados dizem respeito a respostas dadas pelos próprios deputados e, portanto, remetem a informações de percepção e auto-declaração. Isso reduz a capacidade explicativa dos dados, embora permita, por outro lado, captar de que forma os deputados percebem a construção e estruturação de suas próprias carreiras políticas.

A principal característica dos deputados a ser tomada aqui como variável independente é a das profissões que eles exerceram antes da carreira parlamentar. A pergunta feita aos deputados era aberta, sendo possível qualquer resposta. Para codificá-las e agrupá-las, utilizamos as categorias propostas por Rodrigues (2002) e Marengo dos Santos e Serna

⁶ Amostra não representativa dos deputados, conforme dito na Introdução ao texto.

(2007), para os quais é possível, conhecendo-se as profissões prévias dos deputados, compreender o acesso deles a recursos materiais e recursos de capital social.

As diversas profissões declaradas pelos deputados foram agrupadas em: (1) trabalhadores, que constituem aqueles profissionais cujo ofício requer nível médio de escolaridade e também aqueles que exercem trabalhos manuais⁷; (2) profissionais de humanas, que compreende professores de todos os níveis, sociólogos, economistas, comunicadores; (3) profissionais liberais tradicionais, que compreende médicos e outros profissionais da área de saúde, profissionais das áreas jurídicas, como advogados, embargadores, promotores, e profissionais ligados à área de tecnologia, como engenheiros e arquitetos; (4) burocratas públicos, que incluem membros da alta burocracia estatal; e (5) empresários, que vão desde os donos de grandes empresas a comerciantes médios e produtores rurais.

Nossa primeira hipótese relativa às profissões é a de que estas condicionam o acesso a recursos financeiros e, conseqüentemente, os tipos de financiamento de campanha que os candidatos buscarão. A partir disso, supomos que deputados que exerciam profissões com acesso precário a recursos materiais tendem a buscar financiamento em grupos ou no próprio partido como compensações às suas deficiências de financiamento próprio.

Na *Tabela 1*, temos o cruzamento dos agrupamentos profissionais e das fontes de financiamento das campanhas eleitorais. O resultado mostra que os recursos do partido ou coligação são mais importantes para os trabalhadores do que para os demais profissionais, já que os primeiros apresentam um percentual duas vezes maior do que o percentual dos profissionais de humanas e cinco vezes maior do que burocratas, por exemplo. Mas cabe perguntar por que os partidos, diante das regras que dão liberdade aos deputados e pouca capacidade de controle deles pelas lideranças partidárias, investiriam seus recursos em campanhas de candidatos que podem, assim que eleitos, mudar de legenda. Ao mesmo tempo, o grande número de candidaturas geralmente não condiz com o volume disponível aos partidos para o financiamento das campanhas. Contribuir financeiramente para a campanha de cada um dos candidatos, ou mesmo alguns poucos, significa um volume de recursos insuficiente para uma campanha individual.

7 Aqui, há certamente um problema que foi difícil de contornar: no mesmo grupo, entraram metalúrgicos, que possuem uma estrutura sindical ligada a partidos de esquerda, até bancários, comerciários, vendedores, que se diferenciam dos primeiros em escolaridade e associações de classe, por exemplo.

Tabela 1
Principal fonte de financiamento da campanha eleitoral, por grupos de profissões, de deputados estaduais brasileiros (%)

	Trabalhadores	Profissionais de humanas	Profissionais liberais tradicionais	Burocratas públicos	Empresários
Recursos do partido/ coligação	10.4	4.9	4.1	2.0	2.8
Recursos próprios	35.4	28.4	51.0	33.3	50.7
Doações de pessoas físicas	35.4	40.7	24.8	31.4	19.7
Doações de pessoas jurídicas	18.8	25.9	20.0	33.3	26.8
Total (N)	(48)	(81)	(145)	(51)	(142)

Teste de qui-quadrado de independência significativo ao nível de 0.01

Fonte: elaboração própria a partir de dados brutos da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação” - CEL-DCP/UFMG (Fapemig, CNPq, Capes), outubro/2007 a março/2008

A resposta a essa pergunta remete à hipótese segundo a qual profissionais com menor volume de recursos políticos individuais recorrem aos recursos partidários para ingressarem na política. Em geral, os partidos que oferecem esses recursos aos seus candidatos são os partidos de esquerda (MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007). Se observarmos, na *Tabela 2*, que pouco mais de 50% dos trabalhadores estão em partidos de esquerda, a hipótese se confirma. Os dados da tabela permitem também estender a afirmação para os demais grupos profissionais, ou seja, de que partidos recrutam seus membros em grupos sociais distintos.

A proporção de profissionais de cada grupo que é filiado a partidos de esquerda diminui na medida em que se vai da esquerda pra direita da tabela, e o inverso ocorre em relação aos percentuais de profissionais filiados a partidos de centro. No entanto, não se observa o mesmo em relação aos filiados a partidos de direita. Portanto, podemos afirmar que profissionais com menor volume de capital individual, como trabalhadores e profissionais de humanas, tendem a se filiar a partidos de esquerda, enquanto empresários e profissionais liberais tendem a se filiar a partidos de centro e, em menor medida, a partidos de direita.

Tabela 2
Distribuição percentual de grupos profissionais por grupos de partidos

	Trabalhadores	Profissionais de humanas	Profissionais liberais tradicionais	Burocratas públicos	Empresários	Outros	Total
Esquerda	52.1	43.9	20.4	30.2	15.0	36.1	27.7
Centro	27.1	40.2	63.3	58.5	63.9	52.8	55.2
Direita	20.8	15.9	16.3	11.3	21.1	11.1	17.2

Total (N)	(48)	(82)	(147)	(53)	(147)	(36)	(513)
------------------	------	------	-------	------	-------	------	-------

Fonte: elaboração própria a partir de dados brutos da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação” - CEL-DCP/UFMG (Fapemig, CNPq, Capes), outubro/2007 a março/2008

O uso de recursos próprios nos permite estabelecer duas divisões de grupos de profissionais: trabalhadores, profissionais da área de humanas e burocratas, de um lado, e profissionais liberais e empresários, de outro. Fica claro que este último grupo se apóia mais em recursos próprios para o financiamento de campanha do que o primeiro. Pode-se apontar duas causas para este fato. Em primeiro lugar, e em certo sentido óbvio, profissionais liberais e empresários dispõem de recursos em volume bastante acima do que os demais profissionais e, ao se lançarem candidatos, eles podem investir estes recursos e depender menos de outras fontes. Em segundo lugar, a trajetória de ingresso desses deputados na política, em geral, ocorre em momento tardio da vida deles e reflete a ausência de uma militância político-partidária (MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007), fato que pode ser considerado causa de uma desvinculação do sistema partidário. Esses deputados correm por fora da estrutura partidária e se elegem a despeito de suas legendas. Para eles, o que tem mais importância para a construção e manutenção da carreira política são os contatos políticos que podem lhes trazer ganhos conferindo, ao mesmo, a mobilidade e liberdade para agirem conforme seus próprios interesses. Nisso, supõe-se que seja talvez pela mobilidade, e não pela ideologia, que esses profissionais se filiam a partidos de direita.

Os resultados dessas vinculações políticas e trajetórias de características mais pessoais podem ser vistos também nas *Tabelas 3 e 4*: a primeira distingue a esfera de apoio fundamental para a vitória eleitoral, e a segunda relaciona as origens do apoio político eleitoral com os quais os deputados puderam contar. A esfera de apoio fundamental para a vitória eleitoral é composta por duas categorias: (1) apoio político, que diz respeito ao apoio do partido, de prefeitos e vereadores e dobradinhas realizadas com candidatos a deputado federal; e (2) apoio de redes sociais, que diz respeito ao apoio dado por entidades sociais e empresariais, líderes comunitários e sindicais e membros da sociedade civil organizada⁸. A variável relativa às origens do apoio político eleitoral foi construída agrupando-se respostas à pergunta sobre qual foi o fator principal para conseguir apoio de prefeitos e vereadores para a

⁸ Essa variável foi construída com base na pergunta sobre qual foi o fator mais importante para a vitória na última eleição, em que o deputado deveria indicar quais foram os dois tipos de apoio mais importantes.

candidatura. A origem de apoio “personalista” remete aos que responderam terem sido “suas relações pessoais ou familiares com prefeitos e/ou vereadores” o fator mais importante para a vitória eleitoral; a categoria “partidário” diz respeito aos que disseram que “suas relações partidárias” foram fundamentais; a categoria “regional” é resultado da soma daqueles responderam que “a intermediação de lideranças locais”, “a ocupação prévia do cargo de prefeito em um município importante” ou “a realização de obras na região, em outras ocasiões” foram os fatores fundamentais para o sucesso eleitoral e; a categoria “outsiders” é composta por aqueles deputados que declararam não terem recebido apoio político eleitoral em suas campanhas (*“Não teve apoio político eleitoral de prefeitos e vereadores”*).

Através dessas duas tabelas, podemos notar que empresários, em suas campanhas eleitorais, tendem mais a se apoiar em relações familiares, pessoais e regionais com prefeitos e vereadores (categorias “apoio personalista” e “apoio regional”, na *Tabela 4*), característica que pode ser atribuída também aos burocratas. Coerentemente, eles, em sua maioria, disseram ter sido o *apoio político* – prefeitos, vereadores, outros candidatos – o fator mais importante para que vencessem o pleito (*Tabela 3*). Esse resultado fica mais interessante quando lembramos que a categoria “redes sociais” inclui o apoio de líderes empresariais, não tão importante para a campanha deles.

Tabela 3

Apoio político ou de redes sociais, por grupos de profissões de deputados estaduais brasileiros (%)

	Trabalhadores	Profissionais de humanas	Profissionais liberais tradicionais	Burocratas públicos	Empresários
Apoio político	43.9	40.6	59.8	57.1	67.9
Apoio de redes sociais	56.1	59.4	40.2	42.9	32.1
<i>Total (N)</i>	(41)	(64)	(117)	(49)	(137)

Teste de qui-quadrado de independência significativo ao nível de 0.01

Fonte: elaboração própria a partir de dados brutos da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação” - CEL-DCP/UFMG (Fapemig, CNPq, Capes), outubro/2007 a março/2008

O grupo composto por profissionais liberais é aquele que, de maneira geral, mais se assemelha ao grupo composto de empresários. De certa forma, a carreira profissional deles não difere muito da carreira profissional dos empresários, já que, por definição, o profissional liberal é aquele atua por conta própria, prestando algum tipo de serviço, e o faz através de pessoa jurídica, semelhante a uma empresa. Dificilmente ele participa de associações de classe ou sindicatos, quando estes existem. Nossa hipótese de que a origem da posição social

dos políticos define as redes de apoio que eles buscam, nesse ponto, pode ser confirmada, tendo em vista que as semelhanças no padrão de carreira profissional desses dois grupos resultam em padrões de apoio também semelhantes.

Tabela 4
Origem do apoio político, por grupos de profissões, deputados estaduais brasileiros (%)

	Trabalhadores	Profissionais de humanas	Profissionais liberais tradicionais	Burocratas públicos	Empresários
Personalista	42.6	32.0	35.2	43.1	41.3
Partidário	23.4	30.8	15.9	17.6	11.9
Regional	19.1	16.7	30.3	27.5	34.9
Outsider	14.9	20.5	18.6	11.8	11.9
<i>Total (N)</i>	(47)	(78)	(145)	(51)	(143)

Teste de qui-quadrado de independência significativo ao nível de 0.05

Fonte: elaboração própria a partir de dados brutos da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação” - CEL-DCP/UFMG (Fapemig, CNPq, Capes), outubro/2007 a março/2008

Para trabalhadores e burocratas, os recursos próprios como fonte de financiamento têm peso semelhante ao das doações de pessoas físicas. Paralelamente, o apoio político de tipo personalista, ou seja, aquele que teve por base as relações familiares ou pessoais com prefeitos e vereadores da região, é o tipo de apoio principal para essas duas categorias de profissionais. Como pode ser visto na *Tabela 4*, 42,6% dos trabalhadores declararam apoios de tipo personalista como os mais importantes para suas vitórias nas eleições. Nesse quesito, juntam-se aos empresários e profissionais liberais os trabalhadores. Novamente, não se esperava que o grupo de trabalhadores se comportasse de modo semelhante aos burocratas, mas certamente há outros fatores alheios aos considerados neste trabalho que contribuem para que eles tenham esse padrão

Entre os profissionais de humanas as doações de pessoas físicas são as que têm mais peso entre as fontes de financiamento. Isso poderia ser atribuído em parte ao contexto profissional e à rede de relações sociais estabelecidas por estas pessoas. Tais quais empresários e profissionais liberais, as redes sociais de professores, economistas, sociólogos, entre outros, se dão no próprio meio profissional em que eles atuam. Dessa forma, as contribuições que eles buscam para suas campanhas têm mais probabilidade de vir desse grupo do que de empresas e pessoas jurídicas. Além disso, pode-se argumentar que esses profissionais, mais do que outros, atuam em organizações da sociedade civil e também em associações de classe e sindicatos. Esse vínculo profissional confere a eles um *status*

profissional diferenciado, de forma que eles podem contar mais o apoio de colegas de profissão e de classe do que outros grupos de profissionais. Entre eles, o apoio de redes sociais figura como mais importante do que o apoio de redes e políticos profissionais (*Tabela 3*). No entanto, no que diz respeito à origem do apoio político, esses profissionais apresentam a distribuição mais homogênea entre todos, o que, neste caso, não permite a definição de um padrão (*Tabela 4*).

Há de se destacar, no entanto, que de maneira geral os grupos profissionais apresentam pouca diferença em relação à origem do apoio político. A prevalência de trabalhadores e burocratas e, de certa forma, profissionais de humanas entre aqueles que buscaram apoios personalistas coloca uma interrogação sobre a diferenciação dos apoios buscados pelos candidatos. Essa dimensão da estratégia de campanha, por si só, não permite inferir sobre padrões de ação de grupos profissionais.

Tabela 5
Principal fonte de financiamento das campanhas eleitorais, por religião de deputados estaduais brasileiros (%)

	Católico	Protestante
Recursos do partido ou coligação	4.7	1.8
Recursos próprios	45.2	40.0
Doações de pessoas físicas	25.2	43.6
Doações de pessoas jurídicas	24.9	14.5
Total (N)	(385)	(55)

Teste de qui-quadrado de independência significativo ao nível de 0.05

Fonte: elaboração própria a partir de dados brutos da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação”

- CEL-DCP/UFGM (Fapemig, CNPq, Capes), outubro/2007 a março/2008

Quando se analisa as estratégias de campanha pelo prisma da religião, observa-se que há variações significativas. Entre os católicos, 4,7% disseram ter sido o partido ou coligação a principal fonte de recursos para o financiamento da campanha eleitoral, sendo que, para os protestantes, A proporção é de 1,8%, ou seja, 2,6 vezes mais católicos do que protestantes dependem dos recursos partidários (*Tabela 5*).

Tabela 6
Se o apoio da igreja é fundamental, por religião dos deputados estaduais

	Católico	Protestante
Sim	24.2	70.2
Não	75.8	29.8
Total	(393)	(57)

Teste de qui-quadrado de independência significativo ao nível de 0,01

Fonte: elaboração própria a partir de dados brutos da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação” - CEL-DCP/UFMG (Fapemig, CNPq, Capes), outubro/2007 a março/2008

Por outro lado, 73% mais protestantes do que católicos declararam terem sido as doações de pessoas físicas os recursos mais importantes para a campanha. Pressupondo-se que católicos apresentam uma coesão de grupo fraca, não surpreende o fato de eles não recorrerem ao contexto religioso para buscarem uma vitória eleitoral. Em certo sentido, é isso que pode ser visto na *tabela 6*, em que apenas 24% dos católicos disseram que o apoio da Igreja foi fundamental para a eleição, ante 70% dos protestantes.

No Brasil, é comum as pessoas se declararem católicas, mesmo sem praticarem a religião. Entre os deputados que se declararam católicos, pouco mais de 40% disseram não praticar a religião. Para um deputado católico não praticante, a instituição religiosa e mesmo o grupo ou denominação religiosos não fazem parte de sua rede social e, por isso, não impactam em sua campanha eleitoral. Um paralelo disso pode ser visto na *Tabela 7*: 70% dos protestantes responderam ter buscado apoio em redes sociais ao invés de buscá-lo em redes de políticos profissionais, praticamente o inverso dos católicos que, em sua maioria (60,6%), tiveram na própria política o apoio que precisavam para suas campanhas.

Tabela 7

Apoio político ou de redes sociais, por religião, de deputados estaduais brasileiros (%)		
	Católico	Protestante
Apoio político	60.6	29.4
Apoio de redes sociais	39.4	70.6
<i>Total (N)</i>	(348)	(51)

Teste de qui-quadrado de independência significativo ao nível de 0,01

Fonte: elaboração própria a partir de dados brutos da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação” - CEL-DCP/UFMG (Fapemig, CNPq, Capes), outubro/2007 a março/2008

Marengo dos Santos (1997, p. 97) argumenta que “se a oportunidade de ser deputado com frequência se oferece a indivíduos com escassa experiência política, que se aventuram com êxito na política, o sintoma é de uma erosão intra-elite”, o exato oposto da classe política sedimentada, que abre espaço para o ingresso apenas de pessoas com longo tempo de treinamento na política. Diante disso, poderíamos afirmar que a classe política brasileira se apresenta erodida, na medida em que abre espaço a todo instante para que pessoas

completamente alheias ao universo político se aventurem com sucesso nesse meio, ou seria apenas uma forma de rotatividade de elites típica da estrutura política do país?

Considerações finais

O argumento base desse trabalho é que as características pessoais dos deputados, que antecedem a vida política, chamadas de *background*, impactam na forma como esses deputados guiam e constroem suas carreiras políticas. Os tipos de apoio e fontes de financiamento, aqui, se mostram influenciados pela profissão e pela religião do deputado, de modo a nos permitir estabelecer padrões de comportamento de acordo com essas características.

No que diz respeito às profissões dos deputados, pode-se dizer que, em certo sentido, os resultados obtidos se aproximam aos da literatura com a qual esse trabalho dialoga (MARENCO DOS SANTOS & SERNA, 2007; RODRIGUES, 1987; 2002). A conclusão de que profissionais liberais e empresários, devido às nuances de suas profissões, recorrem mais a seus próprios atributos do que à militância política para ingressarem na política e construírem suas carreiras era esperada tendo em vista os que os autores citados encontraram em seus estudos.

É importante mencionar que a variável sexo foi testada para todas as variáveis dependentes aqui consideradas – origem do apoio político, tipo de apoio fundamental na eleição e fontes de financiamento – e não foram encontradas quaisquer relações significativas. As variações entre os sexos não permitem que sejam feitas interpretações conclusivas a respeito da influência dessa variável sobre as variáveis dependentes. Por outro lado, a variável escolaridade, embora tenha sido considerada na discussão teórica, não foi abordada na análise devido a problemas de variação, em que pese o fato de mais de 80% dos respondentes possuírem o ensino médio completo.

Os cargos ocupados e o tempo de aprendizado alteram os recursos a que os candidatos podem recorrer para concorrer nas eleições (MARENCO DOS SANTOS & SERNA, 2007), e essa dimensão, de fato, é fundamental para a análise de carreiras políticas e estratégias de campanha. No entanto, essa variável não foi considerada no trabalho devido ao fato de não constar na base de dados utilizada. Essa base, alimentada a partir de perguntas de auto-declaração dos deputados, não permitiu a construção de uma variável que diferenciasse

deputados novatos de deputados experientes, e qual a trajetória política cada um deles percorreu até ser eleito para a legislatura estadual.

Há, certamente, outras características que se relacionam com a construção da carreira política tanto ou mais que a profissão e a religião, mas que, devido às limitações deste trabalho, não puderam ser tratados aqui. Dados como patrimônio, renda, ano do primeiro mandato, entre outros, ajudariam a avaliar em que medida as informações aqui utilizadas impactam ou não nas estratégias de ação dos deputados estaduais. Mas isso fica como uma importante agenda de pesquisa para a ciência política.

Referências

AMES, Barry. **Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 2003.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases**: geografia política do voto e comportamento eleitoral no Brasil. Rio de Janeiro: Revam, 2005.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional: 1945-1964. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 157p.

LODOLA, Germán. Political ambition and career paths in ‘robust’ federations: subnational legislators in Argentina and Brazil. In: INÁCIO, Magna e RENNÓ, Lúcio (orgs). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009 (no prelo).

MARENCO DOS SANTOS, André e SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 64, p. 93-113, 2007.

_____. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, nº 33, 1997.

_____. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil. Tendências e descompassos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 16, nº 45, 2001.

PERISSINOTTO, Renato M.. Política e sociedade: por uma volta à Sociologia Política. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 5, p. 201-230, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. A composição social das lideranças do PT. In: _____. **Partidos e sindicatos**: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990. 151p.

_____. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 17, nº 48, fevereiro 2002.

_____. **Quem é quem na constituinte:** uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987, 368p.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, nº 3, 1997

_____. Pork barreling is not credit claiming or advertising: campaign finance and the sources of the personal vote in Brazil. **The Journal of Politics**. Vol. 64, nº. 3, 2002.

OS MEDIA E A CONSTRUÇÃO DOS CARAS-PINTADAS ¹

Thales Torres Quintão ²

Resumo: O artigo a seguir visa analisar a relação direta entre política e mídia, ao indagar de que forma o movimento juvenil denominado como caras-pintadas foi construído pelos *media*; e ao mesmo tempo como se deu a sua apropriação pela mídia, ao transformar os textos políticos em algo atrativo para o grande público. Para isso serão utilizados os textos produzidos, pelos principais meios de comunicação no Brasil.

Palavras chaves: Comunicação e Política; Comunicação Midiática; Espetacularização da Política; Movimento dos Caras-Pintadas.

Introdução

O artigo a seguir se situa na temática da Comunicação Política, e visa fazer um debate analítico acerca da relação direta estabelecida entre os *media* (comunicação mediática) e o movimento dos caras-pintadas, ocorrido no ano de 1992. Todavia, deve-se ressaltar que as matérias na imprensa sobre esse “movimento” se estenderam para os meses iniciais de 1993.

O debate a ser feito consistirá na tentativa de se estabelecer uma interligação entre comunicação e política no período supracitado; procurar-se-á discutir de que maneira os caras-pintadas foram construídos (descritos e narrados) pelos textos produzidos nessa época pelos diversos meios de comunicação. Simultaneamente, pretender-se-á também discutir de que forma a apropriação desse movimento juvenil pela mídia³ transformou os textos políticos em algo atrativo para o grande público, o que significa dizer que para os receptores da notícia, a integração entre caras-pintadas e os *media* propiciou uma sedução para o olhar político. Para isso serão utilizados os textos produzidos, as matérias feitas e publicadas pelos principais meios de comunicação de massa do Brasil, compreendidos entre os anos de 1992 e 1993; o que nos permite fazer uma análise de conteúdo de suas argumentações.

¹ Artigo elaborado por iniciativa própria do autor.

² Recém Graduado em Ciências Sociais pela PUC - Minas; e-mail: thalestq@hotmail.com.

³ De acordo com o Dicionário de Comunicação escrito por Rabaça & Barbosa (2003), mídia é conceituada como “conjunto dos meios de comunicação existentes em uma área, ou disponíveis para uma determinada estratégia de comunicação. Grafia aportuguesada da palavra latina *media* (...). *Media* em latim, é plural de *médium*, que significa ‘meio’. (...) costuma-se classificar os veículos em duas categorias: *mídia impressa* (jornal, revista, folheto, outdoor, mala direta, displays, etc.) e *mídia eletrônica* (TV, rádio, CD, vídeo, cinema, etc.)” (p. 490).

Além disso, será feita uma revisão bibliográfica acerca do tema que se insere na relação entre comunicação e política, mais precisamente sobre o processo de impeachment de Fernando Collor, destacando teóricos como Rubim (1992; 1993); Fausto Neto (1994); Maria Helena Weber (1993; 2006); dentre outros.

Segundo Rubim (1992), esquematicamente, pode-se supor a relação entre política e *media* demarcada por dois modelos explicativos. O primeiro, o estilo mais tradicional, se baseia em um social “figurado ou até mesmo pré-figurado”, o que induz a pensar a comunicação, inclusive a mediática, como sendo algo quase agregado ao social, ou seja, uma extensão e apêndice das relações sociais, possuindo apenas um caráter descritivo. Assim, a política continuaria funcionando sem grandes transformações e transmutações, como algo apenas complementada pelos *media*.

O segundo modelo conhecido como pós-moderno tem a concepção de que a comunicação mediática deixa de ser definida como apenas um simples meio técnico inserido em uma gama de relações sociais, e passa a ser ela própria uma forma de relação social, tornando-se um espaço socioeconômico e cultural, ou seja, uma dimensão da sociabilidade humana (RUBIM, 1992). Então, a política na nossa atual sociedade mediática, seria apropriada e até “encantada” pela mídia, transformando-a em espetáculo. Essa situação tende a “domesticar” e utilizar a política de acordo com os padrões e regras da comunicação mediática a seu próprio interesse, o que faz com que ela perca a sua potência se pensado nos modelos tradicionais. Enfim, a política seria *despolitizada* (RUBIM, 1992).

Será adotada essa segunda vertente para entender as *narrativas*⁴ feitas pela mídia em relação ao movimento dos caras-pintadas, estabelecendo conexões entre espetáculo, meios de comunicação e política.

Por fim, partirá do pressuposto que a categoria cara-pintada foi construída, a partir de uma articulação importante entre mídia e a política no Brasil. As manifestações se constituíram em algo para serem vistos pelos meios de comunicação, pautando na lógica de que a ação política se tornou um tipo de espetáculo definido. Mas antes de analisarmos esse período específico, faremos uma breve passagem teórica sobre a relação entre comunicação (mídia) e política.

⁴Rodrigues (1997) em sua dissertação de mestrado define *narrativa* como algo que ordena os fatos, que garante significados para algum evento específico, situando-os em um tempo/espaço específico. Portanto, as narrativas midiáticas nos meses turbulentos de 1992, se referem aos textos produzidos para descrever os eventos acerca do impeachment e das mobilizações para o Fora - Collor. São denominadas como narrativas públicas, ao ordenar e moldar esses eventos, encontrando legitimidade na própria ação social.

Mídia e Política

A mídia jornalística entende a política, à sua própria maneira, de acordo com suas estratégias de visibilidade e credibilidade da informação. A função da mídia para servir como condutora de comunicação na esfera pública mudou a ponto de o receptor da mensagem deixar de ser *público* e passa a ser transformado em audiência, em uma aglomeração de indivíduos consumistas, o que significa supor a existência de um processo de modelagem da política pela mídia.

A mídia altera o poder político, pois a política precisa se adaptar à sua linguagem (GOMES, 1994; AZEVEDO, 1998). Pois, a comunicação midiaticizada⁵ seria uma esfera de poder que se defronta com outros poderes, como o político, por exemplo. Esse contato dá um novo significado a essas relações o que permite atingir novas estruturas societárias (Rubim, 2000). Porém, como Almeida (2002) diz não se deve entender que mídia submete a política integralmente a sua lógica de mercado. Segundo o autor: “a mídia passa a ser um importante ator político, o que não significa que seja o ator central da política; disputa na política como um ator, mas também é um ambiente disputado pelos outros atores políticos, estatais e privados” (ALMEIDA, 2002, p. 32)

Nas formas de ação política o impacto dos meios de comunicação sobre elas é algo extremamente gigantesco. De acordo com Miguel (2004) é possível assinalar quatro formas possíveis em que a presença da mídia altera as práticas políticas. São elas:

- 1) A mídia se torna o *principal instrumento de contato* entre a elite política e os cidadãos comuns. Isso significaria a redução do peso do partido político.
- 2) A mudança e *transformação do discurso político*, uma vez que este passa a se adaptar cada vez mais às formas e regras preferidas pelos meios de comunicação e tem que se submeter a certas regras do discurso midiático em particular. Os “políticos de todos os matizes têm revelado uma tendência a descaracterizar seu próprio discurso e incorporar o estilo midiático.” (SARTI, 2000, p. 3)
- 3) Como a literatura aponta, a mídia possui papel central na *produção da agenda pública*. Os temas que entram em pauta na agenda pública decisória se tornam

⁵ A comunicação como midiaticizada é aquele tipo de comunicação mediada por um aparato sociotecnológico que permite dentre outras coisas, a fixação do espaço do falante e do ouvinte; e um trabalho especializado e coletivizado, que vai além da comunicação face a face que se situa no mesmo espaço-tempo (RUBIM, 2000).

salientes devido a três pontos: a posição da opinião pública, o nível de cobertura da mídia, e a atuação de grupos de interesses e/ou empreendedores de políticas. Assim, muitas vezes, a pauta das questões ditas relevantes, postas para deliberação nas casas legislativas, são condicionadas pela visibilidade dessas questões dadas pelos meios de comunicação. Dito de outra maneira: a mídia possui capacidade de formular as preocupações públicas, e conseqüentemente, a opinião pública. E o impacto da definição da agenda pública não se restringe apenas ao cidadão comum, ele atinge também os líderes políticos e funcionários públicos, que se sentem como responsáveis e na obrigação de se posicionar e dar uma resposta para as questões públicas.

- 4) Os candidatos a posições de destaque político necessitam de se aproximar da comunicação midiática, visando à produção do fenômeno denominado como *gestão da visibilidade*. Esse fenômeno seria basicamente a aproximação e associação da figura do tal candidato a um fato político que seja assim reconhecido pela mídia. Essa aproximação geraria notícias e, conseqüentemente, visibilidade para a sua imagem, o que influenciaria, lembrando Bourdieu, na produção de um capital simbólico, ou mais precisamente, o capital político.

Outros autores vão além, e demarcam mais alguns “poderes” da mídia sobre a política, não desenvolvidos por Miguel (2004). Como, por exemplo, Lima (2001), que escreve que a mídia praticamente *substituiu* os partidos, o que propiciou que esse meio exercesse críticas as políticas públicas, além de ser a principal fiscalizadora das administrações dos governos. Assim, esse mesmo autor chega a dizer que a mídia tem grande responsabilidade por mudanças profundas na própria natureza do processo político, pois esta é o aparelho mais eficaz tanto na articulação da sociedade política com a sociedade civil, quanto na construção e definição dos limites inseridos na realidade do sistema hegemônico, dentro dos quais ocorre a disputa política.

Porém, o jogo de influências entre política e mídia não deve ser compreendido de forma unilateral, como se a política tivesse se curvado integralmente as injunções da mídia, ou até mesmo se tornado um mero “entretenimento visual” (MIGUEL, 2004). A vinculação entre esses dois âmbitos é complexa, e por isso muitos setores da política, como os partidos e as redes tradicionais de apoio, por exemplo, são ainda essenciais para uma disputa eleitoral. O próprio discurso político, mesmo que precise se adaptar aos meios em que transita, utilizando

chavões populares e apelativos, ainda mantém um vocabulário mais elaborado e técnico, signo este referente ao campo político (MIGUEL, 2004).

Enfim, podemos concluir que o discurso jornalístico não só faz a descrição dos fatos reconhecidos socialmente, pelas instâncias públicas, como também constrói, juntamente com outros fatores (partidos políticos; redes tradicionais de apoio; dentre outros), no âmbito discursivo a própria esfera política, estruturando e modelizando os procedimentos de seu agir. De acordo com Fausto Neto (1994), o jornalismo político consegue estruturar a esfera política, uma vez que a construção dessa realidade não é um processo inteiramente livre, pressupondo que o jornalista é apenas um observador, e que notícia emerge livremente do mundo real. A notícia política surge e passa a acontecer através da integração de duas vias, ou seja, a conjunção dos acontecimentos com os textos, sendo que este último demarca a subjetividade do jornalista nesse processo. Esta subjetividade poderá influenciar o receptor da notícia nas suas conclusões.

Impeachment, *Media* e Cara-Pintada

Fausto Neto (1994) mostrou a competência da mídia indo muito além de relatar certo acontecimento. A imprensa, principalmente a escrita, “produziu” o impeachment. Ao publicar os depoimentos de Pedro Collor na revista *Veja*, e do motorista Eriberto França na revista *Isto É*, que alegavam a relação entre Fernando Collor e PC - Farias, os meios de comunicação como um todo, tornaram visível tal evento ao grande público quando o transformou em discurso jornalístico. Essa transformação em discurso jornalístico garantiu a existência desse fato no sentido de ser um problema real, caracterizando a corrupção como uma mazela social. E assim, essa cobertura jornalística pautou a própria ação da CPI, uma vez que os veículos influem nos rumos dos fatos.

O que pretendo sugerir no parágrafo acima seria o enquadramento dos *media* junto à esfera da política, podendo inclusive introduzir um novo elemento estético, uma nova forma, ao texto político, independente da sua própria ação. Portanto, os meios de comunicação não são neutros. Estes moldam a mensagem do fato a sua própria imagem ao utilizar códigos de linguagem para atingir o público-alvo visado. Esse processo remete a concepção de Thompson (2002) que os veículos de comunicação quando exercem influência sobre a mensagem, ao utilizar certos símbolos próprios, tornam-se parte da própria mensagem.

Assim, o veículo e a mensagem, propriamente dita, se tornam objetos interligados, e por isso, inseparáveis.

A mensagem ganhou um tom estético e isso se deu pelas mobilizações políticas em prol da saída de Fernando Collor da presidência, principalmente aquelas caracterizadas por manifestações estudantis conhecidas como movimento dos caras-pintadas. Segundo esse mesmo autor, a mídia engendrou o evento na medida em que trouxe a rua para as páginas de jornais e revistas, e para as telas de TVs, e permitiu que este local coletivo se fizesse ou até mesmo se refizesse como aquilo posto pelos meios de comunicação.

O movimento dos caras pintadas foi nomeado pelos meios de comunicação de massa, algum tempo depois de ele realmente acontecer. Segundo Rodrigues (1997), esse termo foi utilizado para designar os estudantes que reivindicavam em passeatas, o *impeachment* do presidente Fernando Collor, e que ao pintarem os rostos, ganharam sua marca distintiva.

Os caras-pintadas surgiram nesse período como figuras de destaque entre as diversas forças responsáveis pela derrocada do primeiro presidente eleito por voto direto em quase trinta anos. Esse movimento de caráter estudantil se tornou uma espécie de “porta-voz” do movimento Fora - Collor junto à esfera pública, mesmo existindo outras entidades civis nesse cenário e com esse mesmo objetivo. Suas manifestações se tornaram emblemas da participação popular na campanha para a saída de Collor, devido principalmente a sua visibilidade adquirida.

O princípio que norteia esse artigo entende que a transformação das manifestações dos estudantes em emblema da participação popular e a visibilidade que elas tiveram resultaram da forma como foram veiculadas pelos meios de comunicação. As passeatas dos caras-pintadas devem ser consideradas como uma prática política em constante diálogo com a mídia, tornando possível a recuperação de recursos simbólicos das ações e das mudanças das políticas estudantis. Portanto, deve-se entender essas manifestações como eventos *mediatizados*, ou seja, em constante relação com os meios de comunicação.

Esse diálogo entre a mídia e as mobilizações estudantis, segundo Rodrigues (1997), pode ser percebido, por um lado, na recuperação das manifestações estudantis de 1968, recorrentes nas matérias veiculadas na imprensa escrita e televisiva; e por outro, na elaboração de um *estilo*, criado pelos próprios estudantes, apresentando o que ela chama de *marcas de visibilidade* das manifestações: o pintar o rosto, o uso de cores (o preto, o verde e o amarelo).

Nesse processo de exibição e produção do fato, os caras-pintadas aparecem para o grande público. É um ator político isso não se tem dúvida, porém também é algo abstrato, uma idéia, um conceito, criados na e pela mídia ao descrever as suas passeatas. E que ao fazer essa descrição tornou visível essas passeatas, e legitimou-as para os brasileiros.

Suas manifestações eram retratadas através de generalizações pelos meios de comunicação, em que estas possuíam um caráter mais juvenil, cuja composição era basicamente de estudantes de classe média do ensino médio e/ou superior, convocados pela UNE e pela UBES⁶, sendo que suas passeatas eram marcadas pelo seu ato de “espontaneidade”. As suas ações eram retratadas pelas matérias publicadas tanto em jornais e revistas, quanto pelos programas de rádio e televisão, como ambíguas, exaltando o contraste ao definir as ações dos estudantes que participavam dessas manifestações: apesar da “seriedade” dos seus objetivos (a saída de Fernando Collor da presidência), suas ações eram também *festa, carnaval, brincadeira*.

Os meios de comunicação tiveram papel fundamental na elaboração de valores, sendo responsáveis pelo retorno aos quadros mentais e culturais da década de 60. Toda descrição das manifestações estudantis de 1992 se pautou na elaboração de modelos de ação política, de juventude, e de comportamento, que permitia remeter a uma nova fase do Movimento Estudantil no Brasil.

A base dos modelos se concentra em 1968, com a exibição da minissérie *Anos Rebeldes* pela Rede Globo, que tratava dos anos da ditadura, da resistência armada e da mobilização dos estudantes, sendo que seu último capítulo foi ao ar no dia 14/08, dia em que cerca de 50 mil estudantes, trabalhadores e populares saíram às ruas em São Paulo clamando pela saída de Collor. De uma forma romaneada, a minissérie permitiu recriar o clima e sugerir analogias com o momento em que se vivia. Segundo Rubim (1993, p. 45)

Anos Rebeldes sensibilizou pela forma *passeata* como alternativa de expressão, como possibilidade de experimentar algo novo que gerações de jovens anteriores viveram. O específico conteúdo daquelas manifestações passadas até não importasse tanto. Interessava o gesto, o ato de se expressar. (grifo meu)

Essa minissérie, digamos que foi o “oxigênio” que faltava para incentivar as mobilizações. Não se deve confundir como uma imitação e cópia da ficção para a realidade, uma vez que os modos de mobilização eram distintos. Como Rubim (1998) escreveu: “havia

⁶ Folha de São Paulo. São Paulo. 12 ago. 1992

identificação, mas não identidade entre as manifestações contemporâneas e as da ficção”. (RUBIM, 1998, p. 46).

Os *Anos Rebeldes* serviu como um estímulo, um componente de apoio, contribuindo para o crescimento do movimento, dada a relevância do meio televisivo para o Brasil, que na época tinha um alcance superior a 75%⁷, nas casas brasileiras. Assim, o seriado foi incorporado às ruas, por meio de anúncios e faixas onde se podia ler: *Anos Rebeldes*, próximo capítulo: Fora Collor, *Impeachment Já*.

Rodrigues (1997, p. 45) em sua dissertação de mestrado nos mostra que:

(...) a construção dos “caras-pintadas” (o estudante que participou ativamente passeatas e atos pró-impeachment) se deu no cruzamento de duas definições: a dos movimentos políticos de massa brasileiros (e dentro delas as manifestações pró-impeachment, ainda que com ressalvas) como carnavalescos; e da geração shopping center (a qual se pertence e se distancia o carapintado) como contraponto da geração de 68.

Segundo Rodrigues (1997), os “caras-pintadas” se distanciam da geração *shopping center* no momento em que deixa os valores individualistas, e adota atitudes voltadas para o coletivo, com um certo grau de idealismo e de atitudes políticas; saindo dos shoppings e permanecendo nas ruas, local das manifestações. Porém, esses mesmos jovens pertencem a essa geração *shopping center*, uma vez que eles mantêm seus valores de consumo (individualismo). Essa nova geração foi generalizada pelos meios de comunicação como a típica representante dos jovens, capaz de unir o ideário político ao consumo individual.

De acordo com as narrativas e as “falas” dos meios de comunicação a respeito dos caras-pintadas, podemos perceber duas grandes diferenças entre a juventude de 68 e a de 92: 1) a vocação carnavalesca e teatral dos “caras-pintadas”, sendo capaz de misturar indignação e uma surpreendente capacidade de estar alegre.⁸; 2) o apartidarismo assumido pelos manifestantes de 1992.

As manifestações eram bem mais visuais do que retóricas. As falas pouco importavam. As imagens interessavam sempre. Enfim, buscava-se transmitir a idéia através de imagens. Era uma nova estética⁹, em que as passeatas se caracterizaram pelo bom humor, pela ironia,

⁷ SKIDMORE, Thomas. A queda de Collor: uma perspectiva histórica. In: **Corrupção e reforma política no Brasil: O impacto do impeachment de Collor**. (org) Rosenn, K. & Downes, R. Editora FGV, 2000. – p. 24.

⁸ Ver Isto É, 2 de setembro de 1992, p. 32

⁹ Tal estética se deu pelo grande número de fotos veiculadas sobre as manifestações, em que havia tomarias gerais e closes dos participantes.

pela alegria, pelo luto alegre, pelo rosto pintado. Essas passeatas estavam “colorizadas” ganhando o tom irreverente do carnaval. As músicas remetiam desde as marchinhas de carnaval, e/ou até mesmo aquelas que nos faz retornar para os anos da ditadura brasileira: como *Alegria Alegria*, música de Caetano Veloso, que voltou a moda com a minissérie *Anos Rebeldes*. Os jovens utilizavam o próprio corpo como suporte para as mensagens, surgindo às pinturas nos rostos e a bandeira do Brasil como vestimenta.

Caminhando contra o vento, sem lenço, sem documento, uma garotada alegre ocupou as ruas das duas maiores cidades brasileiras (...). *Alto astral, altas transas, lindas canções*, deram o tom às passagens que atingiram em cheio o coração do Rio de Janeiro e de São Paulo. (...) uma garotada bonita e *bem humorada*, habituada a frequentar shopping centers curtir a praia, entendeu muito bem o que está se passando nas altas esferas do poder. Em São Paulo (...), eles gritavam: “Rosane que coisa feia, vai com o Collor pra cadeia”. No Rio, os colegiais berravam: “PC, PC, vai pra cadeia e leva o Collor com você”¹⁰. (grifos meus).

Nesse trecho acima retirado da Revista *Veja*, percebe-se a maneira como os meios de comunicação retratavam o processo ritualístico das passeatas dos caras-pintadas. Os caras-pintados foram tratados pela imprensa como herdeiros diretos da ação política da “geração de 68”. O uso simbólico de trechos da canção de Caetano Veloso (*Caminhando contra o vento, sem lenço, sem documento*), já referida anteriormente, situa as manifestações estudantis de 1992 juntamente com o conteúdo dos protestos em plena ditadura militar. Eram os “novos rebeldes”, ou então, até mesmo “anjos rebeldes”. Porém sua forma de ação se caracterizava, segundo a mídia, pelo deboche pela ironia, pela alegria. Enfim, seria uma *festa*.

Os “rostos pintados” simbolizam para o movimento uma relação de identidade cultural, em que se diferenciam enquanto outrem, e se pertencem como os membros de uma geração. As caras pintadas de verde e amarelo são códigos nacionais, que representam o patriotismo, que situam numa lógica de máscara presente naquele ser que seria o “primeiro” brasileiro: o índio. Possui um caráter tribal, o que designa como *marca de visibilidade* de Rodrigues (1997), o que resulta na espetacularização dos movimentos sociais, e conseqüentemente da política. Posteriormente, o preto foi incorporado ao movimento, primeiro para diferenciar dos chamados *colloridos* (pessoas que apoiavam Collor), e segundo para simbolizar uma ausência de governo, o que representa o luto pela vergonha e pelo desejo de morte à corrupção (RUBIM, 1993).

¹⁰ Ver Revista *Veja*, 19 de agosto de 1992, p. 18

A representação do movimento dos caras-pintadas se deu de forma contrária daquela feita para dar uma feição social ao marajá¹¹ (conceito abstrato), pois partiu de uma idéia concreta, de uma realidade que emergia da cotidianidade nas ruas e precisava ser explicada pelos meios de comunicação de massa. Instala-se a dinâmica da concorrência jornalística, em que a cobertura e até mesmo a “produção” dos fatos se transforma em algo inerente à sobrevivência dos veículos.

Os caras-pintadas passaram a ser capas de vários jornais e revistas, e até mesmo programas televisivos. As reportagens iam além da óptica das mobilizações pró-impeachment, pautando para questões comportamentais da juventude, as suas utopias, as práticas consumistas, e etc. O jornal *O Estado de São Paulo* em matéria do dia 17/08, por exemplo, cria uma espécie de “Cartilha dos Novos Rebeldes”, ao definir o perfil socioeconômico e os principais hobbies desses estudantes: estuda em colégio particular, luta pelo grêmio estudantil independente, assiste Família Dinossauros, joga vôlei e cultua Jô Soares, Cazuza ou Cláudia Abreu.

Essa alta veiculação na imprensa deu uma alta intensidade às passeatas dos caras pintadas, o que supervaloriza o cotidiano das suas ações. Para o público espectador, é necessário ver para saber de algo, e assim o que fazer com o que se vê. Como Weber (2006, p.121) nos mostra: “a intensidade e a permanência do que se torna visível e promovido, como notícia ou propaganda, poderá indicar o grau de credibilidade de um fato sujeito e instituição com as (in) desejadas repercussões para aliados ou adversários”.

Dessa forma, através de manuais de visibilidade, como nos mostra Weber (2006) e Ekecrantz (2006), é possível dar uma dimensão à notícia para que ou receptor da mensagem saia à rua e reivindique, ou então fique conformado ao noticiário, dependendo das combinações possíveis entre visibilidade e credibilidade. De acordo com Ekecrantz (2006), uma das formas de se distanciar o grande público da notícia seria recontextualizar ou reestruturar o protesto, retirando dele a mobilização “teatral”, com intenção claramente política; um dos casos citados por ela para exemplificar sua concepção foi a repercussão das manifestações de protesto contra a Guerra do Iraque na Grã Bretanha e os Estados Unidos (países que lideravam a guerra). Segundo essa autora, a lógica teatral dos noticiários políticos “elimina a distinção improdutiva entre política e cultura e amplia o conceito e os contextos de

¹¹ Essa representação social do marajá, feita pelos meios de comunicação, designou o serviço público como algo oneroso, inoperante, e injusto, o que propiciou mostrar a importância de se resolver essa situação, sendo que Collor ficou conhecido como o “caçador de marajás”.

participação política.” (ELECRANTZ, 2006, p.100). Portanto, a política entendida na sua forma teatral, não se limita a atingir somente o modo como os eventos políticos são apreendidos pelo público, mas também a maneira de como o público reage a esses eventos políticos.

Como Weber (1993, p. 175) escreveu em outro texto:

Os caras-pintadas desequilibraram o linguajar duro determinado pelo conteúdo político indigesto e complexo porque confronta o receptor da mensagem com a realidade e a sua responsabilidade sobre ela, contrariando todos os outros conteúdos veiculados que isentam o receptor de ver suas contradições.

A política em 1992 foi resgatada como tema, e se fez presente no dia-a-dia dos cidadãos. A política foi associada a produtos, serviços, programas humorísticos, por exemplo. Com novas maquiagens, uma linguagem mais leve, modernos rituais, a política foi mostrada como gancho publicitário. Tem-se nesse momento o evento da *espetacularização* da política. Esse evento segundo Albuquerque (1993) deve ser entendido como algo que atinge a todo conjunto das relações políticas, destinado ao consumo das massas. Na medida em que ele se instala, as aparências criadas para melhor exibir o real político passam a ser tomadas, elas mesmas, como realidade política.

De acordo com Weber (2000) a fabricação do espetáculo político midiático é um processo que abrange a hibridação entre o âmbito público e privado, entre a mídia e a política. Seria a tradução do acontecimento em informação jornalística, propaganda ou entretenimento. Assim, tem-se a transformação do acontecimento em cerimônias midiáticas, o que propicia a sua comercialização e seu respectivo consumo.

A política, em sua forma tradicional e cotidiana, não tem espaço nos *media*, uma vez que esta não atrai o público, não seduz. Porém, com o movimento dos caras-pintadas associado à prática política para o impeachment, o texto político foi desvinculado do estigma desagradável e associado a símbolos mais acessíveis, compreensíveis e novos. Isso foi possível ao associar a política junto à idéia de espetáculo, o que propicia abarcar mais campos sociais. “De cara pintada, a política foi lipoaspirada do seu espaço tradicional e apresentada na sua forma mais bela, mais provocativa. Rejuvenesceu, definitivamente e assim foi transformada em matéria-prima da publicidade e do jornalismo” (WEBER, 1993, p.175). Enfim, em 1992, a política se transformou em “estrela” e se tornou uma pauta privilegiada para os *media*.

A política se tornou singular, expandida pelo discurso universal e hegemônico da moralidade e da ética, se tornando essas duas como finalidades e pautas atraentes e defensáveis. Esse fenômeno se tornou possível devido à valorização do grito do jovem, e ao mesmo tempo, qualificando esse grito esteticamente a política.

Maria Helena Weber (1993, p. 179) sintetiza bem essas idéias explicitadas acima ao analisar as interligações entre os caras-pintadas e a mídia, segundo ela:

O fascínio e a força das caras pintadas os transformaram no signo político de 1992, assim usados indistintamente como estratégia comunicativa, como objeto, como álibi. Símbolo que encantou aos mídias pela proposta estética, próxima aos códigos do entretenimento, e da propaganda, tornando a assimilação simples, o discurso político reduzido, salvando o tempo e os códigos visuais.

Considerações Finais

A interligação entre comunicação (mídia) e política se aproximou, e deixou tênue a linha de separação entre essas duas esferas, durante o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello. Como salienta Weber (2006), a política exige atualmente, cada vez mais, novas linguagens e configurações que sejam incluídas no processo de midiaticização (adoção de todos os espaços) e de espetacularização (midiaticização acrescida de mobilizações sociais _ que nesse caso seriam os caras-pintadas). Mesmo que alguns processos de mediação, de relações, e de vínculos da política tivessem sido mantidos durante o Fora – Collor, percebemos que a divulgação dos caras-pintadas se deu por uma maneira peculiar, simultaneamente de espetáculo e de carnaval¹²: os espaços centrais das passeatas e manifestações narradas pela mídia eram a praça e a rua (carnaval), e a ação dos manifestantes se configurava, de acordo com os *media*, como formas visuais, como ícones, bandeiras (espetáculo).

Após analisar as matérias públicas da época, constata-se que a tônica da descrição das manifestações dos caras-pintadas se portou na utilização de termos como *carnaval*, *festa*, ou até mesmo *teatro*. Trechos como “manifestações com carga de bom humor, deboche, irreverência”, ou então “o assunto é sério, mas nada impede o clima de carnaval”, tiveram uma dupla função nesse momento: tanto de “explicar” e definir as manifestações estudantis

¹² Ver mais em: EKECRANTZ, J. Espetáculos Midiaticizados e Comunicações Democráticas: Entre a Hegemonia Global e a Ação Cívica. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1, p. 104.

dos caras-pintadas para o cidadão comum, quanto para diferenciar tais manifestações daquelas passeatas promovidas pelo Movimento pela Ética na Política, constituído por diversas entidades como a OAB, a CUT, e etc.

A construção dos caras pintadas pelos meios de comunicação, como vimos, se deu pelo aspecto da generalização do perfil dos estudantes que participavam das passeatas; e pela ambigüidade presente nessa ação política, que eram retratadas com sérios objetivos, mas se davam por atos de “espontaneidade”, marcadas pela alegria, pela ironia, pelo deboche, e etc. Assim, a imprensa, em geral, selecionava a parte e a apresentava como o todo ao estabelecer narrativas sobre esse movimento juvenil.

Outro ponto a ser destacado é que apesar da mídia deixar explícito quais eram as lideranças estudantis envolvidas nas manifestações dos caras-pintadas (Lindenberg Farias, presidente da UNE; Antônio Parente, presidente da UBES, dentre outros), as suas descrições se voltavam para o estudante “anônimo”. As descrições passam a ser realizadas do ponto de vista do cara-pintado. E cara-pintado não é nenhum líder político, ou mesmo personalidade política; cara-pintado é o estudante comum (generalizado) e que pinta os rostos durante suas passeatas – este seria o *personagem* criado pela mídia. E além de personagem, a construção do cara-pintado produziu um conceito - que ia além de explicar certo agrupamento de estudantes que saíram as ruas para exigir a saída de Collor - mas de definir toda uma geração de jovens – a *geração cara-pintada* se igualou a geração dos anos 90. (RODRIGUES, 1997).

Por fim, foi analisada a forma como ao vincular e dar visibilidade ao cara-pintado, a política passou a ser algo que seduz o grande público, como objeto de assimilação fácil e simples. Esse movimento possibilitou a política se tornar algo mais atraente, e a ética e a moral como um ideal a ser defendido pelos cidadãos comuns.

Depois de feitas essas discussões acerca da relação mídia-política sobre o movimento dos cara-pintados, pode-se também indagar: de que maneira esse movimento, que possuía caráter de massa e estudantil, contribuiu para a queda de Fernando Collor da presidência, se pensarmos na influência que tal movimento exerceu sobre o comportamento parlamentar durante a votação pelo *impeachment* no Congresso Nacional? A discussão para essa pergunta fica para uma próxima oportunidade.

Referências

ALBUQUERQUE, A. O Espetáculo da Crise: os Media e o Processo de *Impeachment* contra Collor. **Comunicação e Cultura Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Compôs/ Notrya, 1993.

ALMEIDA, J. Mídia e Política. In ALMEIDA, Jorge. **Marketing Político: Hegemonia e Contra-Hegemonia**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 26-39.

CHAIA, Vera (Org.); CHAIA, M. (Org.). **Mídia e Política**. 1ª. Ed. São Paulo: EDUC, 2000.

DIAS, L. A. **A Geração Cara-Pintada**: a participação dos jovens no processo de impeachment. Assis, 2000. 269 p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

EKECRANTZ, J. Espetáculos Midiatizados e Comunicações Democráticas: Entre a Hegemonia Global e a Ação Cívica. . In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres. (Org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1, p. 94-116.

FAUSTO NETO, Antonio. **O Impeachment da Televisão** - Como Se Cassa Um Presidente. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FRANCESCHINI, L. **Marajás e Caras - Pintadas**: A Memória do Governo Collor nas Páginas de o Globo. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/doze/luiz_felipe_12.htm. Acessado em: 2 mar. 2010.

LIMA, V. A. Mídia: **Teoria e Política**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, novembro 2001.

MIGUEL, L. F.. Dossiê mídia e política: apresentação. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 22, p. 7-12, 2004.

_____. Mídia e Opinião Pública. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. (org.) **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução. Editora Unesp, 2007, p.403-415

RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. G. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

_____. **Espectáculo, Política e Mídia**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.pdf>. Acessado em: 10 ago. 2010.

RUBIM, A. C. Sociabilidade, Comunicação e Política Contemporâneas: Sugestões para uma alternativa teórica. **Textos de Cultura e Comunicação**. Salvador, p. 3-23, primeiro semestre de 1992.

_____. Políticas em Tempos de Media: Impressões de Crise. In: FAUSTO NETO, Antonio; PEREIRA, Carlos Alberto Masseder (org). **Comunicação e Cultura Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

_____. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

RODRIGUES, V. M. **Caras-pintadas**: Estudantes na festa e na política. 1997. 204 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

SARTI, I. 2000. **A construção midiática da política e a crise da representação**. Artigo apresentado no XXIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, realizado em Petrópolis (RJ), de 23 a 27. Out.2000.

TOSI RODRIGUES, A. Estudantes na política em Tempos de Mobilização e Crise. **São Paulo em Perspectiva**. 1993.

WEBER, M. H. A Cara Pintada da Política. **Comunicação e Cultura Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Compôs/ Notrya, 1993.

_____. **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2000.

_____. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. 1 a. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 117-136.

RESENHA

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. *Sujeitos e Objetos do Sucesso: Antropologia do Brasil emergente*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 242 p.¹

Francieli Renata Ruppenthal ²

O livro *Sujeitos e Objetos do Sucesso*, resultado da tese de doutorado da autora, trata de um tema em ascensão nas ciências sociais: o consumo, especificamente o consumo das elites. Neste livro, a autora analisa as discursividades acerca do consumo e o imbricamento destas com o ato de consumir. Para tanto, analisa um grupo denominado “emergentes da Barra”- Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, local de moradia da maioria dos emergentes - que vinham ganhando espaço na mídia devido a sua ascensão econômica e, sobretudo ao seu sucesso. O surgimento deste grupo em meados dos anos noventa, um período de instabilidade econômica nacional no qual boa parte das famílias ditas tradicionais, as elites, minimizavam seus gastos, gerou inquietamento neste segmento já que os emergentes encontravam-se em plena ascensão financeira. Com isso muitos comentários depreciativos caracterizavam os emergentes, que ficaram, então, conhecidos por gastar seu dinheiro com futilidades, conforme as discursividades mais recorrentes, e por não possuem berço nem refinamento.

O livro possui apresentação de Luis Fernando Dias Duarte e divide-se em quatro capítulos todos eles divididos em subcapítulos. Na introdução além de explicitar o tema, a problematização, os objetivos da pesquisa e o grupo empírico, a autora apresenta claramente os “passos” de sua inserção em campo, e os fatores que estimularam a realização da pesquisa. Lima trabalhava como redatora em uma agência de propaganda, neste ambiente inquietava-se com o modo de funcionamento da mesma que pouco se importava com os impactos dos produtos nos consumidores após a compra. A partir desta inquietação a autora começou a analisar materiais,

¹ Resenha elaborada para a disciplina de Leituras Etnográficas I, ministrada pela professora Cornélia Eckert.

² Graduanda em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: francieli.ruppenthal@gmail.com

sobretudo revistas, que continham informações sobre os consumidores e seu consumo, visto, sobretudo como forma de distinção. Nesta análise, pode observar que os emergentes, grandes consumidores de bens de luxo, ganhavam destaque nestes meios de comunicação. Para inserir-se neste ambiente e ter contato com os emergentes obteve ajuda de seu primeiro informante, Éder Meneghini, arquiteto e decorador, que via na pesquisa mais um espaço para aparecer. Éder apresentou a autora a Jorge, pequeno empresário, que era sócio de um site sobre os emergentes, uma espécie de coluna social *on line*, no qual passou a ser colaboradora. Deste modo teve acesso livre a festas e eventos nos quais seu público alvo estava presente. Frequentou ainda, por três meses, uma academia de ginástica situada na Barra da Tijuca na qual obtinha contato com a “elite” carioca e podia observar mais atentamente seus hábitos, sobretudo àqueles relacionados com a estética.

No primeiro capítulo o leitor é inserido em uma vasta discussão teórica que retoma a teoria das elites de Mosca e Pareto, analisa como a variável renda é utilizada para classificar a população pelos institutos de pesquisa, o consumo como futilidade à la Veblen, o fetichismo da mercadoria, as teorias acerca do valor tanto do trabalho quanto do seu produto final conforme Marx, Douglas que considera o consumo como parte do sistema social, e ainda Malinowski e Mauss tratando das trocas sociais. A autora alerta que em muitas destas teorias acerca do consumo, o produto assume um papel perverso que justificaria a resistência das ciências sociais com esta temática. Contudo, compartilha com Sahlins a premissa de que o homem “sobrevive de formas específicas” (p.80) necessitando de bens para além de sua sobrevivência fisiológica. Afirmar que mesmo as necessidades fisiológicas de comer e beber são distintas de acordo com os grupos sociais em questão.

O objetivo da pesquisa é entender não só o que pensam acerca dos emergentes, mas também o que eles pensam. A autora realizou um trabalho exaustivo de observação da mídia, sobretudo impressa - com ênfase para a revista *Caras* que é mais folheada do que propriamente lida, conforme salienta a autora - trazendo trechos de matérias e entrevistas nas quais a voz dos informantes aparece de maneira muito clara. Em muitos trechos do texto demonstra sua relação próxima com os informantes e explicita como isso aconteceu já que se trata de um grupo da elite, embora também explicita frustração com alguns informantes que não lhe deram mais retorno.

Para Lima os emergentes constituem-se um grupo de gente desconhecida, mas muito endinheirada, que se distingue da elite tradicional, entre outros motivos, por orgulhar-se do trabalho árduo que realizam para alcançar o sucesso, especificamente econômico. Tal característica constitui-se no que a autora denomina de *ethos* emergente, que persiste neste grupo por muitas gerações, diferenciando-se assim também dos chamados “novos ricos”. O *ethos* emergente é uma categoria mais eficaz do que “emergentes da Barra” já que há emergentes em outros locais que não só a Barra da Tijuca.

No segundo capítulo a autora descreve a trajetória de alguns emergentes, a partir de trechos de entrevistas e conversas informais, sempre dando ênfase àquilo que eles mais valorizam: sua ascensão social e o respectivo sucesso financeiro. Ao descrever as trajetórias atenta para os modos de vida deste grupo, é interessante salientar que os bens materiais sempre aparecem nos relatos dos informantes. Chama atenção para o crescimento imobiliário na Barra, e para as divergências entre seus moradores com os moradores da Zona Sul, os “nobres” estudados por Gilberto Velho nos anos 70.

As divergências entre a “verdadeira” elite e os emergentes é destacada pela acusação de que os emergentes devido a necessidade de aparecer e gastar com futilidades não teriam *gosto*. Este *gosto* refinado da elite marcado pela atenção a atividades culturais como teatros, museus, concertos e viagens não é, em sua maioria, observado nos emergentes. Contudo, a autora nos mostra que os emergentes não tem essa preocupação com o *gosto*, preocupam-se apenas em viver bem.

No terceiro capítulo salienta novamente a importância dos meios de comunicação com ênfase mais uma vez para a revista Caras - que além da revista possui uma ilha e um castelo -, e para o caderno *Ela* do Jornal *O Globo*. Nestas matérias e colunas sociais entre os escolhidos para aparecer, devido aos seus respectivos sucessos, destacam-se as socialites Carmen Mayrink Veiga pertencente a alta sociedade carioca, e Vera Loyola pertencente aos emergentes. Carmen em algumas matérias afirma a ausência de classe e a futilidade dos emergentes, reforçando a tensão discursiva entre os segmentos. Contudo a autora percebe que embora esse discurso exista, ele não é característica exclusiva dos emergentes, muitos membros da elite tradicional também possuem esses mesmo hábitos.

No capítulo quatro a autora retoma o contexto econômico do país nos anos 90 e o surgimento dos emergentes. Lima situa o ambiente de trabalho dos emergentes, mais especificamente como eles apreciam seu ambiente de trabalho situado em sua maioria em bancos e no mercado financeiro.

Por fim, a autora conclui que não há homogeneidade nem entre os emergentes, nem entre a elite. Conclui ainda que entre estes dois segmentos há mais semelhanças do que diferenças.

Sujeitos e Objetos do Sucesso é conforme afirma a autora já no início do primeiro capítulo diferente de outras obras produzidas a respeito deste tema já que vai além do que dizem as colunas sociais, buscando as opiniões tanto dos emergentes quanto das elites, trazendo um conhecimento mais amplo. Recomendo a todos esta agradável e proveitosa leitura.